

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LUCIMARA COLADO

POLÍTICAS/PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DE
EDUCAÇÃO FÍSICA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL
NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE-MS (2014-2018)

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Campo Grande/Abril- 2019

LUCIMARA COLADO

POLÍTICAS/PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DE
EDUCAÇÃO FÍSICA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL
NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE-MS (2014-2018)

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado,
do Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Católica Dom Bosco como
parte dos requisitos para obtenção do grau de
Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação

Orientador (a): Celeida Maria Costa de Souza
e Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

C683p Colado, Lucimara
Políticas/Programas de formação continuada para professores
de Educação Física na rede estadual de ensino de Mato
Grosso do Sul no município de Campo Grande - MS: (2014-2018)/
Lucimara Colado; Orientação de Celeida Maria Costa
de Souza e Silva.-- Campo Grande, MS : 2019.
155 p.: il.;

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande - MS, 2019
Bibliografia: p. 115 a 121

1. Educação física - Formação continuada. 2. Educação
física - Estudo e ensino. 3. Profissional de Educação
Física - Ensino médio. 4. Formação de professores
- Educação física. I.Silva, Celeida Maria Costa de
Souza e. II. Título.

CDD: Ed. 21 -- 796.07

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação ao meu esposo, Sidinei Barbosa, que desde o princípio me apoiou para minha entrada e realização de todo o processo do mestrado e que soube ser companheiro e compreensível nos momentos de angústia e desespero e por toda paciência comigo.

A minha mãe Carmen Zequim Colado, minha irmã Emanuelle e aos meus sobrinhos Emanuel e Gabrielle que participaram ativamente desse processo por meio de apoio, incentivo, carinho e auxílio em todos os momentos e pela compreensão da ausência que se repetiu diversas vezes e também a Família Zequim Colado que compreendeu os momentos de ausência durante esses dois anos e por não se cansarem de me ouvir falar da minha pesquisa.

A Ianamary Marcondes que muito me incentivou e colaborou com a escrita do projeto para a seleção do mestrado. Aos amigos Alvaro, Rodrigo e Rafaela que sempre perguntavam como estava a dissertação e me incentivavam a concluir, principalmente nos momentos de maior desespero.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde e condições de concluir a dissertação.

Agradeço a Luciana, secretária do Programa de Pós-Graduação da UCDB por toda colaboração prestada durante o tempo de mestrado.

Aos professores do programa pelas aulas e pelo conhecimento compartilhado.

Aos colegas de turma, Graziela Jara, Francimar Batista pela parceira ao longo do processo de escrita e aulas.

Ao grupo de estudos GEFORT por todos os ensinamentos dos processos, dicas dadas e incentive no processo de pesquisa e escrita.

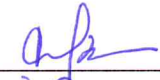
E é claro a uma pessoa que sem ela seria impossível essa escrita, minha orientadora professora Dr^a. Celeida que além de orientar no processo de escrita soube ter discernimento e compreensão dos afazeres que assumi durante o processo e muitas vezes deixei de cumprir os prazos por causa disso, mas mesmo assim estava sempre pronta a ler, corrigir e fazer sugestões para a melhoria da pesquisa. Por suas belas palavras quando dizia que “viver cabe no lattes”, me motivando a não abandonar os demais compromissos por causa do mestrado.

**“POLÍTICAS/PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DE
EDUCAÇÃO FÍSICA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL NO
MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS (2014-2018)”**

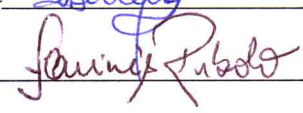
LUCIMARA COLADO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Celeida Maria Costa de Souza e Silva (PPGE/ UCDB) Orientadora 

Prof^ª. Dr^ª. Valdivina Alves Ferreira (PPGE/UCB) Examinadora Externa 

Prof^ª. Dr^ª. Flavinês Rebolo (PPGE/UCDB) Examinadora Interna 

Campo Grande/MS, 11 de abril de 2019

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO

COLADO, Lucimara. Políticas/Programas de Formação Continuada para Professores de Educação Física na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul no município de Campo Grande-MS (2014-2018)

RESUMO

A Formação Continuada visa proporcionar ao professor continuidade nos estudos, uma atualização ao longo da carreira docente para ampliar sua rotina de sala de aula. O objetivo geral é analisar as políticas/programas de formação continuada para os professores de Educação Física do Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, no município de Campo Grande-MS (2014-2018). Os objetivos específicos são: A) Contextualizar em âmbito nacional as políticas/programas de formação continuada para professores do Ensino Médio. B) Examinar as políticas/programas estaduais para formação continuada de professores do Ensino Médio em Mato Grosso do Sul. C) Analisar a Meta 16 do Plano Estadual de Educação (PEE-MS 2014-2024) e as políticas/programas de formação continuada para os professores de Educação Física do Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino, no município de Campo Grande no período de 2014-2018. D) Analisar os depoimentos dos gestores entrevistados e relacionar com o que vem sendo executado pela SED-MS aos professores da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, principalmente com os professores de Educação Física do Ensino Médio e com o que está previsto na meta 16 do PEE-MS (2014-2024). Vincula-se à Linha de pesquisa Política, Gestão e História da Educação do Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado - em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), ao projeto de pesquisa: Políticas Públicas de Formação e Trabalho Docente na Educação Básica em Mato Grosso do Sul, coordenado pela professora Doutora Celeida Maria Costa de Souza e Silva e se desenvolve no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Formação e Trabalho Docente na Educação Básica (GEFORT). Tem como questão norteadora: quais políticas/programas para formação continuada foram implantadas e desenvolvidas na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul no Ensino Médio, para os professores de Educação Física no município de Campo Grande-MS no período de 2014-2018? O recorte temporal 2014 a 2018 corresponde ao primeiro quadriênio do PEE-MS, período em que há o 1º Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação: sistematização das metas e estratégias, e porque esse período corresponde ao primeiro mandato do governador Reinaldo Azambuja (PSDB). Campo Grande-MS é o campo empírico, por ser a capital do estado de Mato Grosso do Sul, possuir 818 professores efetivos no quadro permanente, atuando no Ensino Médio em todos os componentes curriculares, dos quais 106 ministram aulas no campo curricular Educação Física e por possuir noventa escolas estaduais urbanas e uma rural. Como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, documental e entrevista. Foram realizadas entrevistas com os representantes dos setores responsáveis pela elaboração de políticas de Formação Continuada para o Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul: a Coordenadora de Formação Continuada (CFOR), o Superintendente de Políticas para a Educação (SUPED), o Coordenador de Políticas para o Ensino Médio e Educação Profissional (COPEP) e o Gestor do Núcleo de Esportes (NESP) da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED-MS). Os resultados da pesquisa mostram que têm sido oferecidos cursos de Formação Continuada aos professores da Rede Estadual de Ensino de MS como prescreve a meta 16, porém não há curso específico para a Educação Física e tem atendido pequena demanda de professores.

Palavras-Chave: Políticas de Formação Continuada. Professores de Educação Física. Ensino Médio. Rede Estadual de Ensino. Mato Grosso do Sul.

Policies / Programs for Continuing Education for Physical Education Teachers in the State Teaching Network of Mato Grosso do Sul in the municipality of Campo Grande-MS (2014-2018).

ABSTRACT

Continuing Education aims to provide the teacher with continuity in studies, an update throughout the teaching career to broaden his classroom routine. The general objective is to analyze the policies / programs of continuing education for teachers of Physical Education of the High School in the State Educational Network of Mato Grosso do Sul in the municipality of Campo Grande-MS (2014-2018). The specific objectives are: A) Contextualize at national level the policies / programs of continuing education for high school teachers. B) To examine the political / state programs for continuing education of secondary school teachers in Mato Grosso do Sul. C) Analyze the Target 16 of the State Education Plan (PEE-MS 2014-2024) and political / continuing education programs for the Physical Education Teachers of the Secondary School in the State Education Network in the municipality of Campo Grande in the period from 2014-2018. D) To analyze the statements of the managers interviewed and relate to what is being executed by SED-MS teachers of the State Network of Mato Grosso do Sul Education, especially with teachers of high school physical education and what is provided for in target 16 of the PEE-MS (2014-2024). Vincula to the research Line Policy, Management and History of Education of the Graduate Program - Master's and Doctoral degree - in Educational Dom Bosco Catholic University (UCDB), the project research: Public Policy Training and Teaching Work in Basic Education in Mato Grosso do Sul coordinated by teacher Dra. Celeida Maria Costa de Souza e Silva and develops under the Studies and research Group Education Policies and Teaching Work in Basic Education (GEFORT). The governor Reinaldo Azambuja (PSDB). Campo Grande-MS is the empirical field, being the capital of the state of Mato Grosso do Sul, has 818 effective teachers in the permanent staff, acting in high school in all the curricular components, of which 106 teach classes in the curricular field Physical Education and for having ninety urban state schools and one rural. As methodological procedures the bibliographical research, documentary and semistructured interview. The research was conducted by the Ethics Committee. Semi-structured interviews were carried out with the representatives of the sectors responsible for the elaboration of policies for Continuing Higher Education in the State Educational Network of Mato Grosso do Sul: the Coordinator of Continuing Education (CFOR), the Superintendent of Education Policies (SUPED), the Coordinator of Policies for Secondary Education and Professional Education (COPEP) and the Manager of the Sports Nucleus (NESP) of the State Secretariat of Education of Mato Grosso do Sul (SED-MS). The results of the research show that it has been offered Continuing Education courses to the teachers of the State Teaching Network of MS as prescribes the goal 16, however there is no specific course for Physical Education and has met small demand of teachers.

KEYWORDS: Continuing Education Policies. Teachers of Physical Education. High school. State Education Network. Mato Grosso do Sul.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de escolas por esfera administrativa e por etapa escolar em Mato Grosso do Sul no ano de 2017	53
Tabela 2 - Número de matrículas por esfera administrativa e por etapa escolar em Mato Grosso do Sul, no ano de 2017	54
Tabela 3 - Série histórica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Ensino Médio em Mato Grosso do Sul.....	54
Tabela 4 - Total de Docentes por Etapa de Ensino de 2015 a 2017.....	55
Tabela 5 - Campo Grande-MS: evolução do quantitativo populacional (2000 a 2018).....	58
Tabela 6 - Tabela Salarial dos Professores em Educação de Mato Grosso do Sul de 20 horas – setembro de 2017	75
Tabela 7 - Tabela Salarial dos Professores em Educação de Mato Grosso do Sul de 40 horas – setembro de 2017	75
Tabela 8 - Tabela Salarial dos Professores em Educação de Mato Grosso do Sul de 20 horas - abril de 2018.....	76
Tabela 9 - Tabela Salarial dos Professores em Educação de Mato Grosso do Sul com 40 horas, a partir de abril de 2018.....	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de vagas oferecidas para os estados brasileiros para cursos de primeira e segunda licenciatura e formação pedagógica nos anos de 2009 - 2011	47
Quadro 2 - Comparação do total de Matrículas do Ensino Médio de 2015 a 2017	55
Quadro 3 - Comparação percentual do total de Matrículas do Ensino Médio de 2015 a 2017.....	56
Quadro 4 - Formações oferecidas pela SED-MS no ano de 2017.....	60
Quadro 5 - Pós-Graduação Lato Sensu oferecida pela SED-MS em parceria com a UEMS e a FUNDECT em 2016.....	70
Quadro 6 - Vagas remanescentes - Pós-Graduação Lato Sensu oferecida pela SED-MS em parceria com a UEMS e a FUNDECT em 2016	71
Quadro 7 - Relação da quantidade de professores matriculados por semestre nos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu SED-MS em parceria com a UEMS e FUNDECT	71
Quadro 8 - Cursos oferecidos pela Coordenadoria de Educação Especial e pelo Núcleo de Esporte e Cultura da SED-MS aos professores de Educação Física entre os anos de 2014 a 2016....	80
Quadro 9 - Cursos oferecidos pela SED-MS aos professores de Educação Física da REE-MS em 2016	82
Quadro 10 - Cursos oferecidos pela SED-MS aos professores de Educação Física da REE-MS em 2017.....	83
Quadro 11 - Cursos oferecidos pela SED-MS aos professores de Educação Física da REE-MS em 2018.....	85
Quadro 12 - Relação meta/estratégia, indicador correspondente e variável para análise do PEE-MS .	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos docentes que atuam na Educação Básica por nível de escolaridade em nível de Brasil em 2017.....	30
Gráfico 2 - Distribuição do percentual de docentes na Educação Básica pela sua escolaridade/formação acadêmica entre os anos de 2015 a 2017.....	31
Gráfico 3 - Docentes com curso de graduação em licenciatura e docentes com curso de bacharel na Educação Básica entre os anos de 2015 a 2017.	32
Gráfico 4 - Evolução da distribuição dos docentes que atuam no Ensino Médio por nível de escolaridade – Brasil 2013-2017.	41
Gráfico 5 - Indicador de Adequação da Formação Docente do Ensino Médio por disciplina - Brasil 2017.....	42
Gráfico 6 - Taxa de Aprovados e Reprovados no Ensino Médio nas Escolas Estaduais do Brasil, na região Centro-Oeste e em Mato Grosso do Sul entre os anos de 2014 a 2016.....	57
Gráfico 7 - Comparativo da distribuição dos docentes com Pós-Graduação em nível de nacional, região Centro-Oeste e em Mato Grosso do Sul nos anos de 2015 a 2017.....	77

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Percentual de professores da Educação Básica com Formação Continuada por município brasileiro em 2017.	33
Mapa 2 - Percentual de professores da Educação Básica com Pós-Graduação Lato Sensu ou Stricto Sensu por município brasileiro em 2017.	35
Mapa 3 - Estado de Mato Grosso do Sul.....	50

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AVA –Ambiente Virtual de Aprendizagem.

BDTD–Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

CAPES–Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CEE-MS–Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul.

CEINF– Centro de Educação Infantil.

CFOR– Coordenador de Formação Continuada.

CMAPEE – Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul.

CNE–Conselho Nacional de Educação.

CP–Conselho Pleno.

COPEED –Coordenador de Políticas para o Educação.

COPEM –Coordenador de Políticas para o Ensino Médio.

COTED–Coordenação de Tecnologia Eduacional.

DCN–Diretrizes Curriculares Nacionais.

DEM –Democratas.

FEEMS– Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul.

FETEMS – Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul.

FNDE –Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

FUNDEB– Fundo para Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização de profissionais da Educação.

FUNDECT –Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul.

GEFORT –Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Formação e Trabalho Docente na Educação Básica.

GTP – Grupo de Trabalho e Pesquisa.

IES–Instituição de Ensino Superior.

IDEB– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

IDH–Índice de Desenvolvimento Humano.

IDHM– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

IPES– Instituição Pública de Ensino Superior.

LDB –Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MDE–Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

MEC –Ministério da Educação.

NTE–Núcleo de Tecnologia Escolar.

PAR –Plano de Ações Articuladas.

PDE –Plano Desenvolvimento da Educação.

PDI–Plano de Desenvolvimento Institucional.

PEN–Partido Ecológico Nacional.

PEE-MS–Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul.

PNE –Plano Nacional de Educação.

PP–Partido Progressista.

PPC –Projeto Pedagógico de Curso.

PPI – Projeto Pedagógico Institucional.

PPFC–Projeto Pedagógico de Formação Continuada.

PPI –Projeto Pedagógico Institucional.

PPP–Projeto Político Pedagógico.

PSD –Partido Social Democrático.

PSDB–Partido da Social Democracia Brasileira.

PT –Partido dos Trabalhadores.

SED/MS– Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul.

SEMED –Secretaria Municipal de Educação.

SINEP-MS – Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Mato Grosso do Sul.

SNE - Sistema Nacional de Educação.

TCE – Tribunal de Contas do Estado.

UAB–Universidade Aberta do Brasil.

UCDB –Universidade Católica Dom Bosco.

UEMS –Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

UFGD –Universidade Federal da Grande Dourados.

UFMS –Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

UFS –Universidade Federal de Sergipe.

UFMS–Universidade Federal de Santa Maria.

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

UNCME-MS – União Nacional dos Conselhos Municipais de Mato Grosso do Sul.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CAPÍTULO I – POLÍTICAS/PROGRAMAS NACIONAIS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	24
1.1 Políticas/programas nacionais para formação continuada	24
1.2 Os professores e a formação continuada.....	38
1.3 Formação de professores no Ensino Médio	41
2 CAPÍTULO II – POLÍTICAS/PROGRAMAS PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MATO GROSSO DO SUL.....	51
2.1 Breves considerações sobre o estado de Mato Grosso do Sul.....	51
2.2 Caracterização do município de Campo Grande-MS.....	57
2.3 Programas de formação continuada ofertados pelo estado de Mato Grosso do Sul para os docentes de todas as áreas do conhecimento.....	60
3 CAPÍTULO III – POLÍTICA/PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, NO PERÍODO 2014-2018 E A META 16 DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (PEE-MS 2014-2024).....	80
3.1 Programas de formação continuada ofertados pelo estado de Mato Grosso do Sul especificamente para os professores de Educação Física.....	80
3.2 Meta 16 do Plano Estadual de Educação: formação continuada em Mato Grosso do Sul	87
3.3 Relatório de monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação: sistematização das metas e estratégias.....	921
4 CAPÍTULO IV – A MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS/PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL: A VISÃO DOS GESTORES	95
4.1 Os sujeitos entrevistados: quem são e como abordam a temática dessa pesquisa.....	95
4.2 Meta 16 do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (PEE-MS 2014-2024) e as ações: um olhar para a formação continuada em Educação Física	100
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	1165
ANEXO A – RELAÇÃO DE FORMAÇÕES CONTINUADAS OFERECIDAS PELA SED AOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MS EM 2015..	1232
ANEXO B – RELAÇÃO DE FORMAÇÕES CONTINUADAS OFERECIDAS PELA SED-MS AOS PROFESSORES E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MS EM 2016.....	1376
ANEXO C – RELAÇÃO DE FORMAÇÕES CONTINUADAS OFERECIDAS PELA SED-MS AOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MS EM 2017..	1487
APÊNDICE A – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS GESTORES DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL.	1532

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar as políticas/programas de formação continuada para os professores de Educação Física do Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (REE/MS), no município de Campo Grande-MS, no período de 2014 a 2018.

Esta pesquisa está vinculada à Linha de pesquisa Política, Gestão e História da Educação do Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado – em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), ao Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Formação e Trabalho Docente na Educação Básica (GEFORT) e ao projeto de pesquisa Políticas Públicas de Formação e Trabalho Docente na Educação Básica em Mato Grosso do Sul, coordenado pela professora Doutora Celeida Maria Costa de Souza e Silva.

Campo Grande – MS é o campo empírico dessa pesquisa, por ser a capital do estado de Mato Grosso do Sul, por contar com 818¹ professores efetivos no quadro permanente, atuando no Ensino Médio em todos os componentes curriculares, dos quais 106 ministram aulas no campo curricular Educação Física e por possuir noventa escolas estaduais urbanas e uma rural.

Os objetivos específicos são: A) Contextualizar em âmbito nacional as políticas/programas de formação continuada para professores do Ensino Médio. B) Examinar as políticas/programas estaduais para formação continuada de professores do Ensino Médio em Mato Grosso do Sul. C) Analisar a Meta 16 do Plano Estadual de Educação (PEE-MS 2014-2024) e as Políticas/Programas de formação continuada para professores de Educação Física do Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino no município de Campo Grande no período de 2014-2018. D) Analisar os depoimentos dos gestores entrevistados e relacionar com o que vem sendo executado pela SED-MS aos professores da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, especificamente com os professores de Educação Física do Ensino Médio e com o que está previsto na meta 16 do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (2014-2024).

Tem como questão norteadora: quais políticas/programas para formação continuada foram implantadas e desenvolvidas na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul no Ensino Médio, para os professores de Educação Física no município de Campo Grande – MS, no período de 2014-2018?

¹ Informação obtida por meio do Portal da Transparência do governo do Estado de Mato Grosso do Sul, em 21 de Agosto de 2017, por meio de correio eletrônico. Site <http://www.esic.ms.gov.br/>.

O recorte temporal 2014 a 2018 justifica-se por corresponder ao primeiro quadriênio do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, no qual temos o 1º Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação: sistematização das metas e estratégias. Nesse relatório há explicações de como foram avaliadas as metas e estratégias do PEE-MS (2014-2024); e também, esse período corresponde ao primeiro mandato do governador Reinaldo Azambuja, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

O interesse pelo tema vem desde a especialização cursada na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na qual investiguei a respeito da “Educação Física: a compreensão das relações entre os saberes adquiridos no curso de especialização em Educação Física escolar: teoria e prática e a intervenção profissional”. Ao elaborar o projeto para a seleção do mestrado resolvi dar continuidade ao tema formação docente em serviço, na perspectiva das políticas de formação continuada.

O estudo em questão analisa como se configurou, entre os anos 2014 a 2018, a política e os programas de formação continuada no âmbito do Sistema Estadual de Ensino materializado pela Secretaria de Estado de Educação (SED/MS) para o cumprimento do que está previsto na meta 16 do PEE/MS para os 4 primeiros anos de vigência desse plano:

Formar, em nível de pós-graduação, 60% dos(as) professores(as) da educação básica, até o último ano de vigência deste PEE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (MATO GROSSO DO SUL, 2014a, p. 91).

Os planos nacional e estadual de educação, além de outros documentos oficiais, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9394/96 (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, têm destacado a importância da formação continuada como fator contribuinte para a qualidade da Educação Básica, segundo Cury (2014, p. 1054) “a qualidade pode ser apontada como capacidade para efetuar uma ação ou atingir uma certa finalidade”, é vista como algo que se pode agregar valor a determinado bem ou objeto.

Para explicar o significado de formação continuada, Dourado (2015a) aborda as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) por meio da Resolução CNE/CP nº 2/2015, que define que a formação continuada compreende as:

Dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores e envolve atividades de extensão para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na Educação Básica (DOURADO, 2015a, p. 271).

Dourado segue dizendo que a formação continuada deve estar de acordo com o projeto pedagógico das instituições de Educação Básica, conforme os problemas e desafios inseridos em seu contexto, a necessidade de acompanhar a inovação da ciência e da tecnologia, a realização do diálogo e a parceria com instituições e atores capazes de contribuir com a gestão da sala de aula e da instituição educativa (DOURADO, 2015a).

Foi feito o estado do conhecimento para identificar a quantidade de pesquisas, em que ano e de que maneira ocorreram, relacionadas ao mesmo tema ou com temas próximos. Sua função é mostrar ao pesquisador o que tem sido investigado, com o intuito de que o trabalho possa acrescentar um ponto diferente e, quem sabe, ser inédito.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa percorreram algumas ações. Primeiro realizamos o estado do conhecimento que, segundo Ferreira (2002, p. 258), significa

[...] mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que forma se em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários [...].

Elegemos os seguintes descritores: políticas de formação continuada de professores, formação continuada de professores do Ensino Médio, formação continuada de professores de Educação Física. Como critério de inclusão selecionamos as pesquisas que estão relacionadas a políticas públicas educacionais, ao plano nacional de educação e à formação continuada em serviço, o critério de exclusão foi: estar relacionado à prática docente.

O recorte temporal dessa pesquisa é de 2014 a 2018. O estado do conhecimento foi produzido entre o período de março de 2017 a junho de 2017 e, nesse período, encontramos apenas uma dissertação que abordou a política de formação continuada, ampliamos o período a ser pesquisado para 2011 a 2017 e obtivemos ao todo quatro trabalhos entre dissertações e teses.

Nos anos de 2011, 2013, 2014 e 2016 não encontramos nenhuma pesquisa sobre políticas de formação ou relacionada ao plano nacional de educação. No ano de 2012 encontramos uma dissertação da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em 2015 foram duas teses, uma da Universidade Federal de Sergipe e a outra da Universidade Federal de Santa Maria-RS e, em 2017, uma dissertação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

No banco de teses e dissertações da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e da Universidade da Grande Dourados (UFGD), não encontramos nenhum trabalho referente ao nosso objeto de pesquisa

no período de 2011 a 2017. No banco de dissertações e teses da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) encontramos uma dissertação do ano de 2017 e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) encontramos uma dissertação e duas teses.

A dissertação defendida na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em 2017, por Jorismary Lescano Severino, intitulada “Formação Continuada de Professores no município de Campo Grande/MS (2005-2012). O objetivo foi analisar a política educacional de formação continuada de professores do sistema de ensino do município de Campo Grande –

MS, na gestão do prefeito Nelson Trad Filho (PMDB), no período de 2005 a 2012. Seus resultados indicam que

[...] a maioria das atividades de formação continuada realizada não possibilitava a progressão na carreira conforme estabelecido no plano de carreira do município. Verificou-se ainda que os cursos desenvolvidos não apresentaram distinção entre os professores contratados e concursados, contemplando a participação de todos os profissionais da rede municipal nos projetos de formação continuada. A parceria público/privada na formação continuada dos profissionais de educação no município é uma descontinuidade nas políticas de formação continuada da REME (SEVERINO, 2017, p. 138).

A pesquisa de Severino (2017) investigou as políticas/programas implementados para formação continuada de professores do sistema de ensino do município de Campo Grande-MS durante a gestão do prefeito Nelson Trad Filho (PMDB), no período de 2002 a 2015. Se aproxima da nossa pesquisa porque investigou as políticas/programas de formação continuada oferecidos por uma rede de ensino aos seus professores, a diferença está na esfera de ensino, a dela foi municipal e a nossa estadual. Mas se distancia por estudar as interferências dessas políticas no Plano de Carreira, enquanto nós nos voltamos para o que está previsto na meta 16 do PEE-MS.

A dissertação defendida na Universidade Presbiteriana Mackenzie, por Vinicius Tavano em 2012, intitulada “Formação em Serviço de Professores em Escolas Municipais do Extremo Leste da Capital Paulista” teve por objetivo investigar a dinâmica do processo de formação permanente do professor, centrada na escola e suas consequências para o desenvolvimento da educação entre os anos de 2005 a 2009. Seus resultados indicam que

[...] verificamos um fluxo muito intenso de professores durante o período apurado, consideramos que as constantes mudanças no quadro de funcionários das escolas interferiram no desenvolvimento educacional, pois a cada grande mudança na equipe, conferíamos uma ruptura tanto no cotidiano escolar, como no trabalho de formação continuada. Quando da ocorrência deste fenômeno, caberia aos coordenadores pedagógicos, mesmo

com suas verificadas dificuldades, conhecer os novos membros e inteirá-los da realidade vivenciada nas unidades antes de iniciar um trabalho intensivo de formação. Quando as mudanças ocorrem na gestão escolar, a ruptura verificada é ainda maior. Os registros apontaram que a atuação do coordenador novato é ainda mais desafiadora, pois este, além de ter que se inteirar da realidade da comunidade local, deve reconhecer os saberes docentes, para poder atuar a partir dos saberes durante o momento de formação continuada, dessa maneira, consideramos que leva algum tempo para fazer com que o trabalho de formação possa se desenvolver de forma satisfatória (TAVANO, 2012, p. 173).

Tavano (2012) focou sua pesquisa no debate a respeito da formação continuada, privilegiando o local de trabalho docente, e utilizou os dados das avaliações em larga escala para identificar o rendimento dos alunos da escola *locus* e, posteriormente, analisou os conteúdos das formações, nas quais o coordenador pedagógico é o formador e os professores são os participantes.

Nossa pesquisa se diferencia do trabalho de Tavano (2012), por não contemplar as avaliações em larga escala como base do estudo e nem a mudança no quadro de professores ou o coordenador pedagógico, mas sim desenvolver uma investigação sobre que programas de formação continuada para professores foram desenvolvidos a partir do PEE-MS na Rede Estadual de Ensino de MS, na cidade de Campo Grande-MS.

Na tese defendida na Universidade Federal de Sergipe (UFS), por Núbia Josania Paes de Lira, em 2015, intitulada “Formação Continuada dos Professores de Educação Física da Rede Pública de Ensino do Município de Aracaju: mediações do Programa Horas de Estudo”, o objetivo foi analisar os nexos e as relações na política educacional do “Programa Horas de Estudos” destinadas à formação continuada de professores e a produção da Organização do Trabalho Pedagógico dos professores de Educação Física da Educação básica na Rede Municipal de Educação de Aracaju/SE. Suas considerações foram

[...] que não há uma definição clara e articulada de Formação Continuada de Professores baseando-se no fundamento social da educação na proposta de que a escola pública seja o esteio de formação de uma grande parcela da população brasileira, a classe popular atendida na escola pública na cidade de Aracaju (capital do Estado de Sergipe) compreendendo um total de 65,12% das crianças e jovens do Ensino Fundamental, cuja formação não corresponde ao propalado acesso aos conhecimentos produzidos ao longo da história pelo conjunto dos homens (LIRA, 2015, p. 167).

A pesquisa de Lira (2015) voltou-se para a análise sobre a educação, no que se refere às políticas públicas sobre Formação Continuada de Professores, em específico sobre o Programa de Formação Continuada de Professores de Educação Física da Rede Municipal de Educação de Aracaju, denominado Programa Horas de Estudo.

Esse estudo se difere do nosso por investigar um programa específico de Formação Continuada de Professores de Educação Física da prefeitura de Aracaju, indagando sobre quais bases esse programa contribui com os respectivos docentes. Enquanto nossa pesquisa analisou os programas de Formação Continuada ofertados pela SED/MS aos Professores de Educação Física do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de MS no período de 2014 a 2018.

Na tese defendida na Universidade Federal de Santa Maria no Rio Grande do Sul (UFSM) por Ieda Maria Kleinert Casagrande, em 2015, cujo título é “Políticas Públicas de Formação Continuada de Professores no Brasil: um estudo de caso na rede escolar pública estadual de educação do Paraná e do Rio Grande do Sul”, o objetivo foi conhecer, interpretar e compreender a organização das políticas de formação continuada de professores da escola pública estadual do Ensino Médio nos municípios de Cascavel/PR e Santa Maria/RS. Suas considerações foram:

A centralidade da formação continuada de professores, porém esta formação se situa num núcleo distante do núcleo onde encontram-se os jovens estudantes, os sujeitos a princípio a quem o Ensino Médio se destina. São sujeitos que não estão caracterizados pela escola, também não estão situados pelos programas de formação continuada. [...] no que se se refere ao Ensino Médio, esta é uma etapa da educação básica cujas reformas e propostas sucedem historicamente uma a uma sem conseguir concretizar uma política efetiva, justa e que realmente se oriente para resolver as fragilidades que compõem as políticas educacionais para o Ensino Médio (CASAGRANDE, 2015, p. 210 e 211).

Casagrande (2015) analisou como se dá a Formação Continuada de Professores do Ensino Médio nas cidades de Cascavel (PR) e Santa Maria (RS), com o intuito de compreender se essas políticas possibilitam a formação omnilateral e contra hegemônica.

Nossa pesquisa se aproxima de Casagrande (2015), pois também investigamos as políticas/programas de Formação Continuada de Professores do Ensino Médio.

Após esse levantamento de dissertações e teses que colaboraram para a compreensão do que já foi produzido sobre o tema, a continuidade foi com o levantamento e análise das fontes documentais, que, de acordo com Gil, a pesquisa documental está presente em todas as Ciências Sociais e é bem próxima à pesquisa bibliográfica, diferindo-se em relação à natureza das fontes:

[...] ela constitui um dos delineamentos mais importantes no campo da História e da Economia. Como delineamento, apresenta muitos pontos de semelhança com a pesquisa bibliográfica, posto que nas duas modalidades utilizam-se dados já existentes. A principal diferença está na natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material elaborado por

autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos. Já a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc. Mas há fontes que ora são consideradas bibliográficas, ora documentais. Por exemplo, relatos de pesquisa, relatórios e boletins e jornais de empresas, atos jurídicos, compilações estatísticas etc. O que geralmente se recomenda é que seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização, e fonte bibliográfica quando for obtido em bibliotecas ou bases de dados (GIL, 2017, p. 30-31).

Os documentos analisados foram aqueles que regulamentam a política de formação continuada de professores no Brasil e, mais especificamente, na Rede Estadual de Ensino de MS, no município de Campo Grande-MS (2014-2018). Tais como: o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Plano Nacional de Educação (2014-2024), o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (2014-2024), o Decreto n. 8.752/2016, a Resolução CNE/CP 2/2015.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que de acordo com Triviños (1987, p. 146), “tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa”. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152), além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

Os sujeitos entrevistados foram eleitos de acordo com o cargo que exercem na Secretaria de Estado de Educação. São representantes dos setores responsáveis pela elaboração/execução das políticas de formação continuada para o Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. Mais especificamente foram quatro pessoas: a Coordenadora de Formação Continuada (CFOR), o coordenador de Políticas o Ensino Médio e Educação Profissional (COPEP), o Superintendente Políticas Educacionais (SUPED) e o Gestor do Núcleo de Esporte (NESP) da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED-MS). As entrevistas nos permitiram compreender como foram oferecidas e desenvolvidas as formações continuadas pela SED-MS na cidade de Campo Grande-MS e qual a visão dos gestores.

Formação continuada é um tema em ampla discussão entre os estudiosos da área, como Cury (2004), Gatti (2008), Dourado (2015a), entre outros. Dourado (2015a) aborda as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para explicar o sentido e o significado da formação continuada para professores, “as novas DCNs definem que a formação continuada compreende dimensões coletivas, e profissionais, bem como o repensar do processo

pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, reuniões pedagógicas, cursos[...]”(DOURADO, 2015a, p. 271).

Dourado considera que a formação continuada pode melhorar a atuação profissional dos professores, desde que sua concepção de desenvolvimento dos profissionais do magistério considere alguns fatores, tais como: o projeto pedagógico das instituições de Educação Básica de ensino, conforme os problemas e desafios inseridos em seu contexto, a necessidade de acompanhar a inovação à ciência e à tecnologia, a realização do diálogo e a parceria com instituições e atores capazes de contribuir com a gestão da sala de aula e da instituição educativa (DOURADO, 2015a).

A formação continuada abrange vários cursos e atividades que venham a promover o crescimento pessoal e profissional docente na instituição que trabalham.

Segundo Gatti (2008, p. 58), no Brasil a formação continuada está sendo utilizada para suprir as más condições da formação inicial. Concebida como um aprofundamento de conhecimentos, mostrando a “precariedade em que se encontram os cursos de formação de professores em nível de graduação”, isso se contrapõe ao seu real conceito, o de aprofundamento do conhecimento.

Com o intuito de melhorar as condições da formação inicial e continuada brasileira, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), em julho de 2004, foi criado o programa Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica (REDE), com o objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores e alunos. O público-alvo prioritário da REDE são professores da educação básica dos sistemas públicos de educação.

As instituições de ensino superior públicas, federais e estaduais que integram a REDE produzem materiais de orientação para cursos a distância e semipresenciais, com carga horária de 120 horas. As áreas de formação são: alfabetização e linguagem, educação matemática e científica, ensino de ciências humanas e sociais, artes e educação física e gestão e avaliação da educação. O Ministério da Educação oferece “suporte técnico e financeiro e tem o papel de coordenador do desenvolvimento do programa, que é implementado por adesão, em regime de colaboração, pelos estados, municípios e Distrito Federal” (BRASIL, 2006, p. 9).

O programa REDE dá suporte as instituições de ensino, o MEC oferece o suporte técnico e os professores ministram as aulas. Cada um tem um papel e todos são significantes, quando o resultado dessas ações não é positivo não podemos delegar ao professor a responsabilidade pelo desempenho (seja bom ou ruim) do aluno nas redes de ensino. Esse

resultado é composto por diversos fatores, tais como: “as políticas educacionais postas em ação, a formação dos gestores, o financiamento da educação, a estrutura e gestão das escolas, a condição do professorado, os planos de carreira e salários dos docentes da educação básica, as condições de trabalho nas escolas” (SILVA; AQUINO, 2016, p. 62 e 63).

Para o MEC são compromissos do professor: zelar pela aprendizagem dos alunos, elaborar e organizar os conteúdos a serem aplicados, participar da produção da proposta pedagógica e confecção das avaliações, além disso “deve também ser sujeito de seu próprio desenvolvimento profissional. Isto é, compete a este profissional participar ativamente dos programas, projetos e ações de formação continuada que visam qualificar o trabalho docente” (BRASIL, 2006, p. 17). Cabe aos sistemas de ensino oferecer condições e políticas voltadas para este fim, realizar convênio entre universidades e órgãos gestores da educação com o objetivo de se cumprir legalmente as orientações (BRASIL, 2006).

Segundo Cury (2004), por melhor que seja um curso de formação acadêmica, um professor não está pronto para atuar ao término da graduação, “ele ainda tem a necessidade de complementar, aprimorar e atualizar seus conhecimentos na prática” (CURY, 2004. p. 188). Sabendo disso, entende-se que a formação continuada é um processo de crescimento do profissional da educação. Tanto a formação inicial como a continuada estão baseadas em pressupostos e ideais comuns, que enxergam o aluno/professor como sujeito de seus conhecimentos e práticas, dotado de experiência. Por meio dessa formação os docentes realizam um trabalho coletivo que requer maior envolvimento individual.

A Resolução CNE/CP nº 2/2015 estabelece a quantidade de horas mínimas que cada tipo de formação deve conter e o significado das diferentes formações para as instituições que as promovem. Explicita que a principal finalidade da formação continuada é “a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente” (BRASIL, 2015, p. 13).

A meta 16 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) voltada especificamente para a formação continuada, mostra sua importância para a continuidade do desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes. Essa política almeja manter os professores atualizados e em constante aprendizagem, seja em “relação ao papel do professor, à dinâmica formativa, à relação teoria e prática, entre outros” (DOURADO, 2015a, p. 260).

Para apresentar a pesquisa realizada, organizamos a dissertação em quatro capítulos. O capítulo I, refere-se às Políticas/Programas Nacionais para Formação Continuada de Professores do Ensino Médio no contexto brasileiro, teve como objetivo contextualizar em

âmbito nacional os programas de formação continuada para professores, utilizando como marco o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em 2007.

O capítulo II abordou as Políticas/Programas estaduais para a formação continuada de professores do Ensino Médio em Mato Grosso do Sul, teve como objetivo examinar as políticas/programas estaduais para formação continuada de professores do Ensino Médio em Mato Grosso do Sul.

No capítulo III, foi feita uma análise das Políticas/Programas de formação continuada dos professores de Educação Física do Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino do Mato Grosso do Sul, no município de Campo Grande-MS e da meta 16 do Plano Estadual de Educação (PEE/MS 2014-2024), abordando quais programas foram elaborados para cumprir o previsto em relação à formação continuada de professores de Educação Física atuantes no Ensino Médio, em Campo Grande-MS, no período de 2014-2018.

No capítulo IV, foram feitas a apresentação e a análise das entrevistas concedidas pelos quatro gestores da SED-MS, relacionando-as com as estratégias 16.1, 16.4, 16.6 e 16.9 da meta 16 do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul.

Os resultados apontaram que a meta 16 do PEE-MS vem sendo cumprida parcialmente. São ofertados cursos de formação continuada aos professores da educação básica, por área de atuação. No caso específico, aos professores de Educação Física, tais cursos não têm atendido a um grande número de docentes, se comparado ao número de docentes do quadro de professores da REE-MS. Um dos motivos é o dia e horário que são disponibilizados tais cursos, geralmente aos finais de semana, dia de descanso do professor e porque os temas abordados não são do interesse dos professores. O mesmo ocorre com os cursos de pós-graduação que a SED-MS oferece em parceria com a UEMS e a Fundect, são colocados muitos requisitos para a participação e pouco é o retorno financeiro, desestimulando o docente a realizar tal jornada de estudo.

Em relação as estratégias que preveem licenciamento remunerado e/ou bolsa de estudo ainda não foi ofertado nenhum porque para isso precisa estar previsto no plano orçamentário do Estado de um mandato para outro.

1 CAPÍTULO I –POLÍTICAS/PROGRAMAS NACIONAIS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO BRASILEIRO

O objetivo deste capítulo é contextualizar em âmbito nacional as políticas/programas de formação continuada para professores do Ensino Médio. Para tanto, será apresentado um levantamento das principais políticas/programas de formação continuada de professores desde a instituição do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em 2007.

1.1 Políticas/programas nacionais para formação continuada

Entendemos por políticas públicas:

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (SOUZA, 2006, p. 13).

Seguindo nesse mesmo viés, Teixeira (2002, p. 2) diz que não podemos deixar de lado a “não-ação, as omissões, como forma de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos”.

Teixeira (2002) complementa esse conceito abordando outro significado. Políticas públicas são:

Diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (2002, p. 2).

De acordo com Chauí (2000), governo é o representante de programas e projetos, que uma parte da sociedade propõe para todos que a compõe. E Estado “é formado por um conjunto de instituições permanentes que permitem a ação dos governos” (CHAUÍ, 2000, p. 475).

A política possui vários sentidos. Um deles está baseado na ação dos governantes que possuem autoridade para dirigir a sociedade organizada em Estado, elaborando leis, definindo costumes, assegurando direitos e obrigações, assim como as ações de grupos da sociedade que concordam ou discordam da autoridade governamental e formam espaços para protestar com reivindicações, usando a resistência (CHAUÍ, 2000).

De acordo com Vieira(2008, p. 21),“as políticas educacionais expressam a multiplicidade e a diversidade da política educacional em um dado momento histórico, expressando-se por meio da legislação, de planos, projetos e programas”. Vieira segue dizendo que a política educacional reflete as“ideias e ações governamentais”(VIEIRA, 2008, p. 21), ou seja, “a análise de política pública é por definição, estudar o governo em ação” (SOUZA, 2003, p. 18).

Segundo Dourado (2016), as políticas educacionais são caracterizadas como um campo polissêmico no qual há diferentes concepções sobre o papel do Estado e do seu planejamento, refletindo em políticas educacionais marcadas por interesses diversos. Esse quadro é agravado pela ausência de um Sistema Nacional de Educação institucionalizado, por políticas e planejamentos que não possuem continuidade, ou seja, a cada novo governo que entra são elaboradas novas políticas e as anteriores são deixadas de lado.

Com base em leituras já realizadas, políticas públicas são ações elaboradas e desenvolvidas pelo Estado, baseadas nas necessidades da população local, a fim de minimizar determinada carência e ainda atender demandas da sociedade civil.

Para compreender o que é formação continuada e como são elaboradas é preciso entender que uma das formas de materialização das políticas públicas são os programas de formação continuada, ou seja, a Secretaria de Educação elabora e desenvolve diversos programas de formação continuada, alguns são padrões, conforme previsto no Plano Nacional de Educação e outros mais peculiares, de acordo com cada realidade escolar, para ampliar e dar sequência a formação do professor e, conseqüentemente, melhorar o aprendizado do aluno.

No âmbito brasileiro, o Plano de Desenvolvimento da Educação(PDE),um importante instrumento das políticas nacionais, lançado pelo Ministério da Educação (MEC) em abril de 2007, é “um plano coletivo de médio e longo prazo, sistêmico, cujo objetivo é melhorar a qualidade da educação no País, com foco prioritário na educação básica” (BRASIL, 2007, p. 2). Para que se cumpra o PDE é necessário o envolvimento da sociedade civil, pais, alunos, professores e dirigentes, com o intuito de ampliar as condições de permanência e efetiva aprendizagem do aluno na escola.

Segundo Saviani (2007, p. 1234), no que se refere à formação docente, o PDE“pretende oferecer, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), cursos de formação inicial e continuada de docentes da educação básica, esperando atingir aproximadamente dois milhões de professores”.

Em 2009 foi elaborado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Ministério da Educação (MEC), a Política de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, e instituído o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR)², o qual é composto por um conjunto de ações entre o Governo Federal, a participação das Instituições de Ensino Superior - IES públicas e secretarias de educação de estados e municípios, com o objetivo de ministrar cursos superiores e de formação continuada aos docentes em serviço (BARRETO, 2015).

A CAPES recomenda que as licenciaturas sejam ofertadas preferencialmente em cursos presenciais interligados com tecnologia a distância, e a formação continuada reservada aos cursos a distância (BARRETO, 2015).

O MEC estabeleceu princípios e diretrizes norteadoras afim de implementar a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, são eles: a) a formação continuada é exigência da atividade profissional no mundo atual; b) a formação continuada deve ter como referência a prática docente e o conhecimento teórico; c) a formação continuada vai além da oferta de cursos de atualização ou treinamento; d) a formação para ser continuada deve integrar-se no dia-a-dia da escola; e) a formação continuada é componente essencial da profissionalização docente (BRASIL, 2006).

Para atingir as diretrizes foram estabelecidos convênios com Universidades, as quais constituíram Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação e em cada Centro criou-se uma equipe para coordenar a “elaboração de programas voltados para a formação continuada dos professores de Educação Básica em exercício nos sistemas estaduais e municipais de educação” (BRASIL, 2006, p. 26). Coube ainda aos Centros realizar parcerias com outras Universidades para cumprir o estabelecido pelo MEC (BRASIL, 2006).

O PDE é composto por vários programas, tais como: a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica (REDE), “visando a institucionalizar o atendimento da demanda de formação continuada, dirigida exclusivamente à Educação Infantil ao Ensino Fundamental” (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p. 55); O Pró-Letramento direcionado aos anos iniciais do Ensino Fundamental; O Gestar II, voltado para os anos finais do Ensino Fundamental e o Proinfantil, especificamente para docentes da Educação Infantil.

² O PARFOR integra o Plano de Ações Articuladas (PAR) do Governo Federal, que, por sua vez, faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação ao qual aderiram todas as unidades da federação (BRASIL, 2009; portaria normativa n. 9).

O Prodocência também é uma das ações do PDE. É um Programa de Consolidação das Licenciaturas, uma ação da Capes cuja finalidade é o fomento à inovação e à elevação da qualidade dos cursos de formação para o magistério da Educação Básica, na perspectiva de valorização da carreira docente. Seus objetivos específicos são: novas formas de organização curricular, gestão institucional e/ou renovação da estrutura acadêmica dos cursos de licenciatura; experiências metodológicas e práticas docentes de caráter inovador, utilização e adequação de espaços voltados para a formação de professores; o desenvolvimento profissional e a formação continuada dos professores das licenciaturas, com foco no melhoramento de estratégias didático-pedagógicas dos cursos de formação de professores (BRASIL, 2007).

Sendo o PDE uma proposta heterogênea, que abrange vários programas direcionados à educação básica, seis são direcionados à formação continuada docente, mas apenas dois são para os professores de todas as etapas da educação básica e, portanto, incluem os professores do Ensino Médio. Não há nenhum programa de formação continuada específico para os professores do Ensino Médio, assim como existem dois programas de formação continuada específicos para a Educação Infantil e dois para o Ensino Fundamental.

Saviani (2007, p. 1239) discute a estrutura do Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2011) e o PDE, constatando que o PDE “não constitui um plano, em sentido próprio”, é um conjunto de ações que se constituíram em estratégias para cumprir objetivos e metas previstos no PNE. Continua Saviani (2007, p. 1239), “o PDE não se define como uma estratégia para o cumprimento das metas do PNE”, e faz uma crítica relatando que o programa não tem início com o diagnóstico, com as diretrizes e com os objetivos e metas constitutivos do PNE, mas é composto por ações que não se articulam organicamente.

Em 29 de janeiro de 2009 foi instituído o Decreto 6.755 que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no fomento a programas de formação inicial e continuada, com o objetivo de organizar em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da Educação Básica (BRASIL, 2009).

Por meio das portarias 833 e 931 são criadas as diretrizes para cumprir o que ficou estabelecido no Decreto 6.755/2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplinar a atuação da Capes no fomento a programas de formação inicial e continuada.

Posteriormente foi revogado pelo Decreto 8.752/2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. O Decreto 6.755/2009 estabelecia que a Capes teria como função: “organizar e fomentar a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, no âmbito do MEC” (TEATINI, 2010, p. 10) e o Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente ficou incumbido de “formular o plano estratégico em cada estado e concretizar a política nacional de formação dos profissionais do magistério” (TEATINI, 2010, p. 10).

Um dos desdobramentos do Decreto 6.755, inciso IX, artigo 2 foi a iniciativa de criar o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), com o objetivo de ampliar direitos, diminuir diferenças regionais e promover igualdade no acesso à formação de professores da Educação Básica (SOUZA, 2014).

Em 01 de julho de 2015 o MEC, o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho Pleno (CP) homologaram a Resolução n. 2 que “Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada” (BRASIL, 2015, p. 1). Com essas diretrizes objetivou garantir maior organicidade para a formação inicial e continuada dos profissionais para o magistério da Educação Básica.

As deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE) tiveram papel significativo junto à articulação do SNE, às políticas e à valorização dos profissionais da educação, no momento em que reafirmaram uma base comum nacional para a formação inicial e continuada, reiterando a concepção de formação pautada tanto pelo desenvolvimento de sólida formação teórica e prática, como pelo direcionamento ao trabalho como um princípio educativo na formação profissional (DOURADO, 2015a).

Essa resolução é uma das iniciativas do Conselho Nacional de Educação (CNE), sua materialização é resultado de um longo processo de debates, discussões com participação da comunidade educacional e da sociedade em geral. O Conselho, por meio do trabalho da Comissão Bicameral de Formação de Professores e entendendo que a formação dos profissionais da educação necessitava de um novo olhar para superar o fracionamento existente, elaborou as “diretrizes, a fim de contribuir para uma maior organicidade da formação mediante a articulação entre a formação inicial e continuada” (AGUIAR, 2017, p. 50).

Na Resolução CNE/CP nº 2/2015 está estabelecida a quantidade de horas mínimas que cada tipo de formação deve conter e o significado das diferentes formações para as instituições que as promovem. Explicita também a principal finalidade da formação

continuada, que é “a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente” (BRASIL, 2015, p. 13).

De acordo com a legislação a formação continuada envolve:

I - atividades formativas organizadas pelos sistemas, redes e instituições de educação básica incluindo desenvolvimento de projetos, inovações pedagógicas, entre outros;

II - atividades ou cursos de atualização, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas e máxima de 80 (oitenta) horas, por atividades formativas diversas, direcionadas à melhoria do exercício do docente;

III - atividades ou cursos de extensão, oferecidos por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora;

IV - cursos de aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da instituição de educação superior;

V - cursos de especialização *lato sensu* por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da instituição de educação superior e de acordo com as normas e resoluções do CNE;

VI - cursos de mestrado acadêmico ou profissional, por atividades formativas diversas, de acordo com o projeto pedagógico do curso/programa da instituição de educação superior, respeitadas as normas e resoluções do CNE e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes;

VII - curso de doutorado, por atividades formativas diversas, de acordo com o projeto pedagógico do curso/programa da instituição de educação superior, respeitadas as normas e resoluções do CNE e da Capes (BRASIL, 2015, p.14).

Para Dourado (2015b), na última década vários movimentos se manifestaram a favor da valorização dos profissionais do magistério, a formação inicial e continuada de boa qualidade são formas de valorização. Inicialmente deve-se pensar em um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para depois pensar no Plano Pedagógico Institucional (PPI) e no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), todos esses documentos devem ter uma base nacional comum, que permitirá aos futuros acadêmicos receber uma formação baseada em conhecimento consistente e científico, mas sem um engessamento curricular, ao contrário, algo que permita mais autonomia escolar. Ou seja, no qual a teoria e a prática caminham juntas, de modo a complementar as necessidades formativas dos profissionais da educação (DOURADO, 2015b).

No capítulo 1 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada (Resolução n. 2/2015), no artigo 1, parágrafo 2, está previsto que as atividades de formação continuada dos profissionais do magistério ofertados

pelos Centros de formação de estados e municípios, das instituições educativas de Educação Básica ao elaborarem suas atividades devem executá-las em conformidade com:

As políticas públicas de educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais, o padrão de qualidade e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), expressando uma organicidade entre o seu Plano Institucional, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Projeto Pedagógico de Formação Continuada (PPFC) através de uma política institucional articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes (BRASIL, 2015).

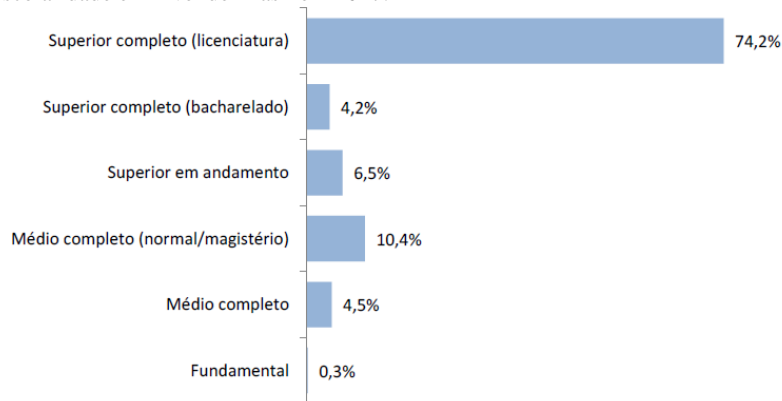
De acordo com o artigo 17 da Resolução CNE/CP 2/2015:

A formação continuada deve se dar pela oferta de atividades formativas e cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado que agreguem novos saberes e práticas, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades da educação (BRASIL, 2015, p.14).

A formação continuada abrange diversos tipos de cursos, com diferentes cargas horárias, podendo ser realizada de maneiras variadas. Mas não com o intuito de corrigir uma má formação inicial e sim com a pretensão de ampliar conhecimentos para a vida pessoal e profissional de cada um. Nas diretrizes curriculares nacionais para formação inicial e continuada estão previstos cursos de graduação em licenciatura para aqueles professores que possuem a formação em nível médio, cursos de formação pedagógica para professores que atuam em uma área diferente da sua área de formação inicial e cursos de segunda licenciatura para quem desejar fazer (BRASIL, 2015).

Conforme os dados estatísticos do Censo Escolar Brasileiro de 2017, 78,4% dos professores que atuam na Educação Básica possuem nível superior. Desses docentes com graduação, 94,7% têm curso de licenciatura (BRASIL, 2018). Os docentes que atuam na educação básica, 142.495 (6,5%) estão com o nível superior em andamento (BRASIL, 2018).

Gráfico 1 - Distribuição dos docentes que atuam na Educação Básica por nível de escolaridade em nível de Brasil em 2017.

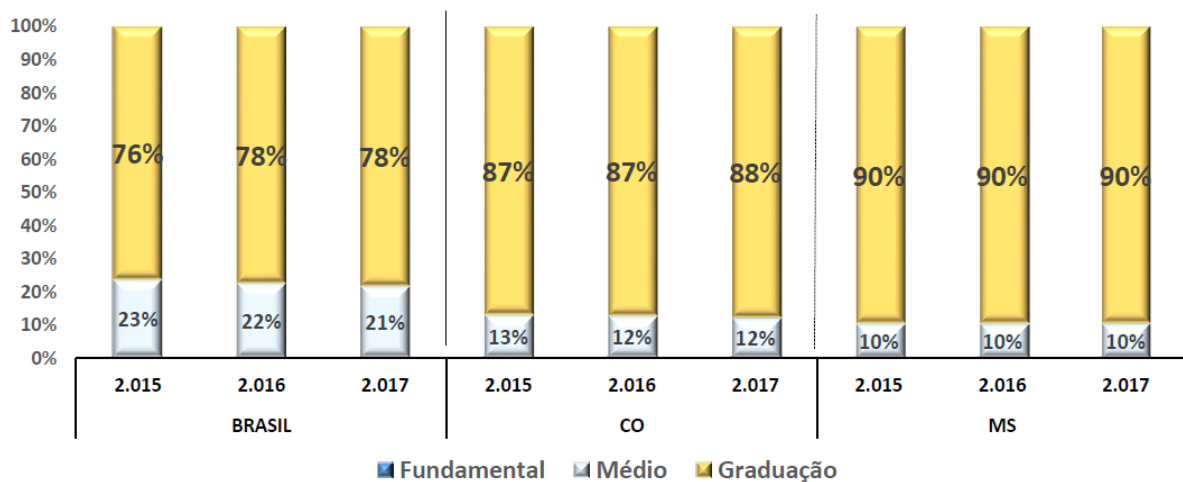


Fonte: Censo Escolar Brasileiro 2017, (BRASIL, 2018).

O gráfico 1 mostra que 74,2% dos docentes brasileiros possuem curso superior completo em licenciatura, o que já é uma conquista para a educação brasileira, mas que 4,2% dos professores que estão nas escolas da Educação Básica possuem curso superior completo em uma área de bacharel, ou seja, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, tais profissionais precisam realizar a complementação pedagógica para ministrarem aulas. Professores com o curso superior em andamento somam 6,5%, professores com Ensino Médio completo (normal ou magistério) somam 10,4%. Com Ensino Médio completo são 4,5% e apenas com fundamental são 0,3%. Com esses dados é possível observar que ainda são 25,9% dos professores que necessitam realizar ou curso de complementação pedagógica, terminar ou iniciar uma para atingir o previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

O gráfico apresenta os dados estatísticos do Censo Escolar de MS, elaborados pela SED-MS, referente ao ano de 2017 relativos a distribuição percentual de docentes na Educação Básica pela sua escolaridade/formação acadêmica entre os anos de 2015 a 2017.

Gráfico 2 - Distribuição do percentual de docentes na Educação Básica, em MS, pela sua escolaridade/formação acadêmica entre os anos de 2015 a 2017.



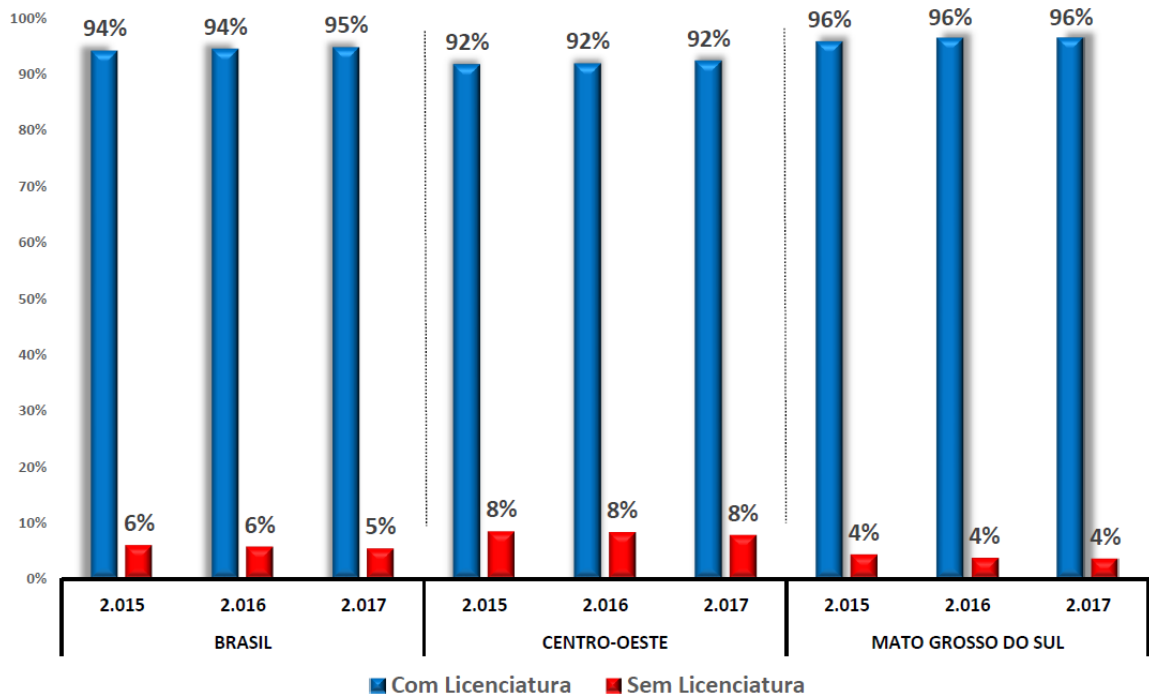
Fonte: Censo Escolar Brasileiro 2017, (BRASIL, 2018).

O gráfico 2 mostra que em nível nacional os professores com graduação no ano de 2015 somavam 76%, enquanto que os professores com Ensino Médio somavam 23%, restando 1% que correspondia a 6.302 professores apenas com Ensino Fundamental. Esse número diminuiu em 2016, os professores com Ensino Fundamental representavam menos de 1%, totalizando 6.043 e em 2017 houve outra redução, totalizando 5.570 professores com Ensino Fundamental no Brasil. Na região Centro-Oeste o número de professores apenas com

Ensino Fundamental em 2015 era de 377, o que equivalia a menos de 1% do total dessa região, número esse que teve um pequeno aumento em 2016, passando a ser de 406 professores. Em 2017, houve discreta redução e passaram a 379 professores com Ensino Fundamental. Em MS, no ano de 2015 36 professores representavam o quantitativo docente com Ensino Fundamental, em 2016 e contingente subiu para 48 professores e, em 2017, foi registrada uma pequena queda, resultando em 45 professores.

Em relação ao número de professores com curso superior em licenciatura ou bacharel em MS temos o seguinte gráfico.

Gráfico 3 - Docentes com curso de graduação em licenciatura e docentes com curso de bacharel na Educação Básica entre os anos de 2015 a 2017.



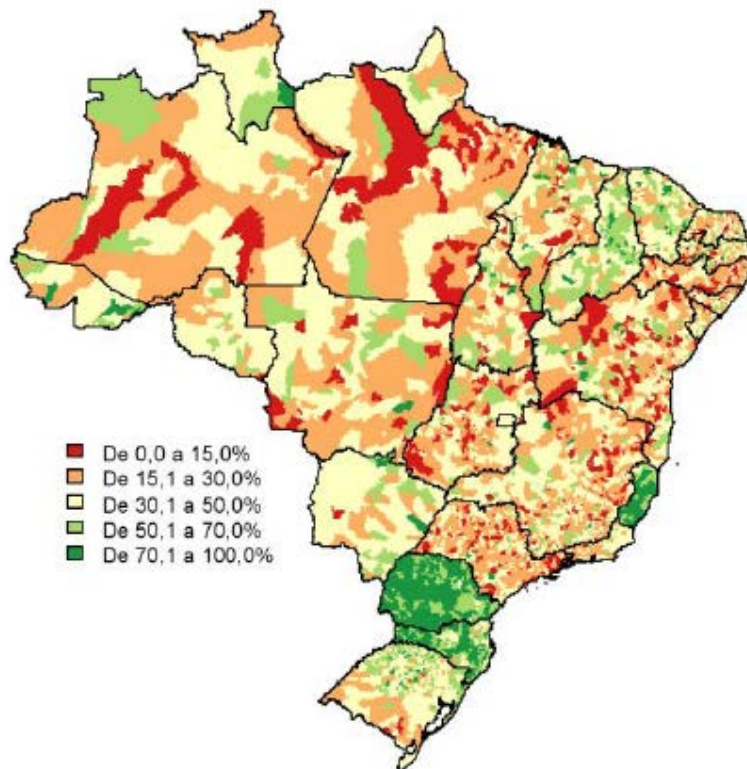
Fonte: Censo Escolar Brasileiro 2017, (BRASIL, 2018).

O gráfico 3 mostra que nos anos de 2015 e 2016, no Brasil, o percentual de professores licenciados era de 94% e, conseqüentemente, o percentual de bachareis era de 6%, número que reduziu 1%, totalizando 5% de bachareis em 2017. Na região Centro-Oeste, o percentual de professores bachareis é maior se comparado ao nível nacional, esse percentual se manteve estável de 2015 a 2017, representando 8%. Já MS possui um percentual maior de professores licenciados tanto se comparado ao Brasil quanto à região Centro-Oeste, número que corresponde a 96% desde 2015 a 2017.

Com relação à formação continuada de professores, sendo ela cursos de curta duração realizados tanto na escola, promovidos pela Secretaria de Estado de Educação, como fora

dela, aqueles que os professores buscam por conta própria, os estados do Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina se destacam com o maior número de municípios com elevado percentual de docentes que realizaram cursos de formação continuada.

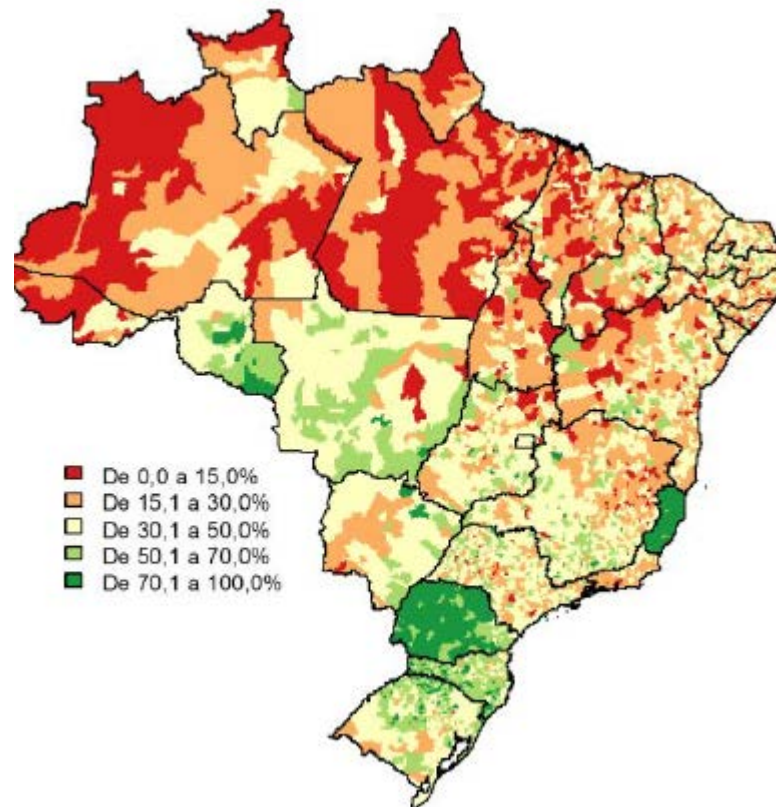
Mapa 1 - Percentual de professores da Educação Básica com Formação Continuada por município brasileiro em 2017.



Fonte: Censo Escolar Brasileiro 2017, (BRASIL, 2018).

Por meio do mapa 1, observamos que os estados da região Norte são os que possuem o menor número de professores com formação continuada, mas cabe destacar uma exceção no extremo norte do estado do Amazonas, onde há uma porção significativa de docentes com formação continuada que equivale de 50,1 a 70%. Na região Nordeste temos uma miscigenação de quantidades, com destaque para os estados do Piauí e Ceará, como os estados da região com maior número de professores com formação continuada. Na região Sul, o destaque é o Rio Grande do Sul, com menor proporção porque as formações continuadas variam de 15,1% a 70%, mas a predominância é de 30,1 a 50%. Em todos os municípios do Espírito Santo e do Paraná, mais de 30% dos docentes realizaram cursos de formação continuada. Em Santa Catarina, o mesmo ocorre para 97,6% dos municípios (BRASIL, 2018).

Mapa 2 - Percentual de professores da Educação Básica com Pós-Graduação Lato Sensu ou Stricto Sensu por município brasileiro em 2017.



Fonte: Censo Escolar Brasileiro 2017, (BRASIL, 2018).

De acordo com as Notas Estatísticas do Censo Escolar 2017, os estados do Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Roraima e Maranhão são os que possuem o menor número de professores com pós-graduação, em sua maioria o percentual está entre 0,0 e 15%. Nos demais estados da região Nordeste e no Rio de Janeiro, o percentual de professores com pós-graduação varia entre 15,1 e 50%. Em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul, o percentual varia de 30,1 a 70% e os estados de Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo possuem o maior número de professores pós-graduados, com o percentual variando de 50,1 a 100%.

Os estados do Espírito Santo e Paraná se destacam com o maior número de municípios com alto percentual de docentes com pós-graduação *Lato Sensu* ou *Stricto Sensu*. Em todos os municípios do Espírito Santo mais de 50% dos docentes possuem pós-graduação *Lato Sensu* ou *Stricto Sensu*. No Paraná, o mesmo ocorre para 98,2% dos municípios (BRASIL, 2018).

As novas diretrizes curriculares para formação inicial e continuada, na busca por maior organicidade das políticas, enfocam a necessidade de “repensar e progredir nos marcos referenciais para formação inicial e continuada” (DOURADO, 2015b, p. 306) por meio de

ações mais orgânicas entre as políticas e gestão para a Educação Básica e Educação Superior, acrescentando a Pós-Graduação e, assim voltar para as políticas direcionadas à valorização dos profissionais da educação (DOURADO, 2015b).

Outra política educacional criada para expandir os direitos e os deveres a educação brasileira foi sancionada no dia 25 de junho de 2014, por meio da Lei 13.005, colocando em vigor o Plano Nacional de Educação com validade de 10 anos. Sendo “um instrumento de planejamento do nosso Estado democrático de direito para orientar a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor” (BRASIL, 2014, p.7).

O PNE é uma política de estado para a educação brasileira. Dentre os vários desafios a ser superado estão: a articulação entre economia e política e suas concepções em disputa, “a necessária regulamentação de algumas de suas metas e estratégias, bem como o esforço pela ampliação dos recursos para a educação” (DOURADO, 2017, p. 41).

Esse é o segundo PNE (2014-2024) e foi elaborado para se cumprir o que está previsto no artigo 14 da Constituição Federal de 1988, “a lei estabelecerá o PNE, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino [...]” (BRASIL, 2009 p. 3). Para a escrita e organização desse plano foram realizadas conferências municipais e estaduais, fóruns e a Conferência Nacional de Educação (CONAE). Estão contemplados todos os níveis, etapas e modalidades educacionais.

O MEC, as Comissões da Câmara e do Senado, o Conselho Nacional de Educação e o Fórum Nacional de Educação são os responsáveis pelo monitoramento e avaliações periódicas. É composto por 20 metas e 254 estratégias, agrupadas conforme menciona Dourado, Grossi Junior e Furtado:

- a) metas visando à garantia do direito à Educação Básica com qualidade, no que se refere ao acesso e à universalização dessa etapa da educação, incluindo a alfabetização e a ampliação da escolaridade; b) metas específicas para a redução das desigualdades e para a valorização da diversidade; c) metas para promoção da valorização dos profissionais da educação; d) metas relativas à avaliação e seus sistemas; e) metas referentes à Educação Superior; e) meta visando à regulamentação da gestão democrática e f) meta que trata especificamente do financiamento (2016, p. 451).

As diretrizes, metas e as estratégias visam atender as necessidades de todas as etapas educacionais e apontar soluções para problemas recorrentes nesse quesito, tais como falta de vaga nas escolas públicas em determinadas etapas do ensino, evasão escolar e a falta da

gestão democrática. Com período de conclusão das estratégias que variam de seis meses aos dez anos de vigência do mesmo e o envolvimento dos entes federativos.

Outra política pública nacional direcionada à formação dos profissionais da Educação Básica se deu por meio do Decreto n. 8.752, que foi sancionado em 9 de maio de 2016, esse decreto revogou os seguintes decretos: n. 6.755/2009 e n. 7.415/2010³. Para a elaboração e criação desse decreto foram levadas em conta as metas 15 e 16 do PNE, as quais abordam, respectivamente, formação dos profissionais da Educação Básica e Formação Continuada em sua área de atuação.

O presente decreto visa “fixar princípios e objetivos para a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica e de organizar seus programas e ações em regime de colaboração entre os sistemas de ensino e em consonância com o PNE” (BRASIL, 2016, p. 1).

O decreto considera profissionais da educação três categorias de trabalhadores que estão elencados no artigo 61 da LDB: professores, pedagogos e funcionários da educação, atuantes nas redes públicas e privadas da Educação Básica ou a elas destinados.

De acordo com as necessidades do exercício de cada profissional da Educação Básica, a formação dos profissionais tem os princípios de compromisso com um projeto social, político e ético, o compromisso dos profissionais e das instituições com o aprendizado dos estudantes na idade certa, garantia de padrão de qualidade nos cursos de formação inicial e continuada, reconhecimento das instituições educativas e demais instituições de Educação Básica como espaços necessários à formação inicial e à formação continuada.

Quanto às formas de financiamento para a execução da formação continuada, está previsto no artigo 70, da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que as despesas com o aperfeiçoamento docente e demais profissionais da educação deverão ser realizadas com o valor destinado ao Fundo para Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), “o qual prevê a capacitação de profissionais do magistério com recursos da parcela de 40%, destinada às despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE)” (BRZEZINSKI, 2008, p. 56).

³Decreto 6.755/2009 - Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada.

Decreto 7.415/2010 - Institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, dispõe sobre o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público – Profucionário.

1.2 Os professores e a formação continuada

Os professores têm sido responsabilizados pelos resultados que as escolas estão produzindo, pelo fato de estarem diretamente envolvidos nesse processo. Ao vincularmos desempenho escolar versus professor, faz com que os docentes sejam o principal foco de estudos dentro da escola.

Quando nos referimos à formação continuada de docentes, o campo de investigação é abrangente. Pode ser dividido em dois grandes grupos: o primeiro “centra a atenção no sujeito professor” (DAVIES et al, 2012, p.11) e é subdividido em: I – um professor com maior qualificação em termos éticos e políticos, aumenta sua importância social e, conseqüentemente, as expectativas nele depositadas dão um novo sentido a sua profissão; II – a formação inicial do docente é aligeirada e precária, sendo fundamental ajudá-lo a superar as dificuldades encontradas no exercício profissional; III – os ciclos de vida profissional devem ser amplos, incluindo a formação continuada, e considerar a experiência no magistério, seus interesses e necessidades. O segundo grupo centra-se “nas equipes pedagógicas da escola, essa abordagem defende a ideia de que as formações continuadas devem ocorrer, prioritariamente, no interior de cada uma delas, à luz dos problemas que enfrentam” (DAVIES et al, 2012, p. 12) e está subdividido em:

I – aqueles que entendem ser o coordenador pedagógico (CP) o principal responsável pelas ações de formação continuada na escola;

II – aqueles que buscam fortalecer e legitimar a escola como um *locus* de formação contínua e permanente, possibilitando o estabelecimento, nela, de uma comunidade colaborativa de aprendizagem (DAVIES et al, 2012, p. 12).

A divisão vista anteriormente sobre formação continuada foi desenvolvida para facilitar a compreensão, considerando a abrangência do termo e geralmente causa dúvida quanto ao cerne de estudo. Nessa pesquisa trataremos da formação continuada como uma continuidade aos estudos e novas aprendizagens a partir das vivências realizadas pelos docentes.

A escola como *locus* da formação continuada é o local para participação do professor durante todo o processo formativo sendo sua presença imprescindível e central, desde o planejamento, a execução e, por fim, a avaliação dos resultados. É necessária união do corpo docente da escola, para decidir o tipo de formação que desejam, sua finalidade, quais temas e conteúdos serão abordados e a forma de implementação. As formações devem ocorrer tanto

nas instituições de ensino como nas demais dependências do sistema educacional (DAVIES, et al, 2012).

Predomina a ideia de que os professores tenham a oportunidade de receber da Secretaria de Educação e dos demais órgãos competentes formação continuada em seu local de serviço, pois dessa maneira é possível que atenda às necessidades locais de cada realidade e os professores consigam debater entre si os assuntos que necessitam, partindo dos olhares de diferentes professores e, juntos, possam buscar a solução.

Se pensarmos na qualidade que as escolas oferecem às crianças e aos jovens e, da mesma maneira, voltarmos o olhar para o desenvolvimento profissional do docente, isso significa uma preocupação com a “formação continuada de professores, em sua articulação com o trabalho docente” (DAVIES et al, 2012, p. 9). Para haver qualidade no ensino é necessário que haja formação inicial e continuada, estrutura física e material adequado e salário condizente com sua função. Em relação à formação continuada, uma parte é recebida em seu local de trabalho e outra parte depende do docente buscar, mas para que consiga ir em busca da formação continuada a escola precisa oferecer um suporte.

Segundo Pereira (2010), durante muito tempo em nossa história a formação docente restringia-se a cursos de preparação de professores nas universidades, tanto nas instituições de Ensino Superior como nas de Ensino Médio (curso normal). Somente a partir da segunda metade dos anos 1980 é que a ideia de que a formação de professores não termina com a conclusão de um curso superior, ganhou força.

Dessa forma, a formação de professores passou a ser dividida em duas etapas: a formação inicial e a formação continuada, contínua ou em serviço. A formação continuada, muitas vezes, revela-se em ações isoladas, pontuais e de caráter individual, retratando uma formação descontínua. Os cursos ofertados aos docentes geralmente são de curta duração (conhecidos como atualização, aperfeiçoamento e reciclagem) ou de Pós-Graduação *Lato Sensu* “em que os temas e os conteúdos ali tratados não necessariamente refletem as necessidades formativas dos docentes” (PEREIRA, 2010, p. 2). Isso possibilita aos professores ter vários certificados, mas poucos ganhos para a melhoria de sua prática de ensino em sala de aula (PEREIRA, 2010).

Freitas (2018), mostra no Caderno de Avaliação das metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024) que a meta 16 do PNE, que aborda a formação continuada e Pós-Graduação de professores tem o objetivo de expandir a oferta de cursos de Pós-Graduação em Universidades públicas e gratuitas, baseada na qualidade social de formação para infância e juventude, ou seja, não pode ser uma formação continuada exclusivamente sobre os conteúdos

da Base Nacional Comum Curricular, que tem como objetivo “a padronização curricular e a avaliação em larga escala, em cada disciplina e ano da Educação Básica” (FREITAS, 2018, p. 59).

As Conferências Populares de Educação, municipais, estaduais e nacional debatem o assunto e apontam a desigualdade nas possibilidades de acesso à formação continuada e aos cursos de Pós-Graduação devido as diferenças regionais do país, isso leva a desigualdade no acesso ao conhecimento e formação profissional. Compreendendo isso percebemos a importância de a formação ser planejada de acordo com a realidade escolar, para evitar exclusões e mais, ser consistente e atender as necessidades locais de cada docente e escola.

Outro ponto a ser ressaltado é a gestão democrática da política de formação continuada que envolve a participação “de todos os setores e segmentos envolvidos no acompanhamento da política de formação, que trate de forma orgânica e articulada as necessidades formativas dos professores e as demandas e contextualizações dos sistemas de ensino” (FREITAS, 2018, p. 59). A sociedade de uma maneira geral precisa se atentar a essas questões que lhe dizem respeito, afinal se não soubermos como estão acontecendo ou deixando de acontecer o que está previsto nos decretos, leis etc. como podemos cobrar dos órgãos competentes.

O PEE-MS estabelece que a formação continuada deve ser “periódica, planejada, subsidiada e articulada ao trabalho e à jornada de trabalho” oferecendo aos docentes “continuidade e autonomia para a atuação profissional; recursos suficientes para o bom desempenho do trabalho (adequação de preparação/formação, espaço, tempo, equipamentos e materiais); e avaliação de demandas e resultados do processo educacional” (MATO GROSSO DO SUL, 2014a, p. 91).

A Secretaria de Educação tem como uma de suas funções, diagnosticar junto às escolas suas necessidades, para pensar e elaborar políticas de formação e oferecer suporte técnico, humano e condições reais para possibilitar que as formações oferecidas estejam de acordo com as necessidades de cada realidade escolar. A formação continuada significa ouvir sobre determinado tema, discutir, pesquisar e produzir conteúdo e, por fim, chegar a uma forma de trabalhadeira temática.

No próximo tópico abordaremos a formação continuada para professores no Ensino Médio.

1.3 Formação de professores no Ensino Médio

Krawczyk menciona que quando se trata de debater sobre o Ensino Médio temos a etapa educacional brasileira mais controversa, “seja pelos persistentes problemas do acesso e da permanência, seja pela qualidade da educação oferecida, ou, ainda, pela discussão sobre a sua identidade” (2014, p. 754). Essa polêmica que envolve o Ensino Médio tem relação com a demora em voltar o olhar para essa etapa do ensino, que por muito tempo foi marginalizada.

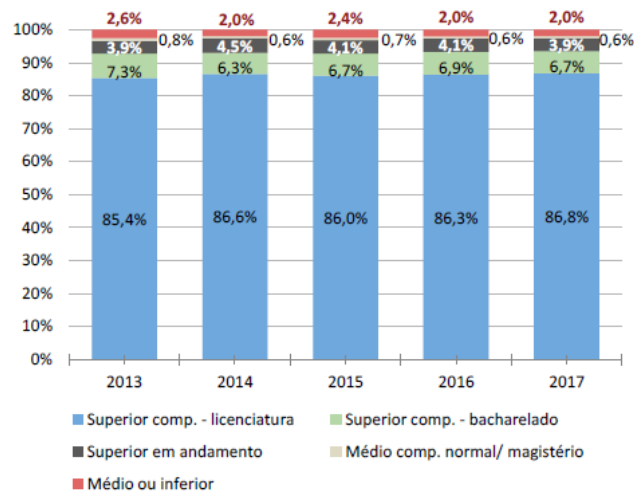
Segundo Kuenzer (2011), a educação é vista como um processo permanente de ordem “tendo em vista, a produção e reprodução, naturalizada, da mercadoria”, ou seja, o ser humano é visto como um objeto que pode trazer lucros para determinado setor ou pessoa, de acordo com a perspectiva capitalista. Já para a perspectiva do trabalho, a educação é vista como uma “concepção de mundo contra hegemônica, que confira organicidade às ações de transformação do modo capitalista de produção e reprodução da existência” (KUENZER, 2011, p. 669).

As perspectivas expostas por Kuenzer (2011) abordam os seres humanos de maneiras distintas, um exemplo para o primeiro caso é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que busca formar seus professores por meio de um projeto próprio contra hegemônico. Referente ao campo do capital a ideia é outra, formar trabalhadores para o capital, no qual os professores recebem experiências pedagógicas voltadas para esse processo.

O censo escolar de 2017 nos mostra que “509,8 mil professores lecionam no Ensino Médio. Atuando principalmente nas áreas urbanas (94,4%) e 7,0% dos docentes lecionam em áreas rurais” (INEP, 2018, p. 19). Esses dados evidenciam que a etapa educativa do Ensino Médio continua concentrada na zona urbana.

Em relação ao nível de escolarização dos docentes atuantes no Ensino Médio temos os seguintes dados: “do total de docentes que atuam no Ensino Médio, 93,5% têm nível superior completo (86,8% têm nível superior completo com licenciatura). Foi identificado ainda que 3,9% estão cursando nível superior” (BRASIL, 2018, p. 19). Conforme mostra o próximo gráfico.

Gráfico 4 - Evolução da distribuição dos docentes que atuam no Ensino Médio por nível de escolaridade – Brasil 2013-2017.

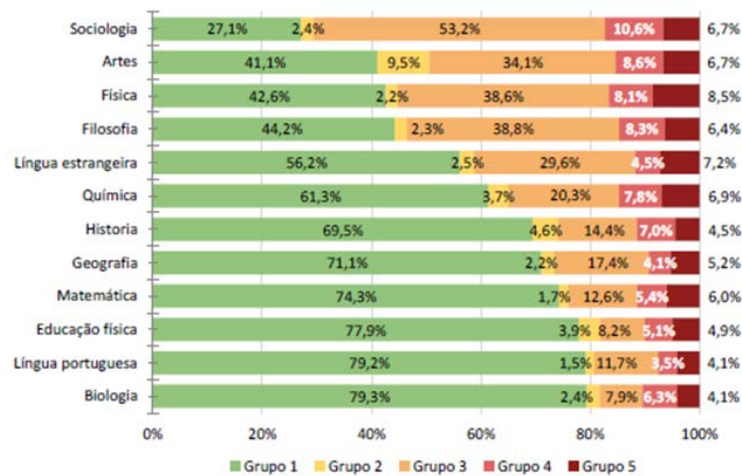


Fonte: Censo Escolar Brasileiro 2017, (BRASIL, 2018).

O gráfico 4 mostra que a maioria dos docentes do Ensino Médio já possui superior completo em licenciatura, mas ainda temos 2,0% de docentes com superior completo sendo bacharéis e 0,6% apenas com médio completo ou magistério, ou seja, nesse caso em que os professores não possuem nível superior, a formação continuada só pode ser um curso de atualização, não podendo atingir a Pós-Graduação, pois os referidos docentes ainda não possuem o mínimo exigido para tal.

Esses dados mostram como a questão da escolaridade docente brasileira ainda é um ponto bastante crítico e delicado, ainda existem professores que não possuem graduação nenhuma. Mesmo com o Plano Nacional de Educação prevendo que todos os docentes tenham, no mínimo, curso de licenciatura na área que atuam, até o momento isso não foi cumprido, ou seja, o Governo Federal está deixando de cumprir com uma meta do Plano Nacional de Educação.

Gráfico 5 - Indicador de Adequação da Formação Docente do Ensino Médio por disciplina – Brasil 2017-



Fonte: Censo Escolar Brasileiro 2017, (BRASIL, 2018).

Outro dado importante que o Censo Escolar de 2017 traz é relacionado ao Indicador de Adequação da Formação Docente⁴ para a etapa de ensino em questão, o qual mostra que a disciplina de Sociologia tem o pior resultado, apenas 27% quando nos referimos à formação mais adequada para cada disciplina (grupo 1 do indicador⁵). “Os melhores resultados do indicador de formação são observados para as disciplinas Biologia, Língua Portuguesa, Educação Física, Matemática e Geografia, com percentuais acima de 70%” (INEP, 2018, p. 19). É possível observar no gráfico 6 que a disciplina de Educação Física possui 77,9% de docentes classificados no grupo 1, docentes com formação superior em licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona, ficando atrás somente da Língua Portuguesa e da Biologia, mas ainda possui 4,9% de docentes sem nível superior.

O PNE (2014-2024) em sua meta 3 propõe a “garantia a frequência à Educação Básica a todos os jovens dos 15 aos 17 anos até 2016”, com isso o professor da escola média ganhou destaque. Dessa maneira, o número de estudantes aumentou e, conseqüentemente, o de professores também, ganhando maior visibilidade as metas do PNE voltadas “à valorização

⁴ O Indicador de Adequação da Formação Docente sintetiza a relação entre a formação inicial dos docentes de uma escola e as disciplinas que eles lecionam, considerando o ordenamento legal vigente.

⁵ Grupo 1 - Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona; Grupo 2 - Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona; Grupo 3 - Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona; Grupo 4 - Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior não considerada nas categorias; Grupo 5 - Percentual de disciplinas que são ministradas por professores sem formação superior.

dos profissionais da educação, que tratam de forma orgânica formação, carreira, salário e condições de trabalho” (COSTA; OLIVEIRA; MEDEIROS, 2016, p. 86).

A formação do professor do Ensino Médio precisa “articular conhecimentos sobre o mundo do trabalho, conhecimentos científico-tecnológicos sobre a área ser ensinada, conhecimentos pedagógicos, formação em pesquisa e experiência no trabalho docente” (KUENZER, 2011, p. 683), uma forma de atender esses pré-requisitos é por meio da formação continuada.

No âmbito da formação continuada, sua oferta é pensada por meio de diferentes atividades e cursos formativos “que agreguem novos saberes e práticas, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica” (DOURADO, 2015b, p. 313). Isso quer dizer que também deve ser oferecida a possibilidade de Pós-Graduação *Lato Sensu* (especialização) e a Pós-Graduação *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado), porque podem tornar os docentes mais críticos em relação a sua prática.

A formação inicial e continuada dos docentes do Ensino Médio, para que aconteça os Sistemas de Educação, baseado nas metas e estratégias do PNE e em conformidade com as DCN precisam estar articuladas a fim de materializar as ações previstas.

De acordo com o objetivo desse capítulo, que foi contextualizar em âmbito nacional as políticas/programas de formação continuada de professores a partir da instituição do PDE em 2007, temos o seguinte cenário: essa política engloba 30 programas “na verdade, o denominado PDE aparece como um grande guarda-chuva que abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC” (SAVIANI, 2007, p. 1233), alguns desses programas são: prova Brasil e Provinha Brasil; Olimpíada de Língua Portuguesa (que foi executado por meio da ação “gosto de ler”); Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica; Pró-letramento; PDE escola; Proinfância; Caminho da Escola, mas o principal programa do PDE foi o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, Saviani, menciona como foram divididos esses programas

No que se refere aos níveis escolares, a educação básica está contemplada com 17 ações, sendo 12 em caráter global e cinco específicas aos níveis de ensino. Entre as ações que incidem globalmente sobre a educação básica situam-se o “FUNDEB”, o “Plano de Metas do PDE IDEB”, duas ações dirigidas à questão docente (“Piso do Magistério” e “Formação”), complementadas pelos programas de apoio “Transporte Escolar”, “Luz para Todos”, “Saúde nas Escolas”, “Guias de tecnologias”, “Censo pela Internet”, “Mais educação”, “Coleção Educadores” e “Inclusão Digital” (2007, p. 1233).

Dois programas voltados especificamente para a valorização docente são: o Piso do Magistério que propunha “elevar gradativamente o salário dos professores da educação básica até atingir, em 2010, o piso de R\$ 850,00 para uma jornada de 40 horas semanais” (SAVIANI, 2007, p. 1233) e o Universidade Aberta do Brasil, que visa oferecer formação inicial e continuada aos docentes da Educação Básica. Para o Ensino Superior propôs cinco programas: (FIES e PROUNI; Pós-doutorado; Professor Equivalente; Educação Superior; Programa Incluir: acessibilidade na Educação Superior); outros programas foram: Brasil Alfabetizado; sala de recursos multifuncionais; Olhar Brasil; Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiências Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social.

Saviani (2007) faz um confronto entre os objetivos do PDE e do PNE (2001-2010) relacionando as diferenças e semelhanças entre eles, a fim de apresentar o que se entende por Plano e porque esse “aglomerado de 30 ações” (SAVIANI, 2007, p. 1237) compõem o Plano de Desenvolvimento da Educação.

Pode-se notar que as 30 ações que compõem o Plano de Desenvolvimento da Educação incidem sobre os aspectos previstos no Plano Nacional de Educação já que, como se mostrou, 17 dessas ações estão referidas à educação básica; cinco se referem à educação superior; sete dizem respeito às modalidades de ensino; e uma ação (estágio) se dirige simultaneamente ao Ensino Médio, educação tecnológica e profissional, educação superior. Observa-se que não há ação dirigida especificamente a modalidade de ensino “educação indígena”, nem ao financiamento e gestão. No entanto, o FUNDEB, além de dizer respeito ao financiamento e gestão, contempla explicitamente a educação indígena e quilombola (SAVIANI, 2007, p. 1239).

As ações propostas pelo PDE cumprem parcialmente as metas previstas no PNE (2001-2010), por isso, Saviani afirma que o PDE “não se define como uma estratégia para o cumprimento das metas do PNE”, um exemplo é:

No que se refere ao Ensino Fundamental, o PDE instituiu a “Provinha Brasil”, que não estava prevista no PNE. O programa “Dinheiro Direto nas Escolas” consiste num mecanismo de racionalização da gestão, não se relacionando diretamente com as metas, embora possa incidir sobre a eficiência e eficácia do funcionamento das escolas e, portanto, na realização das metas que se busca alcançar. Igualmente, o programa “Gosto de Ler” não diz respeito diretamente às metas do PNE, ainda que, ao efetivar a “Olimpíada Brasileira da Língua Portuguesa”, se proponha a incentivar o gosto pela leitura e escrita, o que poderá auxiliar no cumprimento da meta relativa à aprendizagem da língua vernácula por parte dos alunos do Ensino Fundamental. Apenas a meta 17 do PNE encontra-se diretamente contemplada no PDE, por meio da ação “Transporte Escolar”. As demais 29 metas fixadas pelo PNE para o Ensino Fundamental não são objeto de consideração por parte de PDE (2007, p. 1239).

Diante dos fatos expostos, Saviani (2007) expõe sua conclusão a respeito da criação e implementação do PDE quando o PNE (2001-2010) ainda estava em vigor.

A conclusão que se patenteia é que o PDE foi formulado paralelamente e sem levar em conta o disposto no PNE. E, como adotou o nome de Plano, projeta a percepção de que se trata de um novo Plano Nacional de Educação, que estaria sendo colocado no lugar do PNE aprovado pelo Congresso Nacional em 9 de janeiro de 2001. Para isso, porém, seria necessário que fosse aprovada uma nova lei que revogasse o atual PNE, substituindo-o por um novo plano que absorvesse as características do PDE. Mas não é disso que se trata. O PDE é lançado num momento em que se encontra formalmente em plena vigência o PNE, ainda que, de fato, este permaneça, de modo geral, solenemente ignorado (SAVIANI, 2007, p. 1240 e 1241).

Baseado no que foi apresentado sobre o PDE e exposto por Saviani (2007), é possível observar que o PDE foi criado para executar o que está previsto no PNE, mas não foi o que aconteceu, suas diversas ações contemplaram poucas estratégias, deixando de lado a maior parte das metas previstas no PNE (2001-2010). Além do mais, o PDE foi uma decisão dos governadores, sem nenhum tipo de consulta à sociedade, ou seja, não foi discutido e nem elaborado em conjunto, é um plano de governo imposto para a sociedade.

A principal ação do Decreto 6.755/2009 foi a institucionalização da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (PARFOR) com o objetivo de oferecer formação inicial e formação continuada de professores de nível superior, visando formar os docentes que já atuam na Educação Básica, e a criação dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente em regime de colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios.

No PARFOR é garantido por meio de parcerias e cooperação com o poder público, “cursos superiores públicos, gratuitos, e de qualidade, oferecendo formação inicial e continuada aos professores em exercício das escolas públicas estaduais e municipais que não possuem a formação considerada adequada” (SOUZA, 2015, [p. 2]). O PARFOR tem suas premissas baseadas no Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, o qual possui entre seus objetivos a formação de professores e a valorização dos profissionais da educação.

O MEC, a CAPES juntamente com as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) e as Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal e Município trabalham pela concretização do PARFOR, que foi “instituído como um Programa de formação emergencial que visa atender os docentes, com prioridade para os que já atuam na rede pública de Educação Básica” (MEC, 2009 apud SOUZA, 2015, [p. 3]). O Programa impulsiona a oferta de turmas especiais de cursos de Licenciatura, Segunda Licenciatura e Formação Pedagógica,

com a intenção de oferecer educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de Educação Básica (SOUZA, 2015).

O quadro a seguir mostra o quantitativo de vagas oferecidas nos anos de 2009 a 2011 para os cursos de primeira licenciatura presenciais e a distância (de maneira unificada), segunda licenciatura (que compõem a formação inicial) e a formação pedagógica (que é a formação continuada) e o total de vagas oferecidas para o Brasil.

Quadro 1 - Número de vagas oferecidas para os estados brasileiros para cursos de primeira e segunda licenciatura e formação pedagógica nos anos de 2009 - 2011

UF	1ª Licenciatura		2ª Licenciatura	Formação Pedagógica	Total de Vagas em 2009	Total de Vagas em 2010	Total de Vagas em 2011	Total Geral de vagas
	Vagas Existentes	Vagas Novas Presenciais e UAB						
AL	0	21.940	0	0	800	10.290	10.850	21.940
AM	0	3.059	6.241	215	2.357	3.532	3.626	9.515
AP	97	3.455	0	0	1.525	2.027	0	3.552
BA	1.731	43.950	2.215	2.160	18.805	18.443	12.808	50.056
CE	11.123	1.640	4.725	1.640	3.838	8.330	6.960	19.128
ES	2.040	2.370	3.150	0	1.590	3.540	2.430	7.560
GO	1.040	8.210	0	0	2.600	3.325	3.325	9.250
MA	0	26.980	14.524	2.540	11.751	15.631	16.662	44.044
MS	234	1.500	1.540	0	440	1.517	1.317	3.274
MT	620	7.055	7.680	0	180	7.545	7.630	15.355
PA	635	37.810	0	0	1.045	18.770	18.630	38.445
PB	10.883	520	190	0	1.591	4.911	5.091	11.593
PE	138	12.935	9.124	3.123	3.870	11.183	10.297	25.320
PI	2.100	11.710	2.681	923	5.599	7.430	4.385	17.414
PR	900	2.750	1.990	1.340	2.110	3.880	990	6.980
RJ	4.003	180	2.195	380	852	2.784	3.122	6.758
RN	3.270	2.100	36	0	698	2.406	2.302	5.406
RR	0	0	500	0	120	190	190	500
SC	14	9.775	5.160	0	1.560	7.835	5.554	14.949
SE	8.130	0	1.150	0	0	5.210	4.070	9.280
TO	208	7.965	3.115	0	1.655	5.544	4.089	11.288
Total	47.166	205.904	66.216	12.321	62.986	144.323	124.328	331.607
	Total = 253.070	76%	20%	4%	19%	44%	37%	100%

Fonte: Censo Escolar Brasileiro 2017, (BRASIL, 2018).

A partir dos anos 2000, o sistema de ensino brasileiro alterou a formação superior dos professores da Educação Básica para a modalidade a distância (sem deixar de existir a modalidade presencial) com o intuito de “atender a grande demanda com baixos custos” (SOUSA, 2012, p. 121), entendendo que a valorização e a qualificação dos professores são considerados essenciais para a melhoria da educação “haja vista que tais melhorias podem assegurar a redução da pobreza, conforme os documentos elaborados pelo Banco Mundial” (SOUSA, 2012, p. 121).

Dessa maneira, em 2005, foi criado o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)

A UAB é apresentada como política pública de formação de professores inicial e continuada capaz de ampliar o contingente de docentes qualificados em nível superior, pois a formação de professores passa a constituir um elemento fundamental para que haja garantia da melhoria do desempenho educacional do país. Essa compreensão pode ser evidenciada

nos marcos regulatórios que balizaram as reformas educacionais no final do século XX e que vêm mudando a configuração do ensino superior pelo incremento do setor privado, pela flexibilização das estruturas e pela diversificação das instituições (SOUSA, 2012, p. 121).

Sousa (2012) menciona a importância da legislação educacional ao dizer que esta quem estabelece normas e procedimentos visando a garantia da credibilidade das IPES ao aderirem a UAB. Isso significa que para cumprir o pressuposto apresentado pelas diretrizes políticas para a formação dos professores da educação básica, a modalidade a distância foi pensada como estratégia para o aumento do acesso à educação superior e para a melhoria qualitativa do processo educacional brasileiro.

A UAB é uma maneira de levar o ensino superior a regiões de difícil acesso, como é o caso do Brasil, um país imenso, cheio de peculiaridade e desafios socioeconômicos, no qual a lei proclama igualdade a todos, mas as oportunidades não chegam iguais aos lugares mais distantes. Sendo a universidade uma instituição social, “não poderia estar à margem dessas transformações significativas nas dimensões tempo e o espaço” (SOUSA, 2012, p. 122).

O PARFOR deve oferecer cursos especiais presenciais da seguinte maneira: No campus das IES, polos ou centros estratégicos; facilitar acesso do professor em exercício; elaborar projetos pedagógicos alternativos; estimular sucessos dos professores por meio de cursos modulares, parcelados; novos polos UAB; parceria MEC/estados/municípios. Essa relação está baseada na união dos entes federados, ou seja, no trabalho em conjunto de maneira a privilegiar os professores com cursos e estratégias que atendam a sua demanda por conhecimento (TEATINI, 2010).

O financiamento para esses cursos dar-se-á da seguinte maneira: CAPES/MEC com:

Bolsas mensais aos coordenadores institucionais das IES, de cursos e aos professores formadores (reajuste pela Portaria MEC 1.243 - 31/dez/2009, conforme de experiência)-Valores mensais de R\$ 1.100,00 a R\$ 1.500,00. Custeio de despesas com execução dos cursos: transporte e hospedagem de professores, material de consumo e administração (previsão: 30% valor global) (TEATINI, 2010, p. 16).

O Fórum Estadual Permanente de apoio à Formação Docente é um referencial que permitirá ver como o Programa de Formação PARFOR desenvolve-se, se está contribuindo com o objetivo de melhorar a qualidade na educação e na formação docente (SOUZA, 2015).

Apesar do PARFOR ser oferecido por universidades públicas, é perceptível que foi alterada a estrutura e organização dos cursos ofertados em relação aos demais cursos das universidades públicas brasileiras.

Os processos de organização e gestão das universidades vêm sendo alterado

em função do novo gerenciamento da educação superior. Pode-se inferir que a estrutura dos cursos de formação inicial oferecida pelo PARFOR, na lógica da formação em serviço diferencia-se da concepção de formação historicamente defendida pelas universidades públicas, uma vez que dissocia ensino, pesquisa e extensão, nesse sentido convém indagarmos a qualidade da formação que vem sendo oferecida. Nesse sentido, os cursos ofertados no sistema modular, bem como o oferecimento de bolsa de incentivo financeiro aos professores, indicam formas de precarização da formação e trabalho docente, com a acelerada expansão das matrículas, contudo, sem melhorias em investimentos financeiros e infraestrutura adequada (SOUZA, 2015, [p. 5]).

De acordo com Souza (2015), o PARFOR prioriza os professores já atuantes na Educação Básica e não incentiva o ingresso de novos jovens à docência, e é sabido a necessidade de que mais pessoas sejam estimuladas a ingressar no magistério. Em relação ao papel dos Fóruns Permanentes, enquanto órgãos gestores e articuladores:

Tem se mostrado ineficiente, uma vez que tem contribuído para manutenção e permanência de um modelo de formação não referenciado pela sociedade e por uma formação e educação pública de qualidade (SOUZA, 2015, [p. 5]).

A Resolução CNE/CP 02/2015 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a Formação Continuada normatiza e regulariza as ações das IES em relação aos cursos de licenciatura e tecnológicos, explica como deve ocorrer a reformulação dos Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Projeto Pedagógico de Curso (PPC) a fim de atender a concepção de valorização dos profissionais do magistério. Esclarece dúvidas a respeito da educação a distância (professores, tutores e gestores), sendo a:

IES o *locus* da política institucional, responsável acadêmica e financeiramente pela organização e pelo desenvolvimento de ações e atividades de gestão política pedagógica e administrativa de programas e cursos na modalidade a distância” (AGUIAR, 2017, p. 55).

Argollo e Silva (2017), mostram que as DCNs possuem alguns tópicos contraditórios, por exemplo: prega a valorização dos profissionais da educação e um dos pontos é a entrada no setor público por meio de concurso para tal, mas o que vemos é que as contratações temporárias estão deixando de ser temporárias passando a ser permanentes, burlando à exigência constitucional, “deixando de ser excepcional e passando a ser frequentemente utilizado com os mais diversos propósitos” (ARGOLLO; SILVA, 2017, p. 210).

Outro ponto a ser mencionado é sobre a concepção de formação continuada que tem sido utilizada pelas organizações empresariais na educação pública e foi abordada pelas DCNs o “desenvolvimento de projetos e inovações pedagógicas” (BRASIL, 2015, p. 15), que ficam sob a responsabilidade dos professores, ou seja, “uma perspectiva que tem apontado para as experiências ditas exitosas das organizações sociais empresariais, e que vem incidindo no controle e na precarização do trabalho docente” (ARGOLLO; SILVA, 2017, p. 211).

De acordo com as DCNs:

O SNE envidará a criação de espaços de colaboração, pactuação e cooperação entre os entes federados, e os seus respectivos sistemas de ensino, mediante a regulamentação de subsistemas, incluindo nestes, o subsistema de valorização e profissionalização docente (BRASIL, 2015, p. 11-12 apud ARGOLLO; SILVA, 2017, p. 211).

Entender que a política de valorização e profissionalização dos professores como um conjunto de subsistemas do SNE é:

Um processo de mercantilização da educação pública, pois, também tem sido um mecanismo de consenso dos interesses privatistas, sob o argumento da necessidade de um modelo de gestão gerencial, flexível, e descentralizado para organização dos sistemas educacionais (ARGOLLO; SILVA, 2017, p. 212).

A educação, enquanto direito social público subjetivo, para a prestação de serviços gratuitos, tem sido ofertada por meio da regulamentação de parcerias público-privadas. A partir da década de 1990 foi introduzido o termo público não estatal, no qual as políticas públicas de educação passaram a sofrer forte influência do “gerencialismo imposto às redes públicas de ensino” (ARGOLLO; SILVA, 2017, p. 213).

A parceria público-privada trouxe a “atuação de grupos empresariais organizados e a inserção de seus projetos privatistas nas redes escolares” (ARGOLLO; SILVA, 2017, p. 213), os quais implantaram seu lema de trabalho: redução de gastos e o aumento dos resultados, remetendo a um problema já existente, a precarização da condição de trabalho e remuneração dos docentes (ARGOLLO; SILVA, 2017).

No próximo capítulo trataremos as Políticas/Programas Estaduais para formação continuada de professores em Mato Grosso do Sul.

2 CAPÍTULO II – POLÍTICAS/PROGRAMAS PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MATO GROSSO DO SUL

Esse capítulo tem como foco examinar os programas estaduais para formação continuada de professores do Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino em Mato Grosso do Sul.

Examinaremos os documentos legais elaborados pela Secretaria de Estado de Educação (SED-MS) para compreender como vem sendo cumprindo o que está previsto na meta 16 do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul.

2.1 Breves considerações sobre o estado de Mato Grosso do Sul

O estado de Mato Grosso do Sul foi criado em 11 de outubro de 1977 pela Lei Complementar 31, sendo uma área desmembrada ao Sul de Mato Grosso, assinado pelo presidente Ernesto Geisel e, em 1 de janeiro de 1979, assume a cadeira como primeiro governador do estado recém-criado o engenheiro Harry Amorim Costa (MATO GROSSO DO SUL, 2018⁶).

Mapa 3 - Estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: Site google.

Assim, o estado do Mato Grosso do Sul:

⁶Informações extraídas do site do governo do estado de Mato Grosso do Sul: <http://www.ms.gov.br/a-historia-de-ms/>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

Faz parte da Região Centro-Oeste do Brasil, junto com os estados de Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal. Com posição geográfica privilegiada, faz divisa com cinco estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Goiás e Mato Grosso, e com dois países, Bolívia e Paraguai (MATO GROSSO DO SUL, 2014a, p. 09).

Em relação a sua composição municipal, é um estado bastante amplo, apesar de não ser uma das unidades federativas mais antigas

O estado é constituído por 79 municípios, e sua extensão territorial representa 22,2% da Região Centro-Oeste e 4,19% do Brasil, com 357.145,532 km², sendo que 25% deste total, ou seja, 89.318 km² correspondem à área do Pantanal sul-mato-grossense, uma das maiores extensões úmidas contínuas do planeta (MATO GROSSO DO SUL, 2014a, p. 09).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2000a população sul-mato-grossense correspondia a 2.078.716, em 2010 era de 2.449.341 e a estimativa em 2017 correspondia a 2.713.147 pessoas, sendo que 2.097.238 residem na zona urbana e 351.786 residem na zona rural (IBGE, 2017). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no estado em 2000 era 0.613 enquanto que, em 2010, subiu para 0.729. A densidade demográfica corresponde a 6,86 hab/km².

O estado foi subdividido em nove pequenas regiões para favorecer a implantação de políticas ambientais e o desenvolvimento sustentável “Região de Campo Grande, Região da Grande Dourados, Região do Bolsão, Região do Cone Sul, Região do Pantanal, Região Leste, Região Norte, Região Sudoeste e Região Sul-Fronteira” (MATO GROSSO DO SUL, 2014, p. 09).

O governador do estado de Mato Grosso do Sul é Reinaldo Azambuja Silva (PSDB) e a vice-governadora é Rosiane Modesto de Oliveira (PSDB), o mandato dessa gestão iniciou em 01 de janeiro de 2015 e finalizou em 31 de dezembro de 2018. Nas eleições para governador do estado ocorrida no ano de 2018, Reinaldo Azambuja venceu e está no segundo mandato, e tem como vice-governador Murilo Zauith, do Democratas (DEM). Reinaldo Azambuja assumiu o governo do estado de Mato Grosso do Sul após dois mandatos consecutivos de André Puccinelli, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que perdurou entre os anos de 2007 a 2014.

A seguir temos a tabela 1 contendo o número de escolas por esfera administrativa e por etapa escolar em MS no ano de 2017, de acordo com os dados do Censo Escolar do referido ano.

Tabela 1 - Número de escolas por esfera administrativa e por etapa escolar em Mato Grosso do Sul no ano de 2017

	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Rede Municipal	680	542	2
Rede Estadual	2	322	310
Rede Federal	0	1	11
Rede Privada	271	283	104
Total	953	1.148	427

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Censo Escolar de 2017.

A Educação é ofertada em escolas das redes estadual, municipal, federal e privada de ensino. Em Mato Grosso do Sul existem 1.751 escolas, que estão subdivididas em 1.505 escolas localizadas na área urbana e 246 escolas na área rural (MATO GROSSO DO SUL, 2017)⁷. Especificando a quantidade de escolas por dependência administrativa temos a seguinte relação: na Educação Infantil são 680 escolas municipais, 2 estaduais, nenhuma na rede federal e 271 na rede privada de ensino, totalizando 953 unidades escolares para a referida etapa de ensino. Em relação ao Ensino Fundamental possui 542 escolas municipais, 322 escolas estaduais, 1 escola federal e 283 escolas privadas, totalizando 1.148 escolas para o Ensino Fundamental. Em relação ao Ensino Médio são 2 escolas municipais, 310 escolas estaduais, 11 escolas federais e 104 escolas privadas, totalizando 427 escolas que atendem a etapa do Ensino Médio (MATO GROSSO DO SUL, 2017).

Analisando os dados da tabela 1, de acordo com a organização da educação nacional (Título IV da LDB) é responsabilidade do município a oferta de escolas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, assim como é responsabilidade do Estado a oferta do Ensino Médio. Mas isso não significa que o Estado não possa oferecer escola de Educação Infantil ou o município o Ensino Médio. Por exemplo, quando o município não tem condições de oferecer escolas em número suficiente para o Ensino Fundamental, é obrigação do Estado arcar com essa demanda. A divisão por ente federado é a justificativa para o quantitativo de escolas municipais para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, da mesma maneira para o número de escolas estaduais no Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Podemos inferir que o Estado está cumprindo o que está previsto na legislação, 310 escolas de Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino. No total geral o número de escolas de Ensino Médio ainda é inferior ao de Ensino Fundamental e Educação Infantil por esfera administrativa.

⁷Informações no site da SED/MS com base no levantamento realizado em 05/09/2018. Número de escolas de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/numero-de-escolas-de-mato-grosso-do-sul/>.

Tabela 2 - Número de matrículas por esfera administrativa e por etapa escolar em Mato Grosso do Sul, no ano de 2017

	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Rede Municipal	56.649	222.385	121
Rede Estadual	154	135.026	83.473
Rede Federal	0	469	3.766
Rede Privada	11.813	46.570	9.152
Total	68.616	404.450	96.512

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Censo Escolar de 2017.

Quanto ao número de matrículas educacionais por dependência administrativa no estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2017 tivemos a seguinte situação: na Educação Infantil, um número total de 68.616 alunos matriculados, sendo 56.649 na rede municipal de ensino, 154 na rede estadual, 11.813 na rede privada e nenhuma matrícula na rede federal na referida etapa de ensino. No Ensino Fundamental ao todo são 404.450 matrículas, subdivididas em 222.385 matrículas na rede municipal, 135.026 na rede estadual e 469 alunos na rede federal e 46.570 alunos na rede privada. O quantitativo de matrículas no Ensino Médio em MS equivale a 96.512 alunos, que se dividem nas escolas municipais com 121 matrículas, 83.473 matrículas na rede estadual, 3.766 matrículas na rede federal e 9.152 matrículas na rede privada (IBGE, 2017).

Na tabela 2 vemos que o Ensino Fundamental é a etapa da educação básica com o maior número de matrículas em todas as esferas administrativas. E o Ensino Médio está na segunda colocação.

Tabela 3 - Série histórica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Ensino Médio em Mato Grosso do Sul

	2013	2015	2017
IDEB observado	3,4	3,5	3,6
Meta Projetada	3,4	3,8	4,2

Fonte: Elaborado pela autora baseada em dados do INEP 2017.

Segundo o INEP (2018), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de Mato Grosso do Sul na Rede Estadual de Ensino no Ensino Médio vem aumentando a partir de 2013. No ano de 2013 atingiu exatamente a meta projetada que era 3,4. Já no ano de 2015 alcançou a pontuação 3,5 e a meta era 3,8, enquanto que em 2017, atingiu a pontuação 3,6, no qual a meta proposta era 4,2. O crescimento regular nessa série mostra que o avanço tem sido pequeno e não estamos conseguindo atingir a meta proposta.

Tabela 4 - Total de Docentes por Etapa de Ensino de 2015 a 2017

		Educação Infantil	Ensino Fundamental – Anos Iniciais	Ensino Fundamental – Anos Finais	Ensino Médio
Brasil	2015	550.398	758.840	786.140	546.911
	2016	575.236	763.927	778.561	542.756
	2017	593.960	761.737	764.731	531.295
Centro-Oeste	2015	36.626	60.790	56.569	41.756
	2016	37.955	61.031	56.234	40.994
	2017	39.603	60.641	56.206	41.065
Mato Grosso do Sul	2015	9.382	13.664	11.307	7.410
	2016	9.697	13.430	11.395	7.746
	2017	10.303	13.674	11.470	8.044

Fonte: Extraído de Dados Estatísticos do Censo Escolar de Mato Grosso do Sul, 2017.

A tabela 4 mostra o quantitativo de professores no Brasil, na região Centro-Oeste e em Mato Grosso do Sul, por etapa de ensino nos anos de 2015 a 2017. O número de docentes aumentou gradativamente com o passar dos anos tanto no Brasil, como na região Centro-Oeste e em Mato Grosso do Sul na Educação Infantil, no Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais diminuiu. Já no Ensino Médio esse número variou no Brasil e na região Centro-Oeste. No Brasil houve queda de 4.155 docentes de 2015 para 2016 e uma nova diminuição, ainda mais significativa, de 11.461 de 2016 para 2017. Na região Centro-Oeste também houve queda de 2015 para 2016 de 762 professores e um leve aumento de 71 professores de 2016 para 2017. Mato Grosso do Sul registrou diminuição e depois acréscimo de professores no Ensino Médio, assim como nas demais etapas de ensino.

Em relação ao Ensino Médio, em nível nacional de 2015 para 2016 houve uma redução de 4.155 professores, em 2017 esse quantitativo tornou a reduzir 11.461 professores, de 2016 para 2017 foi uma diminuição significativa. Na região Centro-Oeste de 2015 para 2016 também houve redução de 762 professores, em 2017 esse número cresceu de maneira pequena, 71 professores. Em Mato Grosso do Sul diferentemente do que aconteceu em nível nacional e na região Centro-Oeste, o número de professores do Ensino Médio aumentou consecutivamente.

Quadro 2 - Comparação do total de Matrículas do Ensino Médio de 2015 a 2017

Etapa de Ensino	BRASIL			CENTRO-OESTE			MATO GROSSO DO SUL		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Ensino Médio	8.076.150	8.133.040	7.930.384	617.810	602.356	573.688	93.257	95.205	96.512

Fonte: Elaborado pela autora baseada em dados do Censo Escolar de MS, 2018.

Quadro 3 - Comparação percentual do total de Matrículas do Ensino Médio de 2015 a 2017

Etapa de Ensino	BRASIL		CENTRO-OESTE		MATO GROSSO DO SUL	
	2015-2016	2016-2017	2015-2016	2016-2017	2015-2016	2016-2017
Ensino Médio	1%	2%	3%	5%	2%	1%

Fonte: Elaborado pela autora baseada em dados do Censo Escolar de MS, 2018.

O quadro3 mostra o quantitativo de alunos no Ensino Médio entre os anos de 2015 a 2017 e seu respectivo percentual de crescimento ou redução. Podemos observar que em MS, os números foram duplamente positivos, houve crescimento de 2015 para 2016, assim como de 2016 para 2017, enquanto na região Centro-Oeste houve apenas redução no mesmo período e também em nível nacional, nos anos de 2016 para 2017. Percebemos que a meta projetada não foi alcançada, mas não houve redução na pontuação.

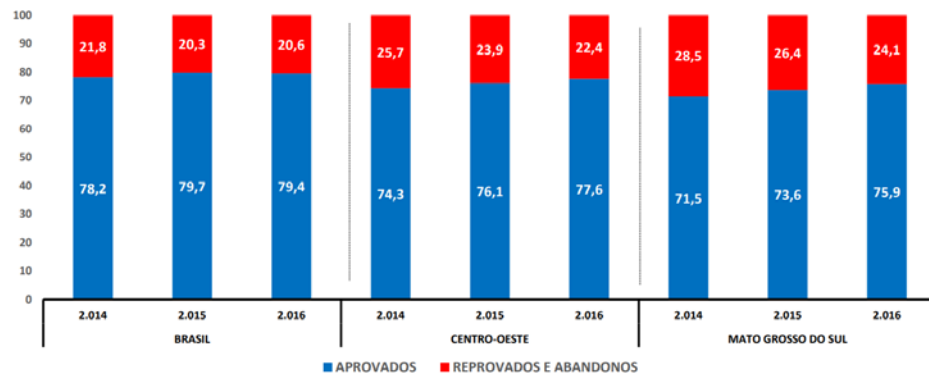
De acordo com os Dados Estatísticos do Censo Escolar de MS (2018), a taxa de aprovação dos alunos do Ensino Médio nas Escolas Estaduais aumentou gradativamente de 2014 a 2016, subindo de 71,5 para 75,9, conseqüentemente, a taxa de reprovados ou alunos que abandonaram a escola nesse mesmo período foi de 28,5 para 24,1.

O Ensino Médio ainda hoje possui uma dificuldade de apresentar sua real identidade: é a última etapa da educação básica ou é a preparação para o mundo do trabalho. São características completamente diferentes e antagônicas entre si e isso torna essa etapa mais complexa, porque há divergência entre as autoridades responsáveis sobre seu papel, imagine para um jovem que chega a essa etapa e ainda não sabe ao certo o que está buscando. São questionamentos que deixam o jovem estudante confuso e por vezes torna-se um motivo para o abandono escolar, preferindo ir em busca de um emprego para satisfazer outras necessidades básicas de sobrevivência.

Kuenzer, expõe as mudanças que estão sendo feitas no Ensino Médio:

[...] por um lado, tem-se a posição dos setores privados, representados pelas instituições que têm ampliado o espaço na discussão das políticas públicas, com o apoio e a identidade conceitual dos dirigentes que têm integrado o Ministério da Educação (MEC) nos últimos dez anos, e pelo Conselho de Secretários de Educação, que defendem a flexibilização dos percursos formativos, de modo a permitir que o aluno, assegurada a base nacional comum, opte pelo aprofundamento em uma área acadêmica, ou pela formação técnica e profissional, a partir de sua trajetória e de seu projeto de vida(2017, p. 333).

Gráfico 6 - Taxa de Aprovados e Reprovados no Ensino Médio nas Escolas Estaduais do Brasil, na região Centro-Oeste e em Mato Grosso do Sul entre os anos de 2014 a 2016



Fonte: Censo Escolar Brasileiro 2017, (BRASIL, 2018).

O gráfico 6 apresenta a taxa de alunos aprovados e reprovados (e aqui inclui-se os abandonos) nas escolas estaduais do Brasil, da região Centro-Oeste e em Mato Grosso do Sul nos anos de 2014 a 2016. No Brasil de 2014 para 2015 houve um aumento de 1,5% na taxa de aprovados, de 2015 para 2016 a taxa de aprovados foi de 0,3%, ou seja, continuou subindo, mas em proporção menor. A região Centro-Oeste também melhorou a taxa de aprovados de 2014 para 2015 aumentando 1,8% e de 2015 para 2016 aumentou 1,5%, isso significa um acréscimo maior que no Brasil. Em MS a taxa de aprovados de um ano para outro foi ainda melhor, mais significativa, cresceu 2,1% de 2014 para 2015 e 2,3% de 2015 para 2016. É importante destacar que houve aumento na taxa de aprovados e, conseqüentemente, redução na taxa de reprovados e abandono.

De acordo com os números apresentados no gráfico 6, no Ensino Médio sulmatogrossense os últimos dados têm sido positivos. É possível inferir que, mesmo assim, há necessidade de formação continuada específica aos professores dessa etapa escolar, em especial em Educação Física. Somente quando for possível aos professores e coordenadores pedagógicos, reunir-se, discutir e, principalmente, receber formações de acordo com essas variáveis será possível encontrar alternativas que sejam condizentes com as necessidades desses alunos.

Dados esses que serão trazidos no item 3.3 dessa dissertação.

2.2 Caracterização do município de Campo Grande-MS

Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, é o município mais populoso do estado e possui área territorial correspondente a 8.092,951km², localiza-se no

centro do estado, ocupando 2,26% da área total desse ente federado. Tem como característica a proximidade com os Estados de Minas Gerais, Goiás, Paraná e São Paulo, o que facilita a circulação de bens e serviços. Sua densidade demográfica é de 97,22 hab/km² (IBGE, 2017).

Com a denominação de Campo Grande, inicialmente, o Distrito criado em 23 de novembro de 1889 pela Lei n. 792, encontrava-se subordinado a “Nioac” e foi elevado à categoria de vila pela Resolução Estadual n. 225, de 26 de agosto de 1889, e à categoria de cidade pela Lei Estadual n. 772, de 16 de julho de 1918, apresentando-se, à época, como um dos municípios do Estado de Mato Grosso. A Lei Estadual n. 682, de 11 de dezembro de 1953, criou o Distrito de Rochedinho que foi incorporado ao município de Campo Grande e, pela Lei Estadual n. 1.131, de 17 de novembro de 1958, foi criado o Distrito de Anhanduí, também incorporado ao município de Campo Grande (IBGE, 2014).

No ano de 1977, o Presidente da República General Ernesto Geisel assinou a Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro, que desmembrou o Estado de Mato Grosso (MT), criando o Estado de Mato Grosso do Sul (MS), tendo estabelecido Campo Grande como a capital do estado.

A população de Campo Grande representava, em 2018, 32% da população do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme Tabela 1, apresentada a seguir:

Tabela 5 - Campo Grande-MS: evolução do quantitativo populacional (2000 a 2018)

Ano	População Residente no Estado de MS	População Residente em Campo Grande	%
2000	2.078.001	663.621	32
2010	2.449.024	786.797	32
2017	2.713.147	874.210	32
2018	2.748.023	885.711	32

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2000 e 2010); e IBGE: Estimativa Populacional (2017 e 2018). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 13 set. 2018.

A atividade econômica do município de Campo Grande correspondia, a partir de dados de estabelecimentos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) por setor de atividade econômica de 2015, nas seguintes porcentagens:

Serviços (41,50%); comércio (37,15%); construção civil (7,93 %); agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (6,60); indústria de transformação (6,23%); extração mineral (0,07); administração pública (0,38%); e serviços industriais de utilidade pública (0,25%)” (CAMPO GRANDE, 2017, p. 127).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 era 0,784, um resultado mais significativo que o do estado de Mato Grosso do Sul, que foi 0,729. A taxa de mortalidade infantil é de 7,96 óbitos por mil nascidos vivos (IBGE, 2018).

O prefeito de Campo Grande desde 01 de janeiro de 2017 é Marcos Marcello Trad, do Partido Social Democrático (PSD), a vice-prefeita é Adriane Barbosa Nogueira Lopes, do Partido Ecológico Nacional (PEN). Marcos Trad assumiu a prefeitura de Campo Grande após um mandato de Alcides Bernal, do Partido Progressista (PP).

Os dados educacionais do município nos permitem averiguar que é composto por 9 escolas rurais e 85⁸ escolas urbanas. As escolas urbanas estão divididas em 7 microrregiões, a saber: Anhanduizinho com 25 escolas, Bandeira com 10 escolas, Centro com 9 escolas, Imbirussu com 13 escolas, Lagoa com 9 escolas, Prosa com 8 escolas e Segredo com 11 escolas.

De acordo com informações obtidas por meio do *site* do IBGE (2018), Campo Grande possui 269 escolas de Ensino Pré-Escolar, subdivididas em 153 escolas municipais (aqui estão inseridos além das escolas os Centro de Educação Infantil - Ceinfs), 2 escolas estaduais e 114 escolas privadas. No Ensino Fundamental são 267 escolas, das quais 94 são municipais, 65 são estaduais, 1 federal e 107 são privadas. No Ensino Médio temos 104 escolas, divididas da seguinte maneira, 1 escola municipal, 65 escolas estaduais, 2 escolas federais e 36 escolas privadas.

Conforme o último Censo Educacional em 2017, Campo Grande tem um total de 20.591 matrículas no Ensino Pré-Escolar, das quais 14.667 estão nas escolas municipais, 154 nas escolas estaduais, 5.770 estão nas escolas privadas. No Ensino Fundamental, ao todo, são 117.031 matrículas, as escolas municipais têm 69.979 matrículas, as escolas estaduais têm 24.515 matrículas, a escola federal possui 469 matrículas e as escolas privadas tem 22.068 matrículas (IBGE, 2017). Na última etapa da educação básica, o Ensino Médio, Campo Grande conta com 33.491 matrículas. Nas escolas municipais estão 75 matrículas, nas escolas estaduais estão 27.476 matrículas, nas escolas federais estão 1.194 matrículas e nas escolas privadas estão 4.746 matrículas.

Sendo 65 escolas estaduais em Campo Grande que possuem o Ensino Médio, temos uma ampla diversidade de realidade, de acordo com o bairro onde está situada a escola, se é uma escola de tempo integral ou não, se os alunos estão em idade regular ou se são jovens e adultos (EJA).Então é necessário pensar em políticas educacionais baseadas em cada

⁸Informações disponíveis no *site*: www.campogrande.ms.gov.br/semmed. Acesso em 16 de set. 2018.

realidade escolar e, da mesma maneira, elaborar formações específicas não só aos professores do Ensino Médio, mas aos professores de determinada região e suas peculiaridades. Não é possível desenvolver um único projeto como formação continuada e querer que o mesmo atenda a necessidade de todas escolas campo-grandenses.

2.3 Programas de formação continuada ofertados pelo estado de Mato Grosso do Sul para os docentes de todas as áreas do conhecimento

De acordo com o recorte temporal pré-estabelecido para essa pesquisa, 2014-2018, apresentamos os programas de formação continuada de curta duração oferecidos pela SED-MS aos professores da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino de MS. Também serão apresentados os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* oferecidos em parceria entre a SED, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect) e a UEMS.

Serão apresentadas no quadro 4 – as formações continuadas que a SED-MS ofereceu aos seus respectivos profissionais da educação de todas as etapas educacionais e aos demais servidores envolvidos na educação, no ano de 2017 no estado de MS⁹, não serão mostrados dados dos anos de 2014 a 2016, pois não foram fornecidos pela SED-MS.

Quadro 4 - Formações oferecidas pela SED-MS no ano de 2017

NTE	Nome da Formação/Oficina	Duração em dias	Forma de oferta
CFOR	Educação em Tempo Integral: Fortalecendo o Educar Pela Pesquisa e o Protagonismo Infante juvenil.	330 dias	PF/V ¹⁰
COGES	Curso de Aperfeiçoamento em Gestão e Avaliação da Educação Pública (CAED).	4 dias	PF/V
COPEP	Educação Profissional: possibilidades e perspectivas.	90 dias	V
NUCOP	Jornada Pedagógica: Formação realizada na escola, pela equipe gestora/SED.	3 dias	PF
	Formação Continuada direcionadas aos Professores da REE/MS.	4 dias	PF

⁹ No dia 11 de agosto de 2017 foi solicitado a SED-MS via Portal da Transparência informações a respeito das formações continuadas que a mesma ofereceu aos professores de sua rede entre os anos de 2014 a 2018. No dia 21 de agosto de 2017 recebi a resposta da solicitação em forma de planilha, elaborada pela Superintendência de Políticas Educacionais (SUPED) na qual consta somente informações do ano de 2017, em relação aos demais anos nada foi respondido ou esclarecido nessa solicitação, mas temos informações que chegaram até nós, via ofício, que serão apresentadas no decorrer do texto.

¹⁰ As siglas PF e V significam PF = presença física e V = presença virtual.

NTE	Nome da Formação/Oficina	Duração em dias	Forma de oferta
COPEED	Encontro Estadual para elaboração de cadernos de sugestões didáticos pedagógicos para e educação escolar indígena de Mato Grosso do Sul.	60 dias	PF
COPEF	Agrinho.	Anual	PF
	Formação Continuada Arte e Educação.	240 dias	PF/V
	Formação aos professores da Educação Infantil.	Março a Dezembro	
NEJA	Projeto AJA-MS.	300dias	PF
	EJA IV.	300dias	PF
	Conectando Saberes.	300dias	PF
	Ensino Médio: Diálogos, Abordagens Práticas e Perspectivas Desafiadoras.	120dias	PF/V
COPEM	Educação Científica: A leitura do mundo pela Astronomia.	120dias	V
	Formação de Aprofundamento em Projeto de Vida.	2 dias	PF
NUEMI	Formação Rotinas do Diretor e Liderança Servidora.	2 dias	PF
	Formação Rotinas Pedagógicas.	2 dias	PF
	Formação Devolutivas da Avaliação Diagnóstica.	2 dias	PF
	Formação Nivelamento das Aprendizagens dos estudantes.	2 dias	PF
	Formação Práticas Laboratoriais – Áreas Ciências da Natureza e Matemática.	2 dias	PF
	1º Ciclo de Acompanhamento Formativo.	8 dias	PF
	2º Ciclo de Acompanhamento Formativo.	7 dias	PF
CEESPI	Formação Continuada: Perspectivas Educacionais sobre Plano Educacional Individualizado – PEI.	Abril a Maio e Agosto a Setembro	PF
CEAME/TEA	Formação Continuada sobre o Transtorno do Espectro Autista.	5 dias	PF
CAP/DV	Deficiência Visual - Baixa Visão na Escola.	11 dias	PF
	Noções Básicas do Sistema Braille.	12 dias	PF
	Formação continuada sobre o Software Sorobã.	16 dias	PF
	Formação continuada sobre Tecnologia Assistiva.	12 dias	PF
	Formação continuada sobre Audiodescrição.	12 dias	PF
CAS	Curso de Libras.	06/03 a 09/12	PF
	Curso de Práticas Interpretativas.	06/03 a 04/12	PF
	Curso de Intérpretes.	11/04 a 06/12	PF
	Curso de formação para instrutores de Libras.	12/08 a 09/12	PF
	Curso de formação para Guia Intérpretes.	02/03 a 09/12	PF

NTE	Nome da Formação/Oficina	Duração em dias	Forma de oferta
	Curso de formação para Instrutores Mediadores Modalidade Oral.	02/03 a 14/12	PF
CEAM/AHS	Formação Continuada em Altas Habilidades/Superdotação.	26 e 27/10 a 13/11	PF/V
COTED	Curso Preparatório para Gerenciadores de Sala de Tecnologias e Recursos Midiáticos – PROGETEC – 2017.	60dias	PF/V
	Capacitação de Técnicos e Auxiliares de Bibliotecas Escolares.	60dias	PF/V
	Formação pela Escola FNDE/2017 nas unidades escolares - Programa Nacional de Alimentação Escolar.	90dias	PF/V
	Formação pela Escola FNDE/2017 nas unidades escolares - Programa Dinheiro Direto na Escola.	90 dias	PF/V
	Formação pela Escola FNDE/2017 nas unidades escolares – FUNDEB.	90 dias	PF/V
	Formação pela Escola FNDE/2017 nas unidades escolares - Programa do Livro.	60 dias	PF/V
	Formação pela Escola FNDE/2017 nas unidades escolares - Controle Social Para Conselheiros.	60 dias	PF/V
AQUIDAUANA	Robótica na Educação: Múltiplos olhares na diversidade cultural do município de Aquidauana e Anastácio.	120 dias	PF/V
	Aplicabilidade das Ferramentas do Google na Aprendizagem Significativa.	60 dias	PF/V
	O uso das tecnologias assistivas na prática pedagógica.	60 dias	PF/V
	Oficina: Produção textual na cultura digital.	60 dias	PF/V
	Gerenciamento Servidor Multimídia, Manutenção e uso da Rede na STE.	60 dias	PF/V
	Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação.	60 dias	PF/V
	Utilização da Webquest Para Autonomia e Autoria dos Estudantes.	30 dias	PF/V
CAMPO GRANDE CAPITAL	Tecnologias Digitais: Aprendizagem Colaborativa por Meio da Pesquisa e da Autoria.	120 dias	PF/V
	Introdução à Linguagem de Programação.	120 dias	PF/V
	FORMATEC - Língua Portuguesa.	60 dias	PF/V
	FORMATEC – Matemática.	60 dias	PF/V
	FORMATEC - Ciências Humanas.	60 dias	PF/V
	FORMATEC - Ciências Biológicas.	60 dias	PF/V
CAMPO GRANDE METROPOLITANA	Pesquisa Investigativa com uso das TICs.	90 dias	PF/V
	Ferramentas de Autoria: escrita colaborativa, produção de áudio e mapas conceituais.	90 dias	PF/V
	Investigação e resolução de problemas com uso das TIC.	90 dias	PF/V
CORUMBÁ	A utilização do software Edilim como proposta pedagógica para criação de jogos de autoria.	60 dias	PF/V
	Gerenciamento do servidor multimídia, manutenção e uso de rede na STE.	60 dias	PF/V
	Projeto didático-pedagógico com a utilização das tecnologias e recursos midiáticos e Software EdiLim.	60 dias	PF/V
	Software Edilim na incorporação dos jogos digitais em	60 dias	PF/V

NTE	Nome da Formação/Oficina	Duração em dias	Forma de oferta
	<i>Flash e os Applet com.</i>		
	Oficina de criação e edição de vídeos.	60 dias	PF/V
	Metodologia da Pesquisa e Orientação de Projetos de Iniciação Científica.	60 dias	PF/V
	Plataforma digital code org.	60 dias	PF/V
	Apropriação Tecnológica e Pedagógica do Recurso Digital Google Drive: Gravar e Manipular Arquivos na Nuvem.	60 dias	PF/V
	Oficina de Linguagem de Programação Scratch 2.	1 dia	PF
	Apropriação tecnológica e gerenciamento da sala de tecnologias educacionais na Plataforma Digital Schoology.	30 dias	PF/V
	Google Drive.	30 dias	PF/V
	O vídeo como aliado no ensino e na aprendizagem.	30 dias	PF/V
	Oficina de criação de Blog.	30 dias	PF/V
	Oficina do Edilim.	30 dias	PF
	Oficina de Apropriação Tecnológica e Pedagógica do Computador Interativo e Lousa Digital.	30 dias	PF/V
	PowerPoint: Uma Ferramenta Para o Ensino e Aprendizagem.	30 dias	PF/V
	O vídeo como aliado no ensino e na aprendizagem.	30 dias	PF/V
	Elaborando Documentos com o Google Drive.	30 dias	PF/V
COXIM	Curso: “PROGETEC’s Desenvolvendo Aprendizagem Colaborativa por meio da Pesquisa e Autoria”.	120 dias	PF/V
	Protagonismo e autoria na aprendizagem com uso de HQs.	30 dias	PPF/V
	Oficina: “Utilização, Operação e Aplicação Pedagógica de Softwares de Tecnologias Assistivas”.	30 dias	PF/V
	Oficina: Utilização Pedagógica dos Aplicativos On-line II.	30 dias	PF/V
DOURADOS	Curso: “O Uso de Objetos de Aprendizagem no Ensino de Matemática”.	60 dias	PF/V
	Curso “Pesquisa, Autoria e Publicação”.	60 dias	PF/V
	Curso “Cinema na Escola”.	60 dias	PF/V
NAVIRAÍ	Curso: As tecnologias de Informação e Comunicação promovendo a inclusão no ambiente escolar- Tas.	90 dias	PF/V
	Projeto Professor Parda: levando a Robótica para as escolas.	120 dias	PF/V
	Oficina “A Matemática está em Tudo”.	60 dias	PF/V
	Curso Preparatório para Gerenciadores de Sala de Tecnologias e Recursos Midiáticos – PROGETEC – 2017.	60 dias	PF/V
	Capacitação quanto às possibilidades de utilização do Google Drive.	3 dias	PF
	Oficina: Simulados online: prazer em aprender – usando tecnologias móveis no ensino e aprendizagem.	4 dias	PF
NOVA ANDRADINA	Tecnologias Digitais: desenvolvendo aprendizagem colaborativa por meio da pesquisa e autoria.	120 dias	PF/V
	Curso Preparatório para Gerenciadores de Sala de Tecnologias e Recursos Midiáticos – PROGETEC – 2017.	60 dias	PF/V

NTE	Nome da Formação/Oficina	Duração em dias	Forma de oferta
	Curso As Possibilidades da Utilização do Google Drive.	60 dias	PF/V
	Capacitação quanto às possibilidades de utilização do Google Drive.	3 dias	PF
	Curso Scratch.	30 dias	PF/V
PONTA PORÃ	Curso Preparatório para Gerenciadores de Sala de Tecnologias e Recursos Midiáticos – PROGETEC – 2017.	60 dias	PF/V
	Tecnologias Digitais: desenvolvendo aprendizagem colaborativa por meio da pesquisa e autoria.	120 dias	PF/V
	Curso Tecnologia Assistivas.	60 dias	PF/V
	Curso: Novos Saberes em Redes de Aprendizagem.	60 dias	PF/V
TRÊS LAGOAS	Aprendizagem Colaborativa pela Pesquisa e Autoria.	120 dias	PF/V
	Curso Preparatório para Gerenciadores de Sala de Tecnologias e Recursos Midiáticos – PROGETEC – 2017.	60 dias	PF/V
	Softwares Educacionais no ensino de Matemática.	60 dias	PF/V
	Produção de texto: questões teóricas e metodológicas.	90 dias	PF/V
	Curso: “História na Tela: pesquisa e produção por meio do Edilim e programas móveis”.	90 dias	PF/V
	Curso: Minha aula, meu canal: uso de recursos digitais nas aulas de história.	90 dias	PF/V
	Tecnologia e cidadania na escola: por um agosto Lilás em defesa da mulher.	3 dias	PF
	III Mostra Tecnológica: Softwares na Educação Matemática, potencialidades.	3 dias	PF

Fonte: Recebido via Portal da Transparência em 21 de agosto de 2017.

O quadro 4 mostrou quinze setores diferentes da SED-MS que organizam e aplicam os cursos de formação continuada não só aos docentes da rede, mas a todos os profissionais que trabalham nas escolas da rede (Secretaria Escolar; Alimentação Escolar; Infraestrutura Escolar e Multimeios Didáticos), dessa maneira são cursos para atender todo esse público e suas necessidades. A forma de oferta variou entre presença física e presença virtual, somente presença física ou somente presença virtual. A menor carga horária foi de quatro horas e a maior de cento e cinquenta horas. A duração dos cursos variou entre dois dias e um ano.

Após enviarmos um ofício, em 14 de março de 2018, à SED-MS solicitando documentos, dados e informações a respeito dos cursos de Formação Continuada e trabalhos desenvolvidos junto aos professores da Educação Básica de sua rede, recebemos em 04 de maio de 2018, por meio de ofício explicações e nomes de algumas formações já oferecidas, tabelas e números de determinados Diários Oficiais para que pudessemos buscar mais informações.

Segundo a SED-MS, foram ofertados no período de 2015 a 2017 aos professores da REE-MS, cursos de Formação Continuada, de modo a atender aos professores de vários

municípios, com a carga horária de 4 horas semanais presenciais e 36 em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – ambiente Moodle. A SED elabora o tema do curso e daí são criadas subdivisões para as 4 áreas de concentração educacional: Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Matemática e Linguagens.

Os temas abordados, em cada ano, foram:

a) 2015 - Tema: Pesquisa como Princípio Pedagógico e Norteador do Trabalho Didático. A partir desse tema desdobraram-se dentro das áreas de conhecimento as seguintes abordagens: – Ciências Humanas: o cinema é visto como uma possibilidade metodológica; – Ciências da Natureza: o letramento multimodal; – Matemática: planejamento. – Linguagens: o multiletramento e pesquisa como instrumentos de autonomia e autoria do estudante;

b) 2016 – Ensino Médio: diálogos, abordagens práticas e perspectivas desafiadoras.

2017 – Ensino Médio: perspectivas Desafiadoras e Abordagens Práticas.

A Coordenadoria de Tecnologia Educacional (COTED) é um dos setores responsáveis, dentro da SED, em ministrar cursos de Formação Continuada aos professores da Educação Básica. Descreveremos a seguir as formações realizadas pela COTED/ Núcleo de Tecnologia Escolar (NTE), no ano de 2015.

Como está descrito no anexo 1, no ano de 2015 os setores COTED/NTE da SED ministraram aos professores da Educação Básica da REE/MS diversos cursos que variaram entre 20 e 130 horas. O primeiro curso, aplicado pela COTED foi o maior em carga horária, com 130 horas e atendeu a 106 professores. Os demais cursos foram aplicados pelo NTE e a carga horária foi de 20 a 100 horas.

O Estado foi dividido em 12 regiões para a execução dos cursos. A região de Aquidauana composta pelos municípios: Aquidauana, Anastácio, Bodoquena, Miranda e Dois Irmãos do Buriti. Nessa região, foram ofertados cinco cursos, sendo quatro com 20 horas e um com 40 horas. O número de professores atendidos foi de 12 a 150 professores. Os cursos abordavam o uso das tecnologias em sala de aula.

A segunda região foi chamada de Campo Grande capital, composta apenas pela cidade de Campo Grande. Foram realizados 14 cursos durante o ano. Foram seis cursos de 40 horas e oito cursos de 60 horas, atendendo de 10 a 132 professores. Os temas dos cursos variaram por área de conhecimento, relacionado às tecnologias, discussão sobre Diversidade de Gênero, etc.

A terceira região foi Campo Grande metropolitano e atendeu aos municípios de Bandeirantes, Camapuã, Jaraguari, Terenos, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Nova Alvorada

do Sul, Corguinho e Rochedo, cidades pequenas próximas a Campo Grande. Nessa região foram seis cursos. Dois deles com 24 horas, dois com 40 horas e outros dois com 60 horas. Essa foi a região que teve o número mínimo de participação dos professores mais elevado, sendo 49 e o maior foi de 100.

A região de Corumbá, composta por Corumbá e Ladário, contou com 18 cursos, dos quais dois foram de 20 horas, oito cursos de 40 horas e oito de 60 horas. O número de professores atendidos variou entre 17 a 40.

A região de Coxim foi composta por Alcinópolis, Chapadão do Sul, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Paraíso das Águas, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste e Sonora. Foram realizados 10 cursos, dos quais sete tiveram 20 horas de duração, dois tiveram 40 horas e um de 60 horas que foi o curso de Introdução à Educação Digital. Atendeu de 6 a 70 professores.

A região de Dourados esteve composta por Caarapó, Deodópolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna Carapã, Maracaju, Rio Brillante e Vicentina. Foram ofertados oito cursos, todos com carga horária de 40 horas, o número de professores participantes variou entre 15 e 55.

Apesar do município Glória de Dourados estar inserido na região de Dourados, foi criada uma região com esse nome que atendeu a alguns municípios que integraram a região anterior: Glória de Dourados, Deodópolis, Jateí, Vicentina e Novo Horizonte do Sul. Contou com cinco cursos de 20 horas, dois de 30 horas, e treze de 40 horas. Atendendo de 9 a 108 professores.

Na região de Jardim estavam contemplados os municípios de: Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque e Porto Murtinho, contou com oito cursos. Sendo um de 40 horas, quatro de 60 horas e três de 100 horas, atendendo de 47 a 417 professores. Destaque para a quantidade de professores participantes no curso de Tecnologias Educacionais, com o maior número de professores até então.

Na região de Naviraí estavam os municípios de: Naviraí, Juti, Itaquirai, Iguatemi, Eldorado, Japorã, Mundo Novo, Sete Quedas, Paranhos e Tacuru. Foram aplicados dez cursos. Seis com 20 horas, dois com 40 horas e outros dois com 60 horas, atendendo de 20 a 350 professores. Nessa região foram três cursos que tiveram a participação de 100 ou mais professores.

A região de Nova Andradadina esteve composta por: Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema e Taquarussu, foi a região com o maior número de cursos, totalizando oitenta e um cursos. A duração dos cursos variou de 20 a 60 horas, destaque

porque o maior número de cursos, 50 foram de 20 horas, dois de 50 horas e apenas um de 60 horas, o restante variando entre 24, 26, 30 e 40 horas. Essa região diferenciou-se tanto pela grande quantidade de cursos oferecidos como pela pequena participação dos professores, foram seis cursos com apenas 2 professores e trinta e nove cursos, ou seja, 48% com menos de 10 professores participantes, isso é um dado relevante se pensarmos que é uma região composta por seis municípios, o maior número de professores foi 35 em apenas dois cursos.

A região de Ponta Porã era composta por: Aral Moreira, Amambai, Antônio João, Coronel Sapucaia e Ponta Porã. Foram realizados oito cursos, um de 20 horas e sete de 40 horas, atendendo de 14 a 35 professores.

A última região, Três Lagoas tinha como membros os municípios de: Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência e Paranaíba. Contou com doze cursos: três de 20 horas, um de 25 horas, um de 40 horas e seis de 60 horas. Atendendo de 36 a 70 professores.

É possível observar que os cursos direcionados ao uso de tecnologias educacionais foram os mais atrativos, os quais havia maior participação dos docentes em cada região. Vários cursos com as mesmas temáticas estiveram presentes em diferentes regiões, mas isso não foi uma regra.

Nos quadros recebidos referentes às formações continuadas ocorridas em 2016 não apresentaram a carga horária dos cursos, uma vez que estiveram presentes apenas no projeto elaborado pela SED de cada curso ou oficina.

No anexo 2, observamos a mesma divisão do estado, em doze regiões para a realização dos cursos. A COTED aplicou a todos os municípios do estado de MS sete cursos, que incluíam não só os professores, mas também os profissionais da educação (Coordenação Pedagógica, Direção Escolar, Assessoramento Escolar e o apoio à Educação Básica). Por exemplo, o último curso ofertado foi “Capacitação de Técnicos e Auxiliares de Bibliotecas Escolares”, com carga horária de 80 horas e participação de 488 funcionários. O maior curso foi de 130 horas e atendeu 91 pessoas. Os demais cursos foram de 60 horas e estavam relacionados ao Censo Escolar, ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programas de Livros e Transporte Escolar. Atendendo de 24 a 408 profissionais. Por serem cursos oferecidos no estado todo, atenderam a um número pequeno de profissionais.

No ano de 2016 não foram divulgados na tabela a carga horária dos cursos. Na região de Aquidauana foram apenas três cursos, que atenderam de 82 a 484 professores.

Em Campo Grande Capital foram desenvolvidos nove cursos, não só aos professores, mas também aos coordenadores escolares sobre o uso do ambiente de Planejamento e Diário

online, com a participação de 850 coordenadores, um curso aos acadêmicos do curso de Química da UFMS sobre o “Uso das Tecnologias e Recursos Midiáticos nas unidades escolares”, atendo a 34 acadêmicos. Os demais cursos variaram de 7 a 161 participantes.

Na região de Campo Grande metropolitano foram nove oficinas de curta duração com temas diversos, atendendo de 8 a 638 professores. Na região de Corumbá foram cinco cursos que contaram com a participação de 13 a 22 professores. Para a região de Coxim também ofertaram cinco cursos, o número de professores atendidos foi de 13 a 21. Já na região de Dourados foram realizados quinze cursos, com a participação variando entre 12 e 577 professores, nessa região os cursos de “Noções Básicas dos Editores de Texto Word e Whiter” e “O uso do sistema SED (diário e planejamento)” foram realizados duas vezes, na primeira realização de cada um, houve pequena participação dos professores, já na segunda vez, a participação foi mais expressiva.

Na região de Glória de Dourados foram realizados vinte cursos, em apenas dois houve participação significativa dos professores, nos cursos de “Utilização de aplicativos móveis” com 277 professores e “oficina: Computador Interativo e Lousa Digital” com 455 professores. Nos demais, a participação variou de 2 a 95 professores. Na região de Jardim foram ofertados cinco cursos, em três houve participação de mais de 300 professores. O primeiro foi uma “capacitação sobre robótica aos multiplicadores e PROGETEC’s do NTE – Jardim em parceria com a UFMS campus Ponta Porã”, que contou com 41 professores.

Para a região de Naviraí foram ofertados sete cursos, o curso com a maior participação de docentes foi: “Oficina Projetor Integrado e Lousa Digital”, com a participação de 950 professores. Esse curso foi oferecido em várias regiões durante o ano de 2016. A região de Nova Andradina contou com dezenove cursos, e foi a única vez que apareceu um curso específico para os professores de Educação Física chamado “Oficina de Xadrez online aos professores de Educação Física e Matemática”, participaram 28 professores. Nos demais cursos a participação variou entre 2 e 44 professores.

A região de Ponta Porã contou com oito cursos. Foi realizada novamente a parceria com a UFMS *campus* Ponta Porã para a realização da oficina de Scratch aplicada à Robótica, da qual 91 professores participaram. Aqui chamo a atenção para a “Capacitação sobre o uso das TIC’s nas escolas participação na jornada Pedagógica, o trabalho do NTE junto as escolas”, pois participaram 1.600 professores, sem dúvida o maior número de professores em uma única capacitação. Os demais cursos tiveram a participação entre 13 e 700 professores, no curso de “Oficina sobre computador interativo para professores de Ponta Porã nas

escolas”, que contou com 700 professores, foi um curso que, na maioria das regiões onde foi desenvolvido, atraiu um grande quantitativo de professores participando.

Na região de Três Lagoas foram ofertados dez cursos, variando o quantitativo de participantes entre 10 e 606 professores. Novamente a “Oficina Projeto Interativo na Ação docente: desafios e inovações” foi o curso com o maior número de participantes, 606. O nome dessa oficina variou um pouco entre as regiões do estado, mas em todas, o principal foco era a utilização do projetor interativo.

De acordo com o anexo 3, no ano de 2017, a COTED realizou o “Curso preparatório para Gerenciadores de Sala de Tecnologias e Recursos Midiáticos – PROGETEC – 2017” com carga horária de 40 horas oferecido a todo estado de MS e contou com a participação de 209 professores.

Nesse ano, o estado foi dividido em onze regiões, uma a menos que os anos de 2015 e 2016, a região de Glória de Dourados foi extinta. Outra variação que ocorreu nesse ano foi que, dentro das pequenas regiões, nem todos os cursos eram oferecidos a todos os municípios pertencentes àquela região, ou seja, foram cursos mais específicos. Na região de Aquidauana foram oferecidos quatro cursos, dos quais três foram de 40 horas e um de 80 horas, a participação docente variou entre 7 e 96.

Com exceção das regiões Aquidauana, Campo Grande metropolitano, Dourados, e Jardim, que não tiveram o curso “Aprendizagem Colaborativa pela Pesquisa e Autoria - ACOPA”, as demais regiões todas tiveram esse curso com 130 horas de duração. Em Campo Grande, capital, foram ofertados apenas dois cursos, um com 120 e outro com 130 horas, o número de participantes foi de 25 e 59 professores, respectivamente. É um número bem pequeno se levarmos em conta que na rede estadual atuando no Ensino Médio temos 1.688 docentes. Na região de Campo Grande, metropolitano, também foram dois cursos: um com 40 e outro com 60 horas com 30 e 160 docentes respectivamente. Na região de Corumbá foram ofertados sete cursos, sendo seis com 40 horas e um com 130 horas, variando de 10 a 38 professores.

Na região de Coxim foram dois cursos: um de 40 e outro com 130 horas, com 15 e 22 participantes. Para Dourados foram oferecidos dois cursos: um de 40 e outro de 60 horas, um com 87 participantes e outro ainda estava em andamento quando recebemos as informações. Na região de Jardim foram ofertados três cursos, todos com 60 horas e 50 participantes. Para a região de Naviraí foram ofertados seis cursos: dois de 40, dois de 60 e um com 130 horas, o número de participantes variou de 25 a 321 professores.

Para a região de Nova Andradina foram 22 cursos com carga horária de 40 a 130 horas e de 4 a 22 professores. Na maioria dos cursos foram menos de 10 participantes, mas isso se deve ao fato da maioria dos cursos terem sido ofertados a apenas um município. Para a região de Ponta Porã foram onze cursos durante o ano, sendo quatro de 40 horas, seis de 60 horas e um de 130 horas, com a variação de 5 a 45 professores. Por fim em Três Lagoas foram cinco cursos com carga horária entre 40 e 130 horas e a participação de 20 a 100 professores.

Todos esses cursos descritos nas três tabelas foram elaborados e ofertados pela SED-MS ao estado de MS, cada escola elabora suas próprias formações continuadas e aplica aos seus professores. Mas por que as escolas e a SED fazem esses cursos?

Porque, de acordo com o § 1º do art. 62 da LDB (1996), é obrigação da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios organizar, em regime de colaboração, a formação inicial, contínua e a capacitação dos profissionais do magistério, ou seja, esses cursos são uma pequena parte do que esses órgãos têm a responsabilidade de fazer pela qualificação dos seus profissionais e, conseqüentemente, pela qualidade da educação.

Mediante os programas de formação continuada oferecidos pela SED-MS aos professores da educação básica (todas as etapas escolares), podemos observar que em 2014 e 2015 não houveram formações específicas para o Ensino Médio. Em 2016 e 2017 foi realizado um projeto voltado aos professores do Ensino Médio, em 2017, esse projeto desdobrou-se em algumas formações no intervalo de quatro meses. Exceto esses dois projetos, não houve nenhuma outra formação específica para docentes do Ensino Médio.

Além dos cursos já descritos, em 31 de outubro de 2016 a SED/MS firmou uma parceria com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT/MS) e a Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso Sul (UEMS), por meio do convênio n. 145/SED/2016, publicado no Diário Oficial n. 9.277, cujo o objeto do convênio é a realização de Pós-Graduação *Lato Sensu* na área Educacional ofertada pela UEMS, “visando a qualificação e formação dos professores efetivos da Rede Pública Estadual”, por meio do estudo e da pesquisa. O Valor financeiro firmado para essa parceria foi de R\$ 1.142.256,00 a ser pago em três parcelas.

No Diário Oficial n. 9.279 publicado em 03 de novembro de 2016 foram lançados os cursos com o quantitativo de vagas e a quais áreas do conhecimento foram destinados, lembrando que essa parceria se destinava somente aos professores do quadro efetivo de docentes da REE/MS.

Quadro 5 - Pós-Graduação Lato Sensu oferecida pela SED-MS em parceria com a UEMS e a FUNDECT em 2016

Unidade	Curso oferecido	Vagas
Campo Grande	Educação Científica	50
	Linguística: a ciência da língua	80
	Educação Especial - Deficiência Auditiva/Surdez	50
	Educação Especial: Deficiência Intelectual	50
	Multiletramento e Processos Autorais na Educação Básica	50
	Currículo e Diversidade: Gênero, Raça e Etnia	50

Fonte: Extraído do Diário Oficial n. 9.279, p.25, 2016. Disponível em: http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO9279_03_11_2016. Disponível em: 10 de setembro de 2018.

O curso de Multiletramentos ofereceu vagas conforme a seguinte disposição: 20 vagas para professores das áreas de Linguagens, 15 vagas para Ciências Humanas e 15 vagas para Ciências Naturais. Caso uma das 3 áreas não atingisse o número de vagas reservadas, haveria remanejamento entre as áreas.

Os cursos foram pensados e distribuídos por área da seguinte maneira:

- a) Linguística: a Ciência da Língua - professores egressos do Curso de licenciatura em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas;
- b) Educação Especial - Deficiência Auditiva/Surdez/Intelectual – professores egressos em Curso superior de validade nacional em qualquer área de conhecimento;
- c) Currículo e Diversidade: Gênero, Raça e Etnia - professores portadores de diploma de Curso de licenciatura e de outros cursos de graduação de áreas afins;
- d) Multiletramentos e Processos Autorais na Educação Básica - graduados nas áreas de Linguagens, Ciências Humanas e Ciências Naturais;
- e) Educação Científica - professores das áreas de Matemática, Física, Química, Biologia e Pedagogia (licenciados em Pedagogia poderão se inscrever se atuarem como Coordenador Pedagógico, prioritariamente os que atuam no Ensino Médio).

Os professores efetivos da REE/MS para concorrerem a uma vaga em um desses cursos precisavam atender aos seguintes critérios: formação de acordo com o curso escolhido, assinar um Termo de Compromisso no qual assumiam a responsabilidade de devolver à SED

o valor investido em caso de ausência, não-participação, desistência ou falta que os impossibilitasse de obter o certificado, além de firmar compromisso em “desenvolver normalmente suas funções profissionais, comprometendo-se de forma que a participação no curso não prejudicasse os trabalhos desenvolvidos na unidade escolar”. Responsabilizar-se por despesas pessoais referentes a transporte e estadia caso optasse por curso em cidade diferente do local de residência, além de estar ciente de ficar impedido de concorrer ao custeio de novas Pós-Graduações no período de 01 ano, a contar da conclusão da Pós.

Observando o Edital n. 69/2016, de 21 de Dezembro, é possível notar que a procura pelos cursos foi pequena, uma vez que lançaram novo edital com vagas remanescentes, cada curso só foi ofertado com, no mínimo, trinta inscritos, vejamos o quantitativo de vagas remanescentes após término do primeiro edital.

Quadro 6 - Vagas remanescentes - Pós-Graduação Lato Sensu oferecida pela SED-MS em parceria com a UEMS e a FUNDECT em 2016

Unidade Universitária	Cursos	Vagas
Campo Grande	Educação Científica	21
	Linguística: a ciência da língua	48
	Educação Especial - Deficiência Auditiva/Surdez	33
	Educação Especial - Deficiência Intelectual	19
	Multiletramento e Processos Autorais na Educação Básica	30
	Currículo e Diversidade: Gênero, Raça e Etnia	17

Fonte: Extraído do Edital n. 69/2016 UEMS. Disponível em: http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO9279_03_11_2016. Disponível em 10 de setembro de 2018.

As aulas dos cursos acontecem às sextas à noite (19 às 22 horas) e aos sábados pela manhã (7:30 às 11:30) a cada quinze dias. As primeiras turmas tiveram início no primeiro semestre de 2017 (25/03/2017) com previsão de término para o segundo semestre de 2018 (25/08/2018), ou seja, a duração de dezessete meses. O curso de Educação Especial – Deficiência Auditiva/Surdez não abriu turma.

Quadro 7 - Relação da quantidade de professores matriculados por semestre nos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu SED-MS em parceria com a UEMS e FUNDECT

Curso de Pós-Graduação	Vagas	2017/1 Matriculados	2017/2 Matriculados	2018/1 Matriculados
Multiletramentos e Processos Autorais na Educação Básica	50	32	30	27
Educação Especial – Deficiência Intelectual	50	51	51	51
Currículo e Diversidade: Gênero, Raça e Etnia	50	46	46	-
Educação Científica	50	43	43	43
Linguística, a Ciência da Língua	80	46	45	45

Fonte: Informações recebidas da UEMS via Portal da Transparência. Disponível em: transparencia.ms.gov.br

Comparando o quantitativo de vagas oferecidas no primeiro edital (quadro 5) e o número de aprovados na seleção e matriculados (quadro 6), podemos observar que no curso de Multiletramento e Processos Autorais na Educação Básica, no primeiro edital foram oferecidas cinquenta vagas, no segundo edital, com vagas remanescentes restavam trinta vagas, ou seja, apenas vinte professores realizaram a matrícula. De acordo com o quadro 5, relação final dos matriculados em cada curso e rematrícula no decorrer do mesmo, no curso de Multiletramento e Processos Autorais na Educação Básica iniciaram trinta e dois professores, no segundo semestre do curso o número de matriculados reduziu para trinta professores e no terceiro semestre reduziu para 27. O curso de Educação Especial – Deficiência Intelectual e o curso de Educação Científica se mantiveram iguais desde os aprovados na seleção até o terceiro semestre, com cinquenta e um e quarenta e três professores, respectivamente. O curso de Currículo e Diversidade: Gênero, Raça e Etnia teve quarenta e cinco professores aprovados na seleção, se matricularam quarenta e seis professores e esse número se manteve no segundo semestre do curso, na planilha enviada pela UEMS não consta dados sobre o terceiro semestre do curso. O curso de Linguística: a Ciência da Língua teve quarenta e sete professores aprovados na seleção, se matricularam quarenta e seis e nos semestres seguintes foram matriculados quarenta e cinco, houve evasão de um professor. Não há informações sobre o motivo do curso Educação Especial – Deficiência Auditiva/Surdez não ter sido aberto.

Em 21 de fevereiro de 2018, por meio do Diário Oficial n. 9.599, e em 27 de fevereiro de 2018, por meio do Diário Oficial n. 9.603, foram publicados novos calendários acadêmicos para os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* oferecidos pela UEMS em parceria com a SED e a FUNDECT devido a necessidade de mais tempo para a conclusão de todos os processos acadêmicos previstos no Regulamento, passando a finalizar em Novembro de 2018 e não mais em Agosto do presente ano.

Os critérios impostos pela SED não atendem àqueles recomendados pela LDB ou mesmo pelo PNE, ao contrário, vão na contramão, tornando o professor o único responsável pela continuidade nos estudos. Ao invés de motivarem e possibilitarem condições dignas de realizar os estudos, a SED-MS impõem restrições e joga toda a responsabilidade para o professor dar conta de ministrar suas aulas, prepará-las, participar das aulas da pós que acontecem às sextas à noite e aos sábados (horário do descanso do professor), realizar os trabalhos e cumprir todo o calendário escolar.

De acordo com o Parágrafo Único do art. 62-A da LDB:

Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação” (BRASIL, 1996).

No caso as formações continuadas oferecidas pela SED são totalmente gratuitas, mas a maioria delas não acontece no ambiente de trabalho do professor e nem em seu horário de serviço, fazendo com que o mesmo utilize seu tempo livre para cumprir com formações obrigatórias. Em relação aos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* acontece a mesma coisa, o professor além de não obter licença e auxílio para o afastamento, deve cumprir com rigor e êxito toda sua jornada de trabalho e garantir que reembolsará a SED caso não conclua a especialização.

No art. 67 temos o § II que prevê “aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim”, e no § IV “progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho”.

No PEE-MS (2014a, p. 91), mais especificamente falando sobre a Meta 16, está previsto “jornada de trabalho docente melhor estruturada e flexível, incorporando estudos e formação continuada formal na jornada, valorizando a opção de dedicação exclusiva e permanência na sala de aula (e/ou outros espaços de aprendizagem com estudantes)”.

No art. 7, capítulo II do Estatuto dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul, está previsto que deve haver:

II - retribuição salarial baseada na classificação de funções levando-se em conta o nível educacional exigido pelos deveres e responsabilidades do cargo, a experiência que o exercício requer a satisfação de outros requisitos que se reputem essenciais ao seu desempenho e às condições do mercado de trabalho (MATO GROSSO DO SUL, 2000).

O item III prevê a progressão e promoção funcionais por meio de valorização dos servidores decorrente de cursos de formação, capacitação e de especialização (MATO GROSSO DO SUL, 2000).

Segundo o Estatuto dos Profissionais da Educação Básica do MS (2000), ocorre uma “progressão funcional: quando há movimentação do servidor de um nível para outro superior na mesma classe”, ou seja, quando o servidor passa de nível médio (I) para graduado (II), especialista (III) ou mestre (IV) e ocorre uma “Promoção Funcional: quando há passagem de uma classe para outra imediatamente superior, dentro da mesma categoria funcional”, isso ocorre espontaneamente a cada cinco anos trabalhados.

Logo abaixo será exposto a tabela salarial da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS), reajustada em 2,94% em setembro de 2017 e em seguida a mesma tabela para comparação do ano de 2018.

Segundo a tabela salarial da FETEMS atualizada em Abril de 2018, o salário inicial para professores com 20 horas e nível médio é de R\$ 1.851,36, se for graduado em sua área de atuação o salário será de R\$ 2.777,04, ao continuar estudando e se qualificando, realiza a Pós-Graduação *Lato Sensu*, que é oferecida pela SED, o salário aumentará R\$ 182,14, mas se empreender bastante esforço e conseguir conciliar com o serviço um mestrado, que requer do profissional bastante empenho e dedicação, seu salário subirá R\$ 277,70 em relação ao salário de graduado e se for especialista passando a ser mestre aumentará R\$ 92,56. O que queremos explicitar é que há valorização profissional, mas pouco atraente e significativa em termos salariais. Todas as etapas de ensino que um professor busque vão exigir bastante empenho e dedicação e se for pensar no retorno financeiro acabará desistindo de se qualificar.

Tabela 6 - Tabela Salarial dos Professores em Educação de Mato Grosso do Sul de 20 horas – setembro de 2017.

Professor 20 horas					
Níveis		I	II	III	IV
Classe	Coef.				
A	1,00	1718,25	2577,38	2749,20	2835,11
B	1,15	1975,99	2963,98	3161,58	3260,38
C	1,32	2268,09	3402,14	3628,94	3742,35
D	1,38	2371,19	3556,78	3793,90	3912,46
E	1,44	2474,28	3711,42	3958,85	4252,67
F	1,50	2577,38	3866,06	4123,80	4252,67
G	1,55	2663,29	3994,93	4261,26	4394,42
H	1,61	2766,38	4149,57	4426,21	4564,53

Fonte: Extraído do site: www.fetems.org.br/tabela_salarial. Disponível em: 04 de março de 2019.

Tabela 7 - Tabela Salarial dos Professores em Educação de Mato Grosso do Sul de 40 horas – setembro de 2017.

Professor 40 horas					
Níveis		I	II	III	IV
Classe	Coef.				
A	1,00	3436,50	5154,75	5498,40	5670,23
B	1,15	3951,98	5927,96	6323,16	6520,76
C	1,32	4536,18	6804,27	7257,89	7484,70
D	1,38	4742,37	7113,56	7587,79	7824,91
E	1,44	4948,56	7422,84	7917,70	8165,12
F	1,50	5154,75	7732,13	8147,60	8505,34
G	1,55	5326,58	7989,86	8522,52	8788,85

H	1,61	5532,77	8299,15	8852,42	9129,06
----------	------	---------	---------	---------	---------

Fonte: Extraído do site: www.fetems.org.br/tabela_salarial. Disponível em: 04 de março de 2019.

Tabela 8 - Tabela Salarial dos Professores em Educação de Mato Grosso do Sul de 20 horas - abril de 2018.

Professor 20 horas					
Níveis		I	II	III	IV
Classe	Coef.				
A	1,00	1.851,36	2.777,04	2.962,18	3.054,74
B	1,15	2.129,06	3.193,60	3.406,50	3.512,96
C	1,32	2.443,80	3.665,69	3.910,07	4.032,26
D	1,38	2.554,88	3.832,32	4.087,80	4.215,55
E	1,44	2.665,96	3.998,94	4.265,53	4.398,83
F	1,50	2.777,04	4.165,56	4.443,26	4.582,12
G	1,55	2.869,61	4.304,41	4.591,37	4.734,85
H	1,61	2.980,69	4.471,03	4.769,10	4.918,14

Fonte: Extraído do site: www.fetems.org.br/tabela_salarial. Disponível em: 20 de setembro de 2018.

Tabela 9 - Tabela Salarial dos Professores em Educação de Mato Grosso do Sul com 40 horas, a partir de abril de 2018.

Professor 40 horas					
Níveis		I	II	III	IV
Classe	Coef.				
A	1,00	3.702,72	5.554,08	5.924,35	6.109,49
B	1,15	4.258,13	6.387,19	6.813,00	7.025,91
C	1,32	4.887,59	7.331,39	7.810,14	8.064,52
D	1,38	5.109,75	7.664,63	8.175,61	8.431,09
E	1,44	5.331,92	7.997,88	8.531,07	8.797,66
F	1,50	5.554,08	8.331,12	8.886,53	9.164,23
G	1,55	5.739,22	8.068,82	9.182,75	9.469,71
H	1,61	5.961,38	8.942,07	9.538,21	9.836,28

Fonte: Extraído do site: www.fetems.org.br/tabela_salarial. Disponível em: 20 de setembro de 2018.

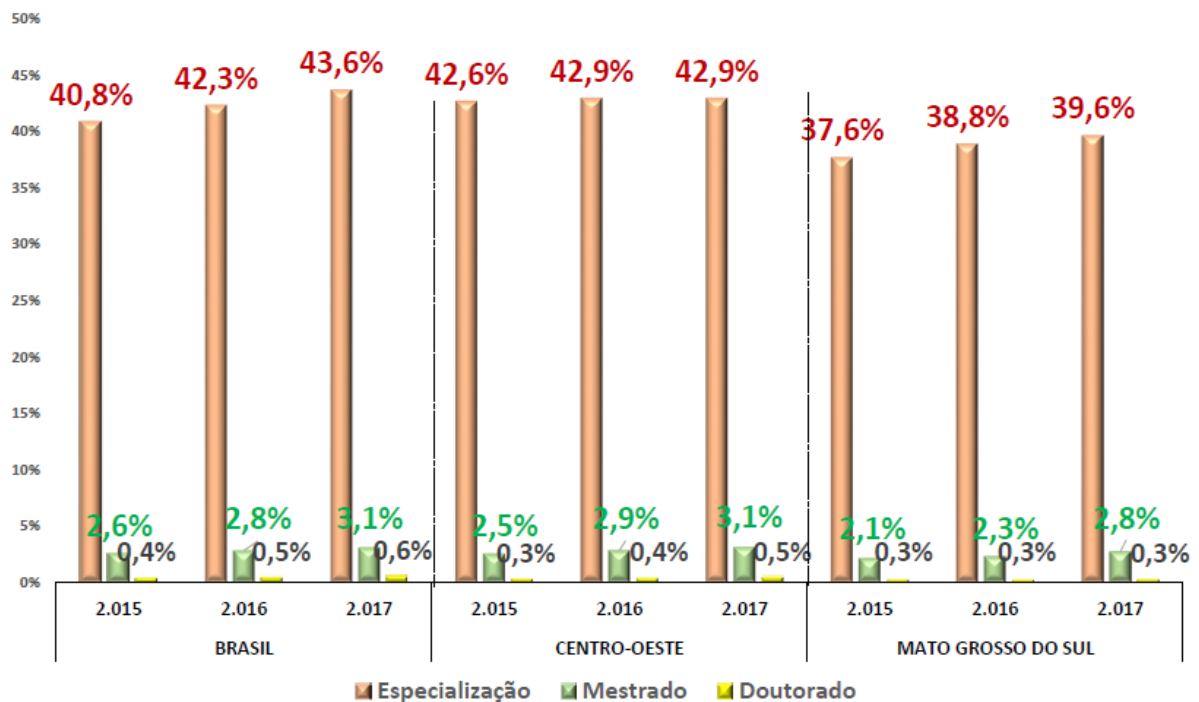
Comparando as tabelas 6 e 9, observamos que o salário inicial de um ano para outro variou entre R\$ 133,11 a R\$ 219,63, valor simbólico. Isso mostra que os docentes da rede estadual em MS não estão sendo devidamente remunerados por terem buscado formação continuada.

Na Meta 16 do PEE-MS está evidenciado como deve ocorrer a formação inicial e continuada

Formação inicial e continuada dos profissionais, com incentivo financeiro das redes para afastamentos remunerados, bolsas, parcerias e flexibilização de carga horária e contrapartida do profissional de produção científica, artística, técnica, tecnológica ou didática diretamente relacionada à realidade educacional em que atua (MATO GROSSO DO SUL, 2014, p. 92).

Esses fatores elencados anteriormente, como não receber dispensa ou bolsa auxílio para a execução da Pós-Graduação, pequeno aumento salarial, tornam-se desmotivantes e os professores acabam por preferir não dar continuidade aos estudos, fazem apenas pequenos cursos, que na maioria das vezes são obrigatórios. Vejamos um gráfico do Censo Escolar de 2017 que mostra o quantitativo de professores de MS com Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*.

Gráfico 7 - Comparativo da distribuição dos docentes com Pós-Graduação em nível de nacional, região Centro-Oeste e em Mato Grosso do Sul nos anos de 2015 a 2017



Fonte: Censo Escolar Brasileiro 2017, (BRASIL, 2018).

Para entender o gráfico 7 é preciso saber que foram levados em consideração apenas os docentes que possuem graduação. Em nível nacional em 2015, o percentual de professores com pós-graduação *Lato Sensu*, ou seja, a especialização equivalia a 40,8% do total, os professores com pós-graduação *Stricto Sensu*, mais precisamente os mestres eram de 2,6% e os doutores representavam 0,4%. Percentual que se alterou nos dois anos consecutivos de

maneira discreta. Em 2016, os especialistas eram 42,3%, aumento de 1,5%, os mestres representavam 2,8%, um aumento de 0,2% e os doutores 0,5%. No ano de 2017 o percentual de especialistas aumentou 1,3% totalizando 43,6, o aumento de mestres foi de 0,3% e chegou a 3,1% do total e o aumento de doutores foi contínuo em 0,1% totalizando 0,6%. No que diz respeito à região Centro-Oeste, o percentual de especialistas subiu de 2015 para 2016 e se manteve de 2016 para 2017. Inicialmente era de 42,6% e passou a ser de 42,9% nos dois anos seguintes. Os mestres subiram continuamente nesses três anos. Em 2015, representavam 2,5%, em 2016 eram 2,9% e em 2017 chegaram a 3,1%, ou seja, esse percentual cresceu mais que em nível nacional e atingiu o mesmo percentual. Os doutores também cresceram continuamente e da mesma maneira que em nível nacional 0,1% ao ano. Em 2015 eram 0,3%, em 2016 eram 0,4% e em 2017 alcançaram o índice de 0,5%. Já o estado de MS tem um percentual inferior de professores pós-graduados se comparado ao Brasil e à região Centro-Oeste. O percentual de professores especialistas cresceu consecutivamente nesses três anos, inicialmente representava 37,6% do total estadual, em 2017 subiu 1,2% e chegou a 38,8%, em 2017 a taxa de crescimento foi menor, 0,8% e atingiu a marca de 39,6%. O percentual de mestres também cresceu nos três anos, mas ainda é um pouco menor que no Brasil e na região Centro-Oeste, em 2015 representava 2,1%, em 2016 subiu para 2,3% e chegou em 2017 a 2,8%. O percentual de doutores se manteve estável de 2015 a 2017 em 0,3%.

No PEE-MS diz que é preciso atentar-se para a formulação de novas políticas necessárias para a superação da baixa valorização dos profissionais da educação, mas da maneira como ocorrem não colaboraram para superação dessa barreira.

O capítulo II iniciou apresentando a história do estado de MS, contextualizando número de escolas, matrículas, desenvolvimento do IDEB, docentes por etapa de ensino, taxa de aprovados e reprovados no Ensino Médio, apresentou também os programas de Formação Continuada oferecidos pelo estado em questão para os docentes de todas as áreas do conhecimento referente à Educação Básica, mostramos os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* que estão acontecendo em parceria da SED-MS com a UEMS e a Fundect desde 2016, na cidade de Campo Grande-MS.

Com isso foi possível compreender a realidade socioeconômica do estado de MS e ter condições de analisar se os programas de Formação Continuada que estão sendo oferecidos pela SED-MS, tanto nas escolas como em outros espaços, com presença física ou virtual estão de acordo com o que prevê a meta 16 do Plano Estadual de Educação de MS. Em relação aos cursos de Pós-Graduação, nenhum obteve preenchimento total com o primeiro edital, foi necessário abrir novo edital com as vagas remanescentes para que as turmas fossem

completadas e a turma aberta, junto a isso está a tabela salarial dos professores em educação de MS de 20 e 40 horas semanais, um fator imprescindível que pode tanto ser favorável quanto contrário ao desejo do docente buscar dar continuidade ou não a sua qualificação profissional.

O capítulo II examinou os programas de formação continuada para professores do Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino em Mato Grosso do Sul, além de evidenciar o contexto histórico de MS e da cidade Campo Grande. Apresentou dados sobre valores salariais da rede estadual, que apesar de ser um dos melhores salários de professores, se comparado em nível nacional, ainda deixa a desejar.

No próximo capítulo serão apresentados os programas de formação continuada para professores de Educação Física oferecidos pelo estado de MS, a meta 16 do PEE-MS, como foi pensada e a descrição do relatório de monitoramento lançado até o momento.

3 CAPÍTULO III – POLÍTICA/PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, NO PERÍODO 2014-2018 E A META 16 DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (PEE-MS 2014-2024)

Esse capítulo tem como objetivo analisar a meta 16 do Plano Estadual de Educação (PEE/MS 2014-2024): a formação continuada de professores de Educação Física do ensino médio na Rede Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul no município de Campo Grande, no período de 2014-2018. Para isso foram utilizadas planilhas com nomes e carga horária dos cursos oferecidos pela SED/MS via ofício n. 1.545/SUPED/GAB/SED e o relatório de monitoramento e avaliação do PEE/MS.

Analisaremos as estratégias 16.1, 16.4, 16.6, 16.9 pertencentes a meta 16 do PEE/MS a fim de observar a materialização das políticas educacionais previstas nessa meta para os professores de Educação Física do ensino médio na REE/MS.

3.1 Programas de formação continuada ofertados pelo estado de Mato Grosso do Sul especificamente para os professores de Educação Física

De acordo com a meta 16 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e com a meta 16 do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (2014-2024) está previsto que os professores devem receber formação continuada em sua área de atuação, isso significa, portanto, que todas as áreas do conhecimento têm o direito de receber formações, conforme sua área de conhecimento.

Nessa pesquisa buscamos informações a respeito dos cursos/formações que estão sendo oferecidos aos professores de Educação Física da REE-MS que atuam diretamente no Ensino Médio. Fizemos uma solicitação à SED por meio do Portal da Transparência sobre o número de professores de Educação Física efetivos e contratados no Ensino Médio na cidade de Campo Grande, a resposta que recebemos foi: o total equivale a 106 docentes nessa área do conhecimento, sendo 68 professores efetivos e 38 contratados (número que representa 35,8% do total) e junto com esses dados justificaram o número de professores contratados dizendo que:

As convocações podem ser feitas de forma fracionadas, ou seja, um professor é convocado para ministrar 1, 2, 3 ou 4 aulas. Isto não quer dizer que as convocações se referem a 1 cargo de professor efetivo. Convém

ressaltar que o quantitativo mínimo de horas-aulas necessária para efetuar a nomeação/lotação de um professor é de 20h/a, sendo 16h/a em sala de aula e 4 horas-aula atividades. Por fim, informa-se que os dados acima mencionados se referem ao mês de junho de 2018 (RESPOSTA DA SED VIA PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2018).

Isso nos faz refletir sobre possíveis ajustes que podem ser feitos para mudar tal cenário e aumentar o número de professores efetivos.

Em 27 de setembro de 2018 foi feita nova solicitação de informações a respeito das formações continuadas oferecidas especificamente aos professores de Educação Física ao Núcleo de Esporte (NESP) da SED-MS e, no dia 25 de outubro de 2018, recebemos via Portal da Transparência dois novos quadros com mais informações, que serão apresentados em seguida.

Quadro 8 - Cursos oferecidos pela Coordenadoria de Educação Especial e pelo Núcleo de Esporte e Cultura da SED-MS aos professores de Educação Física entre os anos de 2014 a 2016.

Município	Curso	Período	Ministrante	Presentes	CH
Campo Grande	4º Encontro dos Prof. de Educação Física da Rede Estadual.	4 e 5 de maio de 2014	Eliana de Matos Carvalho	209	20 H
	Encontro dos Prof. Educação Física.	2 a 6 de março de 2015		250	40H
	5º Encontro dos Prof. de Educação Física da Rede Estadual.	1, 2 e 3 de maio de 2015		300	40H
	Encontro dos Prof. Educação Física.	11 de março de 2016		77	3H30min.

Fonte: Informações recebidas via Portal da Transparência. Disponível em: transparencia.ms.gov.br

No quadro 8 consta apenas o nome de uma palestrante, Eliana de Matos Carvalho, durante três anos consecutivos. Como uma única pessoa pode ministrar um encontro por cinco dias (quarenta horas) consecutivos? Esse fato nos chamou a atenção pois pode ser um indício desmotivante aos participantes do encontro, ouvir por um longo período de tempo a mesma pessoa. Por mais qualificada que seja a pessoa, é preciso haver a diversidade de palestrantes com pontos de vista diferentes para trazer novas experiências, caso contrário só se tem uma visão, considerada certa e única possibilidade.

Na entrevista realizada com o Gestor 1¹¹, explicou o porquê de apenas uma palestrante nesses três anos de curso

Hoje nós só temos uma Unidade Pedagógica de Formação. Ela não tem a estrutura necessária, e que é burocraticamente exigida para a contratação de professores pra trabalhar especificamente com essa área. Então a criação da Escola do Desporto vai nos permitir voos mais altos (GESTOR 1, 2018).

¹¹Foi realizada entrevistas semiestruturada no dia 26 de novembro de 2018, em horário e local escolhido pelo gestor e essas informações estarão no capítulo 4.

De acordo com a justificativa dada pelo Gestor 1, o estado de MS não possui estrutura adequada para a contratação de diferentes professores. Consideramos que, deve elaborar uma maneira alternativa de consegui-la, o que não pode acontecer é permitir que a situação se repita durante três anos, deixando os docentes da área sem outra alternativa.

Acreditamos que a diversidade de palestrantes favoreça a motivação dos professores em participar das formações, mas por outro lado é preciso questionar se os professores no momento de sugerirem temas para as formações se manifestaram, expressando quais temas são de seu interesse ou se se mantiveram calados.

Quando questionado ao Gestor 1 qual o significado dos Encontros de Professores de Educação Física e por que acontecem apenas uma vez ao ano, obtivemos a seguinte resposta

[...] o objetivo desse encontro é trabalhar a metodologia [...] é necessário que a gente reúna esses professores em uma determinada ocasião em Campo Grande ou em qualquer lugar do estado, mas que reúna todos para que especialmente eles produzam trabalhos sobre o que vão, estão desenvolvendo. Trabalhos científicos sobre o que estão desenvolvendo. Apresentem os seus QIs de sucesso, e especialmente que a gente melhore nessa oportunidade a questão das metodologias empregadas, os protocolos empregados, das metodologias empregadas. Então essa discussão que justifica a necessidade desse encontro no congresso estadual (GESTOR 1, 2018).

Portanto, o intuito desse Encontro é a partilha das metodologias de trabalho com os colegas de profissão a fim de diversificar o trabalho em diferentes escolas e, quem sabe, colaborar com a dificuldade que um professor possa estar sentindo. A ideia do Encontro é ótima, o que falta é variedade de opções de palestras e palestrantes para que possa haver maior participação da comunidade docente da área.

O quadro 9 apresenta as formações continuadas ofertadas aos professores de Educação Física da REE-MS pela SED no ano de 2016.

Municípios	Curso	Data	Ministrante	CH	Inscritos	Presentes	% ¹²
Bela Vista	Recreação e Lazer	12-14/02	Edméia Pacheco de Oliveira Roberto	20	34	32	100
Campo Grande	Clínica de alto rendimento de basquetebol	17-19/03	Antonio Carlos Barbosa	20	132	87	66
Maracaju	Urgência e Emergência durante a ativ. Física/Recreação e Lazer/Metodologias do Futsal a nível escolar	29-31/07	Rodrigo Aranda Serra/Rodrigo Barbosa de Miranda/Thamy Kumagai		70	60	86
Coxim	Esporte Escolar: processos práticos das capacidades coordnativas na iniciação esportiva/Recreação e Lazer/Treinamento desportivo/Metodologiaas do futsal a nível escolar	25-27/08	Paulo Ricardo Martins Nuñez/Silvio Lobo/Rodrigo Barbosa de Miranda/Erlei Pires	25	70	60	86
Rio Verde de MT	Lazer e Recreação	11-13/11	Rodrigo Barbosa de Miranda	20	74	58	78
Três Lagoas	Handebol escolar: o processo de iniciação-treinamento/Lazer e Recreação	01-03/12	Paulo Nuñez e Edméia Roberto	20	60	51	85

Fonte: Informações recebidas via Portal da Transparência. Disponível em: transparência.ms.bov.br

No quadro 9 ocorreu o mesmo que no quadro 8, apenas um curso durante o ano, exceto Maracaju e Coxim, as demais cidades contaram com um único palestrante. Deixamos registrado aqui a inquietação em entender o porquê do pequeno número de inscritos se essas formações são abertas aos professores de Educação Física das redes estadual, municipal e privada, gratuitas e divulgadas pela prefeitura da cidade onde será realizada a formação. Os dados mostram um pequeno número de inscritos e somente Bela Vista teve 100% de presença. Será que é porque todas as formações aconteceram aos finais de semana? Será que o tema abordado não é de interesse do professor? Então os responsáveis da SED-MS e das prefeituras em realizar o diagnóstico nas escolas é que estão falhando, pois não conseguem conhecer as necessidades dos docentes da área e promovem cursos que não os estimulam a estar presentes.

No ano de 2017, os cursos de formação continuada que a SED-MS ofertou aos professores de Educação Física de sua rede constam no quadro 10.

¹² Percentual de inscritos versus o número de professores presentes em cada curso.

Quadro 10 - Cursos oferecidos pela SED-MS aos professores de Educação Física da REE-MS em 2017.

Municípios	Região	Curso	Data	Ministrante	Inscritos	Presentes	%
Vicentina	Grande Dourados	Treinamento esportivo no espaço escolar	24 -26/03	Paulo R. M. Nuñez	148	79	53%
Nova andradina	Leste	Lazer e Recreação	07-09/04	Rodrigo B. Miranda	85	57	67%
Bataguassu	Leste	Treinamento esportivo no espaço escolar	07-09/04	Paulo R. M. Nuñez	48	26	54%
Naviraí	Cone Sul	Treinamento esportivo no espaço escolar	05-07/05	Paulo R. M. Nuñez	94	94	100%
Dourados	Grande Dourados	Treinamento esportivo no espaço escolar	19-21/05	Paulo R. M. Nuñez	261	155	59%
Porto Murtinho	Pantanal	Treinamento esportivo no espaço escolar	26- 28/05	Paulo R. martins nuñez	51	42	82%
Corguinho	Central	Lazer e recreação	26-27/05	Rodrigo B. de miranda	113	93	82%
Sonora	Norte	Educação física adaptada no ambiente escolar	01/06	Rubens silva arguelho	54	53	98%
Coxim	Norte	Treinamento esportivo no espaço escolar	09-1/06	Paulo ricardo martins nuñez	65	45	69%
Três lagoas	Bolsão	Treinamento esportivo no espaço escolar	21-23/07	Paulo R. M Nuñez	70	46	66%
Amambai	Sul fronteira	Atualização das regras de voleibol	21-23/07	Marcos borges ortega	45	27	60%
Campo grande	Central	Basquete 3x3	12/08	Francisco Oliveira / Fernanda Sá	119	38	32%
Jardim	Sudeste	Lazer e recreação	20-22/10	Rodrigo Barbosa de Miranda	179	123	69%

Fonte: Dados fornecidos pela SED-MS, 2018.

Levando em consideração que todos os cursos foram realizados aos finais de semana, dia de descanso do professor, é compreensível o grande número de abstenções em participação. Campo Grande foi a cidade com o menor número de aproveitamento, mas é a maior cidade do estado em número de professores na área. De modo geral, podemos observar que o quantitativo de faltas foi grande em quase todos os municípios, nos quais foram realizados os cursos, exceto em Sonora, que a participação foi de 100%, todos os cursos foram oferecidos na sexta e no sábado, ou somente no sábado.

É intrigante analisar que por três anos consecutivos aconteceram as mesmas situações e nada foi feito para modificá-las, poucos palestrante (e quase sempre os mesmos, ano após ano), as formações só acontecem aos finais de semana, não há opções de Formação, só é disponibilizada uma e, no caso específico de Campo Grande, o tema das formações de 2016 e 2017 foi referente ao basquete, e as demais modalidades não fazem parte do currículo escolar? Por que não são abordados outros temas relacionados ao currículo escolar?

Em 2018 a SED-MS aplicou os seguintes cursos.

Quadro 11 - Cursos oferecidos pela SED-MS aos professores de Educação Física da REE-MS em 2018.

Município	Curso	Data	Ministrante	Inscritos	Participantes	%
Paranaíba	Handebol escolar: princípios do treinamento/A importância da recreação no ambiente escolar: dilemas e possibilidades	01-02/02	Paulo Ricardo Martins Nuñez	50	34	68
Chapadão do Sul	Treinamento de excelência em natação	02-04/03	Luiz Antonio Stopa	79	71	90
Ponta Porã	Características do treinamento esportivo: suas possibilidades reais	02-04/03	Paulo Ricardo Martins Nuñez	171	135	79
Corguinho	Características do treinamento esportivo: suas possibilidades reais	09-11/03	Paulo Ricardo Martins Nuñez	70	60	86
Vicentina	Voleibol adaptado	16-18/03	Karina Luiz Pereira Quaini	112	88	79
Cassilandia	Treinamento esportivo no espaço escolar: possibilidades reais	23-25/03	Paulo Ricardo Martins Nuñez	74	50	68
Naviraí	Atualização das regras de voleibol	06-08/04	André Luiz Chita	86	73	85
Rio Verde de MT	Voleibol Adaptado	06-08/04	Karina Luiz Pereira Quaini	41	30	73
Bandeirantes	Badminton: da teoria a prática	13-15/04	Fernando Quadros	26	11	42
Maracaju	O processo do treinamento do esporte escolar	20-22/04	Paulo Ricardo Martins Nuñez	33	28	85
Campo Grande	Clínica de Esportes para Terceira Idade	20-22/04	Karina Luiz Pereira Quaini	48	34	71
Dourados	Elaboração de Projetos para captação de recursos do FIE/Fundesporte	18-20/05	Fabrcio Diniz Rodrigues/Wani a Ferreira da Silva	39	12	31
Dourados	Handebol escolar: o processo de iniciação ao treinamento	18-20/05	Paulo Ricardo Martins Nuñez	48	55	115
Corumbá	Primeiros Passos no Paradesporto	28-30/06	Belquice Florentin Falcão/Marco Antunes	135	77	57
Nova Andradina	Esporte Escolar: como organizar o treinamento	17-19/08	Paulo Ricardo Martins Nuñez	116	76	66

Fonte: Dados fornecidos pela SED-MS, 2018.

Analisando os cursos ofertados em cidade de Campo Grande, campo empírico da pesquisa, surge um novo questionamento: por que oferecer uma Formação sobre “Clínica de esporte para a Terceira idade” se as escolas estaduais dificilmente recebem algum aluno que está na Terceira idade? Portanto, essa Formação não é específica para os professores de Educação Física escolar, esse tema nem sequer consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) da Educação Física. São diversos os temas que necessitam ser discutidos para serem melhores trabalhados e o professor espera por essa contribuição por parte da SED, mas não recebe e a própria escola dificilmente organiza formações por área, principalmente para Educação Física, porque o número de professores dessa área do conhecimento nas escolas estaduais é pequeno.

Na situação descrita acima, surge um questionamento. O gestor 1 relatou que no início do ano é feito um diagnóstico de interesse sobre cursos no estado, no qual cada município dirige-se a suas escolas e analisa quais suas necessidades e as repassa para o estado, este dentro da possível busca atende-las. Sendo assim, o questionamento é: será que foi sugerido pelo município uma Clínica de esportes para terceira idade para ser trabalhado dentro das escolas? Na verdade o que acontece é que o município de Campo Grande aproveita todos os cursos que são realizados na cidade voltados para a área, seja em licenciatura ou bacharelado, e os oferece como formação continuada para os professores de Educação Física da rede pública estadual, por isso muitas vezes estes não dizem respeito ao dia dia escolar.

O gestor 3 disse que os cursos oferecidos pela CFOR são baseados na opiniões dos docentes, a SED-MS envia as escolas três sugestões de curso e os professores votam, o curso vencedor será o oferecido pela SED. Já quando se trata especificamente dos professores de Educação Física, o gestor 1 disse que quem realiza o diagnóstico da necessidade dos cursos é o município, portanto nesse caso os professores não são consultados e isso explica a baixa adesão dos mesmos pelos cursos que são disponibilizados.

Se compararmos o percentual de aproveitamento das formações, perceberemos que Campo Grande geralmente tem um dos menores percentuais de participação, sendo a maior cidade do estado e contando com o maior número de professores de Educação Física, esse fato se repetiu ao longo de todos os anos pesquisados.

No ano de 2014 não houve cursos ou formações específicas para os professores de Educação Física, apenas o 4º Encontro dos professores de Educação Física da REE, enquanto em 2015 aconteceu o 5º Encontro e mais uma formação, também chamada de Encontro dos Professores de Educação Física, número pequeno de eventos para um grande período de tempo (2 anos), isso para todo o estado de MS.

Nos anos de 2016 a 2018 foram realizados diversos cursos de curta duração específicos para os professores de Educação Física no estado de MS, no município de Campo Grande-MS apenas um curso por ano. Se observarmos o percentual de aproveitamento dos cursos que foram, respectivamente, de 66%, 32% e 71%, são números que chamam atenção por ser para toda a REE-MS, um único curso e uma pequena quantidade de participantes. Talvez se deve aos dias em que acontecem os cursos, todos aos finais de semana, dia de descanso do professor, ou porque o tema abordado não é de interesse dos mesmos, será que é por ser em ambiente externo à escola? Será que os professores possuem conhecimento de tais cursos? Compreendem a importância de realizá-los para ampliar conhecimentos? De qualquer forma, também é um ponto a ser refletido, investigado e buscar soluções por meio de novas intervenções para mudar tal situação.

A meta 16 do PEE-MS prevê formar em nível de pós-graduação 60% dos professores da educação básica, passados 4 anos do início do plano, a rede estadual formou, no final do ano de 2018, a primeira turma de pós-graduação, portanto se quiser atingir a meta vai precisar aumentar bastante e de maneira rápida o quantitativo de locais, cursos e principalmente condições favoráveis aos professores para que estes consigam realizar seus cursos.

O segundo ponto de que trata a meta 16 é oferecer Formação Continuada aos professores de sua rede, cada um em sua área de atuação, no caso da Educação Física isso vem acontecendo, mas de maneira aligeirada e deficitária. Com o oferecimento de apenas um curso por ano, que sempre acontece aos finais de semana, geralmente conta com os mesmos palestrantes (na grande maioria são funcionários da própria SED), os temas não variam e em um caso foi oferecido um tema que não faz parte da Educação Física escolar, diferente do que está previsto no PCN.

3.2 Meta 16 do Plano Estadual de Educação: formação continuada em Mato Grosso do Sul

Nesse tópico apresentaremos o que é e como foi o processo de criação e elaboração do PEE/MS, quais foram as entidades que estiveram envolvidas nesse processo e quais suas buscas de melhorias. Mostraremos a concepção de valorização dos profissionais da educação, de acordo com a meta 16.

Ao ser lançado em 25 de junho de 2014, por meio da Lei n. 13.005, o Plano Nacional de Educação (2014-2024) fica estabelecido que todos os estados e municípios da federação devem criar seus planos conforme suas necessidades e com base no PNE. A partir daí tem

início a construção coletiva do PEE/MS, com uma análise aprofundada “de cada nível e de cada etapa de ensino de forma a atender as expectativas da sociedade e dos cidadãos, aos quais o direito à educação de qualidade social deve ser garantida” (MATO GROSSO DO SUL, 2014, p.8).

O MEC foi o coordenador em âmbito nacional e a SED em âmbito estadual desse processo. Construir o PNE e, conseqüentemente, o PEE era uma forma de atender uma histórica reivindicação da comunidade educacional, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da LDB, por meio de políticas públicas que favoreçam a “inclusão e o acesso, com qualidade, a todas as crianças e jovens à educação básica” (MATO GROSSO DO SUL, 2014a, p. 2).

Após a Emenda Constitucional n. 59/2009, o art. 214 prevê:

A lei estabelecerá um plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

[...]

VI – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação proporcão do produto interno bruto (BRASIL, 2009).

Na LDB (1996) estão expostos as funções de cada ente federado em relação a essa política pública de educação:

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

[...]

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

[...]

III – elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais da educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus municípios;

[...]

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais de seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados.

O Plano de Trabalho de Elaboração do PEE-MS tinha como objetivo elaborar o texto base do PEE, verificar impactos e detectar problemas, propor conteúdos alinhados às metas e estratégias do PNE, de acordo com a situação educacional do Estado, realizar Seminários Regionais e Seminário Estadual para discussão e aprovação das propostas do Texto-Base do PEE, orientar as Comissões Municipais com relação à mobilização para os Seminários

Regionais, criar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PEE, elaborar o Projeto de Lei e encaminhá-lo à Assembleia Legislativa do Estado para aprovação e divulgar o PEE (MATO GROSSO DO SUL, 2014a).

Foi feito um cronograma de trabalho para 2014, no qual constava desde os estudos dos documentos de orientação do MEC para a elaboração do PEE, perpassando reuniões da Comissão Estadual para avaliação dos dados levantados sobre a educação, oficinas (oficina 1 – Garantia do direito à educação básica com qualidade – Metas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10 e 11; Oficina 2 – Superação das Desigualdades à Valorização das Diferenças – Metas 4 e 8; Oficina 3 – Valorização dos Profissionais da Educação – Metas 15, 16, 17 e 18; Oficina 4 – Educação Superior – Metas 12, 13 e 14; Oficina 5 – Gestão Democrática – Meta 19 e Oficina 6 – Financiamento – Meta 20), de debate e construção do texto-base e 10 seminários em polos regionais (MATO GROSSO DO SUL, 2014a).

Nos dez seminários regionais havia a previsão de cem participantes em cada, ocorreram nos seguintes municípios:

- 1 - Aquidauana – Anastácio, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Ladário e Miranda;
- 2- Paranaíba - Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Inocência, Selvíria, Três Lagoas;
- 3- Campo Grande - Água Clara, Corguinho, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Sidrolândia, Terenos;
- 4- Fátima do Sul - Caarapó, Deodápolis, Dourados, Douradina, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Maracaju, Rio Brillhante e Vicentina;
- 5- Nova Andradina - Anaurilândia, Angélica, Bataguassu, Batayporã, Ivinhema, Novo Horizonte do Sul, Santa Rita do Pardo e Taquarussu;
- 6- São Gabriel do Oeste - Bandeirantes, Camapuã, Coxim, Pedro Gomes, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso e Sonora;
- 7- Costa Rica - Alcinópolis, Chapadão do Sul, Figueirão, Paraíso das Águas;
- 8- Jardim - Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Nioaque e Porto Murtinho;
- 9- Ponta Porã - Amambai, Antonio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Caarapã e Paranhos;
- 10- Naviraí - Eldorado, Mundo Novo, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Sete Quedas, e Tacuru (MATO GROSSO DO SUL, 2014a).

Após os seminários municipais foi realizado o “Seminário Estadual de Educação: construindo coletivamente o Plano Estadual de Educação (2014-2024)”, em Campo Grande, nos dias 15 e 16 de setembro de 2014 e contou com a participação de 400 delegados e convidados observadores representantes da sociedade civil organizada (MATO GROSSO DO SUL, 2014).

As entidades civis organizadas que participaram da Comissão Estadual de elaboração do PEE/MS foram: a SED, o Conselho Estadual de Educação, o Fórum Estadual de Educação

de MS, a FETEMS, O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de MS, a UEMS, a Universidade Anhanguera (UNIDERP), a UFGD, o IFMS, a Assembleia Legislativa de MS, a União dos Dirigentes Municipais de Educação, a UFMS, o Centro Universitário Anhanguera (UNAES) e a UCDB (MATO GROSSO DO SUL, 2014).

Em todo esse processo de construção, a CONAE 2010 foi quem embasou a elaboração do PNE e a CONAE 2014 teve a participação da FEEMS, dos fóruns municipais de educação e comissões organizadoras com a realização de 79 conferências, uma em cada município e outras 17 Conferências Intermunicipais de Educação, obtendo a participação de educadores, gestores e representantes das instituições da sociedade civil organizada, dos representantes dos movimentos sociais, envolvendo 13.000 pessoas (MATO GROSSO DO SUL, 2014).

Em 22 de dezembro de 2014, por meio da Lei n. 4.621, foi aprovado o PEE-MS, compete aos seguinte órgãos realizar monitoramento e avaliações contínuas: SED-MS, Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (CEE-MS), Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (FEEMS) que conta com 20 metas e 366 estratégias.

Como já foi mencionado, as Metas 15, 16, 17 e 18 compõem a Valorização dos Profissionais do Magistério, estão subdivididas da seguinte maneira: formação de profissionais da educação (Metas 15 e 16), condições de trabalho e valorização profissional (Meta 17) e carreira, salário e remuneração (Meta 18). Aqui nos deteremos à meta 16 que é: “formar, em nível de Pós-Graduação, 60% dos(as) professores(as) da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PEE, e garantir a todos(as) os(as) Profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino”.

De acordo com a análise situacional estabelecida no PEE-MS (2014, p. 91), a eficiência profissional envolve “formação continuada periódica, planejada, subsidiada e articulada ao trabalho e à jornada de trabalho; estabilidade, continuidade e autonomia para a atuação profissional”, isso evidencia a necessidade da qualidade e continuidade nos estudos dos professores, mas que possa ocorrer de maneira que realmente venha a contribuir com sua prática pedagógica e que não seja apenas uma formação qualquer, para dizer que está se cumprindo o previsto no plano.

A Meta 16 aborda dois indicadores: o primeiro é formar em nível de Pós-Graduação 60% dos professores da Educação Básica, mas não especifica se a Pós-Graduação será *Lato Sensu* ou *Stricto Sensu* e, até o presente momento, ano de 2018 a SED não realizou nenhuma

parceria para a formação em Pós-Graduação *Stricto Sensu*, apenas a *Lato Sensu*, que teve sua primeira turma em 2017. A estratégia 16.1 diz que isso deveria acontecer desde o primeiro ano de vigência do PEE. O segundo indicador é garantir formação continuada a todos os profissionais da educação básica em sua área de atuação.

A estratégia 16.6 diz que deve ser promovida a formação continuada de docentes em todas as áreas de ensino, idiomas, Libras, Braille, artes, música e cultura, no prazo de dois anos da implantação do PEE-MS. Essa formação vem ocorrendo de maneira tímida na cidade de Campo Grande, ocorreu nos anos de 2015 a 2017 poucas vezes por região, conforme apresentado nas tabelas 3, 4, 5 e 6 e com a participação de um número pequeno de professores, lembrando que o PEE já possui quase quatro anos em vigor e essa estratégia era para ser cumprida a partir dos dois primeiros anos.

Se nos detivermos somente aos cursos específicos para Educação Física a situação é ainda pior, em 2017 tivemos apenas um curso, de acordo com a tabela 7, no qual apenas 38 professores participaram, número que corresponde apenas ao número de professores convocados no Ensino Médio, ou seja, não atendeu nem mesmo a todos os docentes de uma etapa da Educação Básica da REE-MS.

Já a estratégia 16.4 estabeleceu “fomentar, em articulação com as IES, a ampliação da oferta de cursos de pós-graduação nas diferentes áreas do magistério, voltados para a prática educacional, a partir da vigência do PEE-MS”, o primeiro edital de Pós-Graduação *Lato Sensu* oferecida pela UEMS, em parceria com a SED e a FUNDECT, após o PEE entrar em vigor, foi lançado em novembro de 2016, para o início das aulas em 2017, com seis opções de cursos e dois desses cursos tiveram novas turmas em 2018.

A estratégia 16.9 prevê a garantia aos(às) profissionais da educação licenciamento remunerado e/ou bolsa para cursos de Pós-Graduação, a partir do primeiro ano de vigência do PEE-MS, mas não especificou de que maneira ou de que natureza serão essas bolsas, em relação às especializações que a SED, em parceria com a UEMS e a FUNDECT, vem oferecendo desde 2017, não estão oferecendo nenhum tipo de bolsa, auxílio ou licenciamento, pelo contrário, os professores ao se matricularem nos cursos precisam assinar um termo de compromisso afirmando que não deixarão de cumprir com suas obrigações em sua unidade escolar, a dispensa que recebem é única e exclusivamente para o horário das aulas.

Segundo os dados expostos, podemos afirmar que a Meta 16 do PEE-MS vem sendo cumprida em pequenas partes e extrapolando os primeiros prazos que eram os dois primeiros anos de vigência, deixando de oferecer formações continuadas em todas as áreas do conhecimento e quando oferecerem o fazem em pequena quantidade.

3.3 Relatório de monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação: sistematização das metas e estratégias

O primeiro relatório de monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul foi lançado em março de 2017, dois anos e três meses após a data de publicação do PEE-MS. Participaram da organização representantes das Universidades do estado de MS, tais como: UEMS, UFMS, UCDB, representantes das entidades civis organizadas, Conselho Estadual de Educação de MS, Fórum Estadual de Educação de MS e representante da Secretaria de Estado de Educação do MS e da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa. Após a publicação do Decreto Estadual n. 14.281, de 21 de outubro de 2015, foi acrescido aos representantes do Plano as entidades: Tribunal de Contas do Estado (TCE), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME MS), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME MS), Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS) e Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Mato Grosso do Sul (SINEPE/MS)

A Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação de Educação de MS (CMAPEE) foi instituída pelo Decreto Estadual n. 14.199, de 28 de maio de 2015, com o objetivo de acompanhar a política pública de estado PEE-MS (2014-2024), em cumprimento ao artigo 3º da referida Lei n. 4.621/2014 e criar mecanismos de monitoramento contínuo e avaliações periódicas das metas e estratégias (MATO GROSSO DO SUL, 2017).

De acordo com o Relatório de Monitoramento e Avaliação do PEE-MS, são funções da CMAPEE:

I – monitorar e avaliar anualmente os resultados de educação em âmbito estadual, com base em fontes de pesquisa oficiais, tais como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), o Censo Escolar, entre outros;

II – analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e cumprimento das metas;

III - divulgar anualmente os resultados do monitoramento e das avaliações (MATO GROSSO DO SUL, 2017).

O Fórum Estadual de Educação de MS, integrado por seis Grupos de Trabalho Permanentes (GTPs), criou na Plenária de junho de 2015, por meio do seu Regimento Interno, o Observatório do PEE-MS para atender o que dispõe a Estratégia 7.49 da Meta 7 do PEE-

MS: “criar, no âmbito dos fóruns de educação, o observatório do PEE-MS, para monitorar o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas nestes PEE, mantendo-o atualizado e promovendo a divulgação dos resultados à sociedade” (MATO GROSSO DO SUL, 2014, p. 59).

Dentro do observatório foram criados diversos grupos e subgrupos que englobaram as metas conforme seus objetivos. O grupo Educação Superior engloba o subgrupo chamado Valorização do Magistério, que inclui as metas 15, 16, 17 e 18.

A meta 16 foi dividida em dois indicadores. Indicador A: Percentual de Profissionais da educação básica com formação continuada conforme demandas de atuação. Indicador B: Percentual de professores da educação básica, com formação em nível de pós-graduação. Cada um desses indicadores possui duas variáveis. Cabe a esse trabalho estudar apenas o indicador B, que está voltado diretamente aos professores. As variáveis do Indicador B são: Variável A: Número de carreiras de profissionais da educação básica e Variável B: número de professores da educação básica, com formação em nível de pós-graduação.

Cabe destacar que as estratégias que condizem com essa pesquisa são: 16.1, 16.4, 16.6 e 16.9. Abaixo consta um quadro contendo a meta/estratégia, o indicador correspondente, ou seja, a maneira como foi pensada a execução da estratégia e a variável correlacionada para analisar o resultado.

Quadro 12 - Relação meta/estratégia, indicador correspondente e variável para análise do PEE-MS

Meta/Estratégia	Indicadores	Variável
Est. 16.1 - a planejar e oferecer, em parceria com as IES públicas e privadas, cursos presenciais e/ou a distância, em calendários diferenciados, que facilitem e garantam, aos(as) docentes em exercício, a formação continuada nas diversas áreas de ensino, a partir do primeiro ano de vigência do PEE-MS;	Oferta em parceria com as IPES de cursos com calendários diferenciados que facilitem a formação continuada de docentes em exercício.	A= número de cursos ofertados em parceria com as IPES de cursos com calendários diferenciados que facilitem a formação continuada de docentes em exercício.
Est. 16.4 - fomentar, em articulação com as IES, a ampliação da oferta de cursos de pós-graduação nas diferentes áreas do magistério, voltados para a prática educacional, a partir da vigência do PEE-MS;	Ampliação da oferta de cursos de pós-graduação nas diferentes áreas do magistério pelas IES.	A= número de cursos de pós-graduação nas diferentes áreas do magistério pelas IES em 2014. B= números de cursos de pós-graduação nas diferentes áreas do magistério pelas IES no ano de referência
Est. 16.6 - promover a formação continuada de docentes em todas as áreas de ensino, idiomas, Libras, Braille, artes, música e cultura, no prazo de dois anos da implantação	Percentual de oferta de formação continuada para professores de todas as áreas de ensino, em idiomas, artes, música e cultura.	A= número de redes de ensino com formação continuada para professores de todas as áreas de ensino, em idiomas, artes, música e cultura.

Meta/Estratégia	Indicadores	Variável
do PEE-MS;		B= número total de redes de ensino.
Est. 16.9 - garantir aos(às) profissionais da educação licenciamento remunerado e/ou bolsa para cursos de pós-graduação, a partir do primeiro ano de vigência do PEE-MS;	Percentual de redes de ensino com mecanismos de licença remunerada para profissionais da educação cursarem pós-graduação.	A= Número total de redes de ensino
		B= número de redes de ensino com mecanismos de licença remunerada para profissionais da educação cursarem pós-graduação
	Percentual de redes de ensino com mecanismos de concessão de bolsas de estudos/pesquisa para profissionais da educação cursarem pós-graduação.	A= Número total de redes de ensino
		B= número de redes de ensino com mecanismos de concessão de bolsas de estudos/pesquisa para profissionais da educação cursarem pós-graduação.

Fonte: Extraído do Relatório de Monitoramento e Avaliação do PEE-MS, 2017. Disponível em: www.cee.ms.gov.br

Conforme apresentado no quadro 12, o indicador relativo à estratégia 16.1 aborda que as instituições públicas devem lançar calendário diferenciado para que os docentes consigam realizar cursos de formação continuada, isso tem ocorrido em MS, como foi mostrado nos quadros do capítulo 2, a SED-MS tem ofertado cursos em diferentes cidades do estado aos finais de semana para que seja cumprida essa estratégia.

4 CAPÍTULO IV–A MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS/PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL: A VISÃO DOS GESTORES

Esse capítulo tem como objetivo apresentar e analisar as entrevistas concedidas pelos quatro gestores da SED-MS e dessa maneira relacionar com os programas de formação continuada ofertados aos professores da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, principalmente com os professores de Educação Física do Ensino Médio e com o que está previsto na meta 16 do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (2014-2024).

4.1 Os sujeitos entrevistados: quem são e como abordam a temática dessa pesquisa

Elaboramos o roteiro das entrevistas de acordo com a função que cada gestor tem na SED-MS. A pesquisa passou pelo Comitê de Ética, somente após aval positivo do comitê nos dirigimos aos sujeitos da pesquisa. As entrevistas ocorreram em local, dia e horário marcado por cada participante após lerem e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Foram entrevistados, no período de 26 de novembro a 20 de dezembro de 2018: a Coordenadora de Formação Continuada (CFOR), o Superintendente de Políticas para a Educação (SUPED), o Coordenador de Políticas para o Ensino Médio e Educação Profissional (COPEP) e o Gestor do Núcleo de Esportes (NESP).

A categorização em Gestor 1, Gestor 2, Gestor 3 e Gestor 4 se deu de acordo com a ordem que as entrevistas foram concedidas, configurando na seguinte ordem: Gestor 1 – Gestor do Núcleo de Esportes (NESP), Gestor 2 – Coordenador de Políticas para o Ensino Médio e Educação Profissional (COPEP), Gestor 3 – Coordenadora de Formação Continuada (CFOR) e Gestor 4 – Superintendente de Políticas Educacionais (SUPED).

Os quatro gestores entrevistados são responsáveis pelos setores que estão diretamente ligados ao objeto de pesquisa dessa dissertação, políticas de formação continuada de professores de Educação Física do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

As perguntas feitas aos entrevistados não foram as mesmas, pois cada um ocupa um cargo com responsabilidades diferentes do outro, de acordo com o setor ao qual é responsável. Em alguns casos foram feitas as mesmas perguntas e os gestores respondiam “esse assunto não cabe a mim, deve ser abordado com o gestor do setor responsável”. Conforme a resposta

do entrevistado algumas perguntas se desdobraram ou surgiram novas perguntas que a princípio não estavam relacionadas. De acordo com Triviños, “os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador” (1987, p. 146), isso caracteriza a entrevista semiestruturada.

Para análise das informações, elegemos como eixo de análise: a visão dos gestores sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido por seus setores, documentos analisados e o que está previsto na meta 16 do PEE-MS (2014-2024).

Os quatro entrevistados são gestores da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul e exercem cargos que estão ligados à formação continuada.

O Gestor 1 está nessa função há três anos. Em 2014, o núcleo de esportes não possuía esse nome e era organizado de outra maneira. O núcleo de esportes tem como função a aglutinação entre o esporte escolar e o esporte educacional e seu objetivo é tornar a escola a base da iniciação esportiva, a implementação da atividade esportiva em formação de equipes.

O Gestor 2 ocupa o cargo há dois anos, antes disso era responsável por um setor, hoje extinto, que tratava apenas de assuntos relacionados ao ensino técnico. Eram setores separados, o Ensino Médio e o Ensino MédioTécnico.

O Gestor 3 ocupa o cargo há dois anos, desde a criação desse setor em 2017, antes disso trabalhava em outro setor da própria SED e as formações eram organizadas por um setor chamado Núcleo de Coordenação Pedagógica - NUCOP. Atualmente são duas frentes de formação: as formações operacionalizadas pela Secretaria de Educação, diretamente a Secretaria ou pelas Coordenadorias Regionais CREs, que também são Secretaria de Educação e as formações realizadas na escola. As formações realizadas na escola são de responsabilidade do Coordenador Pedagógico, são sábados letivos. Para a CFOR a escola é o *locus* de formação, no qual todos os atores envolvidos no processo pedagógico podem e devem participar das formações: professores de todos os componentes curriculares, gestores e coordenadores. Com a intenção de integrar todo esse grupo no processo de formação continuada e, dessa maneira, reverter a formação em processo de aprendizagem do estudante.

O Gestor 4 está na função há dois anos, antes disso era Coordenador da Educação Básica, que era uma Coordenadoria que foi extinta, dividida em duas Coordenadorias, uma de Ensino Fundamental e outra de Ensino Médio.

Ao serem questionados sobre o conceito de formação continuada, de acordo com a função que exercem e o setor que estão vinculados, obtivemos as seguintes respostas, exceto o Gestor 1, ao qual não foi feita essa pergunta.

[...] pensar a formação para os professores de ensino dessa etapa, ela com certeza deve estar associada a todo contexto social que nós estamos vivendo no momento, porque antigamente muito se concentrava formação na prática docente, na formação docente em termo de metodologia, em termos de avaliação da aprendizagem, em termos de Projeto Político Pedagógico da escola, a participação do professor, a inserção do professor e muito se girava as formações em cima disso. E sendo que na verdade, os desafios hoje de sala de aula além de estar associado as questões da didática, as questões do ser professor, ela excede a essa configuração, excede a esse desenho. [...] a Secretaria ela precisa se posicionar para oferecer a formação continuada preparando esses profissionais ou para lidar com uma situação futura que está por vir ou para situação presente que já esteja dentro das escolas nesse momento (GESTOR 2, 2018).

O gestor 2 afirma a necessidade de serem realizadas formações continuadas aos professores, via SED, a fim de ampliar a preparação dos docentes para seu cotidiano escolar, ou seja, precisam sentir-se preparados para lidar com as situações que já existem e com outras que estão por vir. Segundo ele formação continuada não é só preparar para a metodologia de sala de aula, mas estar apto a trabalhar com situações adversas que possam ter.

A SED trabalha com a perspectiva de Formação Continuada considerando alguns aspectos: todo processo de formação nossa está baseado em metodologias ativas, alguns chamam de metodologias integradoras, mas é a questão da metodologia onde o professor ele se torna autor e protagonista do processo de formação; As formações tem um período por ser continuada elas tem um período mais estendido que varia de no mínimo 40 horas até formação que leva em torno de 120 horas, a formação nós trabalhamos na perspectiva de trabalhar tanto as questões dos conteúdos pedagógicos mas a parte pedagógica dos conteúdos específicos, então nós tentamos trazer para o professor como que ele aborda um conteúdo pedagógico fazendo a transposição didática para seu componente curricular [...] (GESTOR 3, 2018).

De acordo com Macedo et al (2018, p. 2), “metodologia ativa tem uma concepção de educação crítico-reflexiva com base em estímulo no processo ensino-aprendizagem, resultando em envolvimento por parte do educando na busca pelo conhecimento”. O gestor 3 vê nas metodologias ativas a possibilidade de dar ao professor maior autonomia em seu processo de aprendizagem e torná-la mais significativa. Mas discorda do gestor 2 porque é preciso focar nas questões pedagógicas e metodológicas dos conteúdos.

Os gestores que responderam a essa indagação pensam que a formação deve ocorrer por meio de metodologias ativas, na qual o professor é o responsável por sua própria aprendizagem, e que a Secretaria elabora e executa políticas educacionais conforme sua necessidade nos mais variados setores, além de executar as políticas que são propostas pelo governo federal.

A pergunta em comum aos gestores foi sobre o que está previsto na estratégia 16.6 do PEE-

MS, formação continuada em todas as áreas de ensino e nesse caso em específico a pergunta foi se há formação continuada aos professores do ensino médio e da disciplina de Educação Física, as respostas foram

Não. Na verdade, todos eles trabalham dentro de faixas etárias independentes da seriação. Eles começam com a iniciação, fazem primeiro testagem para verificar, como que está o aluno em termo de aptidão física esportiva, fazem essa seleção, formam as equipes e começa com a iniciação, treinamento até chegar à competição em si (GESTOR 1, 2018).

O gestor 1 respondeu não, portanto, as formações pensadas pelo núcleo de esportes da SED-MS são para todos os professores de Educação Física, independente das séries ou etapa escolar com a qual trabalham.

Existe [...] nós fazemos formação direcionada [...] se a gente pensa realmente no Ensino Médio como sendo essa etapa que vai direcionar a formação desse jovem como uma educação integral, mostrando o papel dele na sociedade, ajudando ele a desenvolver seu projeto de vida e dar um encaminhamento para o pós médio, para uma vida dele seja pessoal ou em outras dimensões, a gente entende que esse professor tem que ter um preparo específico, tanto na etapa do fundamental tem as formações específicas como na etapa do médio (GESTOR 2, 2018).

[...] elas vão pensar formação continuada para a área como um todo, mas também para a disciplina específica então nós damos encaminhamento a atividades de formação, a estudos pensando primeiramente na disciplina, pensando num segundo momento na área e depois pensando na etapa como um todo, no ensino como um todo então nós fazemos alguns direcionamentos embora hoje o que nós vamos receber com mais direcionamentos são as formações que alcancem os professores na totalidade e não por disciplinas [...] (GESTOR 2, 2018).

Do Gestor 2, são duas falas, a primeira refere-se ao ensino médio e a segunda a Educação Física. Em relação ao ensino médio disse que tem sido feito formações que buscam a formação integral e há formações específicas para o ensino fundamental e ensino médio. Para a Educação Física sua resposta foi que há alguns direcionamentos específicos, mas que no momento pensam nas diferentes áreas como um todo.

[...] toda nossa formação é pensada para que possa ser adaptada para qualquer escola. [...] quando a gente atende na escola, por exemplo, vou lá na escola que é de Tempo Integral do Médio são todos professores do Médio, quando tem escola que tem Médio e Fundamental para participar, a gente reorganiza algumas estratégias para que o professor pedagogo consiga também participar dos momentos de metodologia, mas a parte pedagógica cabe para qualquer profissional da educação, todos tem que saber como se constrói conhecimento, todos precisam entender o processo da neurociência,

como acontece a aprendizagem do estudante, isso pra gente, nas formações realizadas na CFOR, lógico que tem outras formações dos outros setores, como eu falei que daí sim, eles trabalham algumas especificidades principalmente quando fala de alguns conteúdos mais específicos. (GESTOR 3, 2018).

O Gestor 3 fala em formação “adaptada”, ou seja, não está de acordo com o previsto na estratégia 16.6 do PEE-MS (2014), “formação em todas as áreas de ensino”. Quatro anos após o PEE-MS entrar em vigor, a SED-MS vem realizando formações aplicadas as diferentes áreas do conhecimento. Há formações específicas quando a SED-MS percebe que há maior defasagem de aprendizagem em tal disciplina, como por exemplo em 2018 foi feita uma formação somente aos docentes de matemática .

O estado ele tem que pensar política de acordo com a especificidade da sua rede. A rede estadual de MS ela trabalha com Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. Então as nossas políticas, elas são obviamente focada na Educação Básica, mas ela não pode ser gerada, porque a Educação Básica ela é uma progressão na aprendizagem então o programa que você desenvolve por exemplo pros anos iniciais ele naturalmente pode não dar certo lá no Ensino Médio então você tem que considerar as diferentes fases da Educação Básica para desenvolver essas políticas (GESTOR 4, 2018).

O gestor 4, menciona as obrigações que cada ente federado tem de acordo com o regime de colaboração. Conforme Abicalil (2014, p. 251)

[...] a orientação constitucional, incumbências de cada esfera administrativa. Em todas elas o princípio da colaboração se repete, subordinado ao cumprimento do direito público subjetivo ao qual correspondem deveres de Estado e ações de governo, a superação de desigualdades, a formação básica comum e a consolidação de um padrão de qualidade.

Portanto, há formação específica para os professores de Educação Física, ocorre uma vez ao ano, sem opções de variedade, ou seja, são poucas as opções de temas oferecidos e como já foi questionado anteriormente. Não é possível afirmar se os docentes se manifestam sobre quais temas almejam estudar e debater ou se ficam calados ao serem indagados pela SED-MS via CFOR.

Um terceiro ponto a ser analisado refere-se à escolha dos cursos que são oferecidos aos professores da REE-MS, como se dá a escolha do tema, o tipo de curso (presencial ou a distância)?

É feito primeiro um diagnóstico de interesse no estado. Nisso participam escolas e participam prefeituras. Então normalmente no começo do ano eles

fazem uma opção daquilo que o município precisa mais, precisa em termo de prioridades, o que é mais necessário, a gente, em cima dessas prioridades deles nós estabelecemos os pontos possíveis da gente executar. A gente parte sempre do diagnóstico para depois definir quais são os cursos, quem são os professores, quais as áreas de abrangência (Gestor 1, 2018).

Partindo do diagnóstico de interesse realizado no Estado antes de pensar nas formações, fica a indagação do porque há pequena participação dos professores se sugeriram as temáticas das formações. Será que o que a SED-MS vê como prioridade para determinado município é diferente do que os professores sentem falta? O que não faz sentido é a pequena adesão de professores de Educação Física as raras formações específicas que são oferecidas durante o ano

[...] forma de oferta do curso talvez até a situação econômica da Secretaria ou condições da equipe, mas na verdade essa relação ela não existe diretamente. Curso presencial e curso a distância a Secretaria adota as duas estratégias, talvez hoje mais com curso a distância do que presencial, mas a Secretaria ela vem oferecendo também os encontros presenciais com os professores. Com isso é dimensionado, bom, a formação a distância quando nós precisamos fazer um trabalho com a Rede toda, todos os profissionais da Rede usamos a estratégia da educação a distância, formação a distância para que a gente consiga colocar todos os professores em um contínuo processo em tempo concomitante de formação porque do contrário nós teríamos que fazer formações pontuais e não conseguiríamos deslocar todos os professores para um encontro presencialmente em uma única localidade naquele período haja vista o calendário escolar continuidade de formação. Agora quando a formação é direcionada a um local específico, um município geralmente o trabalho ele é feito de forma presencial e não por acreditar que o presencial seja melhor ou pior do que a distância é uma questão de organização para os direcionamentos, quando direcionamentos exigem uma presença física do formador com o professor cursista a gente adota a questão da formação presencial agora quando nós temos uma situação mais favorável a educação a distância nós desenvolvemos a distância (Gestor 2, 2018).

A SED-MS adota diferentes formas de abordar os temas das formações conforme o setor que irá pensá-la, por exemplo, quando a formação é oferecida pela CFOR é trabalhada de maneira mais ampla, abrangendo a forma de ensinar para todas as disciplinas. Já quando é pensada por um setor menor, como é a coordenação de ensino médio é direcionada a determinados pontos e aí são trabalhadas questões pontuais, da mesma maneira acontece com a forma de participação docente, é escolhido de acordo com o que fica mais viável naquela situação, às vezes ocorrem no período noturno durante a semana, às vezes aos finais de semana e às vezes durante o dia uma vez por semana.

4.2 Meta 16 do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (PEE-MS 2014-2024) e as ações: um olhar para a formação continuada em Educação Física

Já foi mencionado no capítulo II que a meta 16 do PEE-MS (2014-2024) possui dois indicadores e que o primeiro é “formar em nível de Pós-Graduação 60% dos professores da Educação Básica”. Até o momento, janeiro de 2019, foram concluídas as primeiras turmas de Pós-Graduação *Lato Sensu* ofertadas pela SED em parceria com a UEMS, sabemos que a estratégia 16.1 previu que as parcerias ocorressem desde o primeiro ano de vigência do PEE-MS, ou seja, como o PEE-MS é de dezembro de 2014 os convênios deveriam iniciar em 2015, mas o primeiro edital oferecendo a especialização foi publicado em 01 de novembro de 2016. O Gestor 3 contextualiza a situação:

Como foi em 2016, começou em 2017. [...] estamos terminando agora, última turma que termina o ano que vem (2019), porque foi um problema, nós não conseguimos preencher o quantitativo de vagas na 1ª oferta, saíram 2 editais com outros 2 cursos. Um dos cursos nós também não conseguimos, porque daí esse sim, tem que ter previsão de quantidade mínima de pessoas pra fazer o curso (GESTOR 3, 2018).

A fala do Gestor 3 mostra que somente em 2016, praticamente dois anos após o PEE-MS ter entrado em vigor, saiu o primeiro edital oferecendo pós-graduação *Lato Sensu* que oferecia seis opções de cursos: Educação Científica 50 vagas; Linguística: a ciência da língua 80 vagas; Educação Especial: deficiência intelectual 50 vagas; Educação Especial: deficiência auditiva/surdez 50 vagas; Multiletramento e processos autorais na educação básica 50 vagas e Currículo e diversidade: gênero, raça e etnia 50 vagas. Desses apenas dois completaram a turma na primeira chamada: Educação Especial: deficiência intelectual e Currículo e diversidade: gênero, raça e etnia, que iniciou em 2017, para os demais cursos foram feitas nova chamada por meio de outro edital, conforme o quadro 6 (p. 71) e todo esse processo atrasou o cronograma inicial da Pós-Graduação, que previa o término em 2018, dessa maneira ainda faltam duas turmas a concluírem a Pós-Graduação em 2019.

A divulgação dos cursos que são oferecidos pela SED-MS ocorre “via comunicação interna, então independente da temática é encaminhado pras escolas” (gestor 3). A SED-MS não oferece contrapartida aos professores para os incentivarem a participar dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, apenas executa “medidas paliativas” (gestor 3), não colocando aula no horário da sexta a tarde para que o mesmo possa ir as aulas na UEMS. Ao ser questionado ao Gestor 3, se julga suficiente a quantidade de vagas que foram oferecidas nas Pós-Graduações em relação ao número de docentes no município de Campo Grande-MS, sua resposta foi:

Não foram preenchidas nem nos municípios, nós tivemos que readequar porque em vários municípios não teve demanda, nós realocamos as vagas pra outros cursos e pra esse ano (2018), também porque duas turmas não fecharam. Porque fechou com o mínimo, mas nós não tivemos condições de abrir dois cursos, então esses cursos foram abertos agora em 2018 seguindo o mesmo padrão do Termos de Cooperação¹³ que estava antes, mas foi aberto em 2018 duas turmas, das duas turmas só uma nós conseguimos iniciar. Fica até esse recurso que depois vai ser reorganizado porque estava previsto 590 vagas e nós não conseguimos professores suficientes para a demanda (GESTOR 3, 2018).

A fala anterior exemplifica que não basta a SED-MS oferecer Pós-Graduação em Universidade pública para que haja interesse em participar. E quais são os fatores que os desmotivam? É possível inferir que seja pela quantidade de exigências que são impostas, uma vez que não podem deixar de cumprir suas cargas horárias e ainda assim precisam encontrar tempo, força e superar o cansaço para encarar um terceiro período de estudo na sexta à noite e outro no sábado, além de continuar a preparar aulas e viver a vida pessoal. Como já foi mencionado os cursos acontecem na sexta-feira à tarde e à noite e no sábado pela manhã e à tarde. Além da ameaça de que se iniciar o curso, mas não concluir será responsável por reembolsar a SED-MS pelo gasto que teve e ainda perde o direito a participar em futuras Pós-Graduações por ser um desistente. É possível visualizar tal ameaça no termo de compromisso que o professor precisa preencher para realizar a matrícula no curso

“[...] assumo o compromisso de efetuar a devolução dos valores custeados pela Secretaria de Estado de Educação, referente ao Curso de Pós-Graduação de ..., promovido pelo... em casos de ausência, não-participação, de desistência ou de faltas que impossibilitem a obtenção do certificado. Assumo também os seguintes compromissos: [...] - desenvolver normalmente minhas funções profissionais, comprometendo-me de forma que a participação no curso não prejudique os trabalhos desenvolvidos na unidade escolar (grifo nosso) (Diário Oficial de MS, 3 de nov. 2016, p. 25).

Magalhães e Azevedo (2015, p. 24) explicitam a situação descrita anteriormente, de ter sobrado recurso financeiro por não conseguirem preencher turmas. O que esse fato representa? “O que chama atenção nos estudos e pesquisas de cunho crítico é a contradição entre o dito (legislado) e o visto (resultados); entre o que tem sido propalado – como a necessidade de oferta de educação de qualidade aos futuros professores”. Significa que há

¹³Termo de Cooperação é um contrato firmado entre a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul a fim de firmar a parceria para o oferecimento dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* aos professores de sua rede (Gestor 3).

legislação que ampara as necessidades de formação dos professores, mas o que estamos presenciando até o momento são justificativas do porquê não estão sendo cumpridas as legislações, ou seja, o motivo pelo qual não temos resultados positivos sobre as formações continuadas em nível de Pós-Graduação.

A próxima fala sugere que o único responsável pela participação ou não nas formações é o professor “Até essa questão da participação dos professores em formação é uma coisa que nós temos que mudar muito o hábito, eles começam um processo de formação e por N motivos desistem do processo” (Gestor 3, 2018). Será que em algum momento a SED-MS buscou, junto aos docentes, compreender quais os motivos que os fizeram não se sentirem motivados a participar das formações? Provavelmente os professores possuem justificativas plausíveis para não participarem das formações, e mais, podem oferecer sugestões de temas, horários e formas como acreditam ser a melhor opção para tais formações. O gestor 3 menciona que por “N motivos os professores abandonam o curso de Pós-Graduação, mas não aponta os motivos.

De acordo com o Gestor 3, a SED tem uma importância em haver com a UEMS, uma vez que não foram ofertadas todas as 590 vagas previstas no termo assinado e agora será pensado de que maneira irão usufruir dessa importância.

Ainda na estratégia 16.1 está previsto que os cursos, sejam de curta ou longa duração, devem ser ofertados em calendários diferenciados para facilitar e garantir que os professores em exercício possam participar:

[...] nós também temos cursos que são realizados no período da noite, durante o dia. O de matemática por exemplo, nós fizemos uma pesquisa com os professores, esse de matemática feito por nós, fizemos uma pesquisa em qual seria o melhor horário para o professor então nós colocamos de manhã, à tarde, à noite, tinha tudo. O que fechou turma foi de noite e turma sábado. Tem regional que dependente do componente, a maior parte dos professores querem fazer na quarta-feira à tarde, é feito na quarta-feira à tarde, então nós atendemos a necessidade dos professores [...] (GESTOR 3, 2018).

Segundo o Gestor 3, a SED-MS antes de elaborar um cronograma de formação continuada aos docentes da Rede indaga, por meio de votos, aos próprios docentes quais dias e horários preferem receber as formações, vence o dia e horário com o maior número de votos, seja no período matutino, vespertino ou noturno, durante a semana ou aos finais de semana. Isso com intuito de permitir que todos os interessados no tema possam participar. O mesmo acontece com o tema dos cursos oferecidos. A SED-MS realiza uma pesquisa com as escolas que participaram das formações para que possam sugerir um tema e após a escolha estruturam as formações com esses dados.

Por isso em alguns casos são realizadas formações aos finais de semana, mesmo a contragosto de alguns professores, mas por maior quantidade de votos esse foi o dia escolhido. Gatti (2008), explica:

Nos últimos anos do século XX, tornou-se forte, nos mais variados setores profissionais e nos setores universitários, especialmente em países desenvolvidos, a questão da imperiosidade de formação continuada como um requisito para o trabalho, a idéia da atualização constante, em função das mudanças nos conhecimentos e nas tecnologias e das mudanças no mundo do trabalho. Ou seja, a educação continuada foi colocada como aprofundamento e avanço nas formações dos profissionais. Incorporou-se essa necessidade também aos setores profissionais da educação, o que exigiu o desenvolvimento de políticas nacionais ou regionais em resposta a problemas característicos de nosso sistema educacional (2008, p. 58).

Utilizando-se da fala de Gatti (2008) ao explicar o sentido das formações continuadas e acrescentar sobre a necessidade do desenvolvimento de políticas nacionais e regionais, temos a fala do Gestor 4 que exemplifica essa questão:

A Secretaria de Educação ela desenvolve Políticas Educacionais. Ela é proponente de políticas educacionais e também executora de políticas educacionais propostas por outros órgãos como é o caso do Governo Federal. Então, nós temos uma série de programas federais que nada mais são do que políticas educacionais que o Governo Federal propõe e nós enquanto estado temos que executar. [...] uma série de programas que são desenvolvidos pelo Governo Federal e nós executamos e políticas educacionais que nós propomos de acordo com as nossas necessidades [...] (GESTOR 4, 2018).

A fala do Gestor 4 apresenta duas situações para a execução de políticas educacionais. A primeira quando o próprio estado sente essa necessidade e a segunda quando é elaborada pelo Governo Federal e todos os estados ou determinados estados, conforme o planejamento federal, devem aplicá-las. De acordo com Vieira (2008, p. 21), políticas educacionais são “legislações, planos, projetos e programas que expressam a multiplicidade e a diversidade histórica da política educacional e outras iniciativas que lhes são próprias”.

A estratégia 16.4 prevê o fomento, em articulação com as IES, para ampliação da oferta de cursos de Pós-Graduação nas diferentes áreas do magistério. Ao questionar o gestor 1, se a SED-MS tem proporcionado cursos de Pós-Graduação específicos aos professores de Educação Física obtivemos a seguinte resposta:

É um trabalho que depende não só de nós como também da universidade. Como depende de criar um grupo específico, que não é inscrição aberta da universidade, são grupos fechados que seriam inscrições dentre os nossos professores da rede estadual, da rede pública e das prefeituras interessados por uma inscrição prévia, até um número mínimo fecha-se o grupo aí a universidade fecha (GESTOR 1, 2018).

Nessa fala, o Gestor 1 tenta justificar o porquê de não haver ainda uma Pós-Graduação específica para a área de conhecimento em Educação Física, mesmo sabendo que de acordo com PEE-MS deveria ter sido feitas parceiras desde o início, sendo que já se passaram quatro anos desde que entrou em vigor e várias disciplinas continuam sendo relegadas. Acrescenta mais uma informação “tá bem adiantado o estudo a respeito, pelo menos assim em termo de grupo e conteúdo programático de um diagnóstico de interesse por parte dos professores tá bem” (GESTOR 1, 2018). Após quatro anos tudo que se conquistou foi um: “*tá bem adiantado*”. Isso não basta, os docentes necessitam de condições favoráveis para iniciar, participar e concluir cursos dignos do nível de Pós-Graduação.

Já o Gestor 3, menciona o que a SED-MS vem pensando para as próximas parcerias, tanto em relação à Pós-Graduação como para cursos de extensão:

[...] mas já existe uma discussão tanto com a UEMS, com alguns profissionais da Universidade Federal não com todos, essa questão de fazer um trabalho colaborativo, tanto com curso de extensão ou curso de Pós-Graduação, mas que seja uma parceria de mão dupla que a Secretaria tenha condição de colocar, olha nós precisamos de um auxílio nessa perspectiva porque muitas vezes quando vem pra gente já vem fechado o curso de extensão tal pra divulgar (GESTOR 3, 2018).

Essa fala demonstra o interesse da SED-MS em realizar parcerias não só com a UEMS, mas também com a UFMS, pois, segundo o Gestor 3, a SED-MS quer ter maior condição de participar da construção da matriz curricular e espera ser atendida de maneira mais expressiva em suas necessidades. Isso mostra que a primeira experiência de parceria com a UEMS não foi satisfatória para a SED-MS.

A parte da UEMS teve uma conversa no início da participação da Secretaria, mas como algumas coisas aconteceram não tão a contento, nós acompanhamos sim estava no contrato de gestão da Secretaria, que é um contrato que a Secretária assina com o governador de nós acompanharmos as turmas, assistimos algumas atividades então essa parte da operacionalização, mas todo o planejamento não era CFOR antes, foi em 2016 que iniciou e não tinha a Coordenadoria (GESTOR 3, 2018).

O depoimento da gestora 3 faz nos entender que o diálogo entre a Secretaria de Estado de Educação e a UEMS no processo de formação continuada dos professores não estão alinhados, quando enfatiza que algumas coisas aconteceram “*não tão a contento*”. O Gestor 3 afirma que quando o Convênio foi assinado, em 2016, ainda não existia o Centro de Formação Continuada da SED-MS, que foi criado em 2017, portanto a elaboração do convênio foi feita por um setor que hoje não existe mais e que a maioria das pessoas que lá trabalhavam hoje também não fazem parte dos profissionais da SED-MS.

A estratégia 16.6 prevê a formação continuada de docentes em todas as áreas de ensino, com um prazo de dois anos a partir da implantação do PEE-MS. Em relação ao componente curricular Educação Física, no estado de MS já existem formações específicas que ocorrem uma vez ao ano na capital e nas cidades sedes das Coordenadorias Regionais da SED-MS. Quando questionado ao Gestor 1 se considera suficiente uma formação específica ao ano, respondeu:

Não, é muito pouco. Nós estamos agora preparando o plano plurianual, que é o PPA, para nova gestão do governador Reinaldo Azambuja, e nele estamos implementando uma escola do desporto, a criação de uma escola do desporto. Porque escola do desporto? Hoje nós temos uma Unidade Pedagógica de Formação. Ela não tem a estrutura necessária, e que é burocraticamente exigida para a contratação de professores, pra trabalhar especificamente com essa área. Então, a criação da escola do desporto vai nos permitir voos mais altos. Nós tivemos na verdade uma média de dois cursos mês. Então nós temos cerca de vinte cursos no estado todo obviamente. Isso é por regiões, nós não trabalhamos por municípios, nós reunimos sempre regiões. Normalmente nas sedes das coordenadorias regionais, daí a gente abarca aqueles que estão no grupo dos municípios que integram a regional. Mas é muito pouco ainda, pode ter certeza disso.

Sua resposta reforça a escassez em quantidade de formações específicas para o componente curricular Educação Física, justificando que, para isso, há a necessidade de criar um novo espaço chamado Escola do Desporto, por meio do qual será possível contratar professores para ministrar cursos específicos para a área.

Indagamos ao Gestor 2 (2018) se há formação específica para os professores de Educação Física, sua resposta foi a seguinte:

[...] as ilhas¹⁴ vão pensar formação continuada para a área como um todo, mas também para a disciplina específica então nós damos encaminhamento a atividades de formação, a estudos pensando primeiramente na disciplina, pensando num segundo momento na área e depois pensando na etapa como um todo, no ensino como um todo então nós fazemos alguns direcionamentos embora hoje o que nós vamos receber com mais direcionamentos são as formações que alcancem os professores na totalidade e não por disciplinas.

A resposta do Gestor 2 para essa pergunta evidencia que são poucas, no caso uma por ano, as formações específicas aos professores de Educação Física, na maioria das situações elas ocorrem com as demais disciplinas da mesma área de conhecimento.

Ao Gestor 2 foi questionado se há formações específicas aos professores da etapa de Ensino Médio e sua resposta foi:

Existe, [...] muitas vezes o professor que atua no Médio ele também atua no

¹⁴Ilhas são as divisões em equipes e em áreas do conhecimento dentro da SED-MS.

Ensino Fundamental, mas nós fazemos formação direcionada até porque entra dentro daquilo que eu estava respondendo na questão anterior, os objetivos da etapa, e se a gente pensa realmente no Ensino Médio como sendo essa etapa que vai direcionar a formação desse jovem como uma educação integral, mostrando o papel dele na sociedade, ajudando ele a desenvolver seu projeto de vida e dar um encaminhamento para o pós médio, para uma vida dele seja pessoal ou em outras dimensões, a gente entende que esse professor tem que ter um preparo específico, tanto na etapa do fundamental tem as formações específicas como na etapa do médio, mas é certo que esse professor ele trabalhando nas duas etapas muito daquilo que ele adquire de desenvolvimento da sua prática ele vai estar realmente aplicando nas duas etapas, não concentrar apenas na etapa do médio, não quer dizer que a formação continuada que ele desenvolver na etapa do médio só vai favorecer o trabalho dele no Ensino Médio (GESTOR 2, 2018).

O Gestor 2 descreve como é vista e pensada a formação para os professores do Ensino Médio, quais seus objetivos. Sobre esse pensamento Kuenzer, tem um apontamento importante, de que é preciso:

[...] superar a falsa consciência da suposta neutralidade das políticas e propostas de formação. Mesmo considerando que o espaço da formulação e implementação de políticas é um campo de disputas, o campo da formação de professores tem sido tratado por sobre as diferenças de classe, como se o simples fato de exercer a profissão docente isentasse esses profissionais de valores, concepções e compromissos de classe (2011, p. 669).

O discurso de Kuenzer explicita que, ao ser pensado que o professor do Ensino Médio precisa ter e oferecer condições aos seus alunos de obterem uma educação integral, mostra quais valores estão sendo planejados para tais jovens.

Fizemos a mesma pergunta ao Gestor 4, se há formação específica aos professores do Ensino Médio, sua resposta enfatizou que é preciso considerar as diferentes fases da Educação Básica para desenvolver essas políticas “O estado ele tem que pensar política de acordo com a especificidade da sua rede”. Evidenciando dessa forma que se na rede estadual há ensino fundamental e ensino médio, deve, portanto, haver formações específicas para as duas etapas da educação básica.

Para esse questionamento ficou claro que sim, a SED-MS vem oferecendo formações específicas aos professores do Ensino Médio, sem distinção da área de conhecimento desse professor, isso foi confirmado por meio das planilhas analisadas e também pela fala dos Gestores 2 e 4.

Magalhães e Azevedo (2015) reforçam que houve aumento sobre a reflexão da situação pedagógica brasileira e da formação docente. Ressaltam ainda que

Esse fato pode ser constatado no reforço da ideia de que uma política de formação não deve coexistir a partir de ações isoladas e fragmentadas, que não reformulem a concepção de práticas pedagógicas concebidas através de

cursos com atividades múltiplas e dissociadas da produção de conhecimentos (MAGALHÃES; AZEVEDO, 2015, p. 26).

A estratégia 16.9 prevê a garantia aos profissionais da educação de licenciamento remunerado e/ou bolsa para cursos de Pós-Graduação, desde o primeiro ano de vigência do PEE-MS. Ao questionarmos o Gestor 3 se a SED-MS vem cumprindo essa estratégia do PEE-MS, obtivemos a seguinte resposta:

Nós temos proposta para fazer isso, mas não envolve só o pedagógico, quando você fala de liberação e remuneração para o professor com redução de carga horária ou afastamento que ele continue recebendo envolve questões financeiras, realmente nas configurações financeiras que nós estamos no Brasil e não só no estado, nós não conseguimos colocar em prática da forma que nós gostaríamos. Temos aí medidas paliativas de solicitar que a escola organize, por exemplo, a Pós era na sexta a tarde e no sábado então nós entrávamos em contato com as escolas mandando CI, orientando que os professores que estivessem fazendo a Pós-Graduação que o diretor organizasse o horário dele, então todas essas questões paliativas para que realmente o professor consiga fazer [...] (GESTOR 3, 2018).

Nessa fala o Gestor 3 diz que o Estado, assim como o país, nesse momento não pode oferecer afastamento remunerado aos seus docentes, mas é sabido que instituições federais estão cumprindo com essa estratégia. Talvez essa seja uma questão a ser repensada e criadas estratégias para consolidar o previsto na estratégia 16.9 aqui no estado de MS. Porque tais medidas “paliativas” são insignificantes pelo tamanho das exigências e da responsabilidade que tem um professor ao decidir participar de um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* ofertado pela SED-MS em parceria com a UEMS.

O Gestor 3 finaliza dizendo que não há, até o momento, liberação e ajuda financeira para os docentes cursarem a Pós-Graduação, não por falta de “entendimento da parte pedagógica”, mas sim porque esses gastos financeiros devem estar previstos no orçamento do ano anterior e, devida à redução do investimento do Governo Federal, não está sendo possível.

O argumento utilizado pelo Gestor 3 é questionável porque o PEE-MS foi implantado há quatro anos, igualmente o primeiro mandato do governador Reinaldo Azambuja iniciou juntamente com o Plano. O primeiro mandato foi finalizado e nenhum tipo de financiamento foi oferecido e o Gestor 3 disse que isso deveria ter sido pensado no governo anterior, mas e agora para o segundo mandato será que há previsão de algum tipo de licença e remuneração? Ainda na fala do gestor 3 é devido a “crise que o estado de MS, assim como o Brasil vem passando” que impediu que o estado de MS ofereça bolsas de estudo ou dispensa aos docentes. Mas já estamos na segunda gestão do governador Reinaldo Azambuja, de acordo com o esplanado pelo gestor, no primeiro mandato não houve dispensa e bolsa

porque isso deveria estar previsto no Plano de Governo anterior e não estava e agora será que foi incluído esse item?, será que houve programação para liberar e oferecer bolsa de estudo de um mandato para outro? Porque agora não há mais motivos que justifiquem a falta de organização e programação de um mandato para outro que o governo permaneceu o mesmo em nosso estado.

Por meio das entrevistas realizadas foi possível esclarecer determinados pontos que não estavam claros somente com as planilhas que foram fornecidas pelos setores responsáveis da SED-MS.

Nenhum dos quatro gestores entrevistados está no mesmo setor, por um período igual ou maior ao período pesquisado, o tempo que ocupam o cargo varia entre um e três anos. Por exemplo, a Coordenadoria de Formação Continuada foi criada há dois anos e ainda está se adequando à nova função, portanto ainda há transição de alguns trabalhos e funções dentro da mesma.

A Coordenadoria de Ensino Médio foi unificada a Coordenadoria de Educação Profissional, portanto, da mesma maneira o gestor ainda não tem conhecimento de todas as formações em andamento no estado de MS. O Núcleo de Esporte da SED-MS ganhou essa denominação em 2015 com o intuito de aglutinar o esporte escolar ao esporte educacional e com isso tornar a escola a base da iniciação esportiva. De lá pra cá vem criando novos projetos e estabelecendo parcerias com as prefeituras das cidades onde são realizados os cursos específicos devido à pequena quantidade de professores dessa área em cada escola e colaborando para que todos os docentes de Educação Física tenham a oportunidade de participar de tais cursos. Já a Superintendência de Políticas Educacionais é um setor mais abrangente dentro da SED-MS, responsável por propor políticas de acordo com a necessidade do estado e executar políticas educacionais vindas do Governo Federal (Gestor 3, 2018).

Concluimos que nos anos de 2014 e 2015 havia apenas os Encontros de Professores de Educação Física da Rede que, por três anos consecutivos, foram ministrados única e exclusivamente pela mesma palestrante, que segundo o Gestor 1 isso ocorreu porque a “Unidade Pedagógica de Formação da SED-MS não possui estrutura necessária para contratar outros palestrantes”. Afirmou que para 2019 a “ideia é realizar o encontro em três dias e com diferentes palestrantes, a fim de irem revezando conforme as modalidades esportivas” (GESTOR, 1).

Relativo aos cursos de Pós-Graduação foi lançado o primeiro edital em 2016 e somente em 2017 iniciou a primeira turma. Os cursos de atualização para os professores do Ensino Médio iniciaram em 2016.

A meta 16 do PEE-MS prevê formar 60% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do mesmo. Não nos foi passado os dados exatos do percentual que já concluíram os cursos de especialização, os dados mostram que até 2018 terminaram o curso apenas três turmas e duas ainda estão por concluir em 2019, sem previsão de abertura de novas turmas, sabemos também que as turmas eram compostas por cinquenta docentes, exceto uma que tinha oitenta vagas, por isso se analisar esses dados, é possível ter a noção de que o estado está longe de alcançar a meta.

O outro ponto previsto na meta 16 do PEE-MS é a garantia de formação continuada a todos os profissionais da educação básica em sua área de atuação. Essa pesquisa buscou investigar se está sendo ofertado aos professores de Educação Física do Ensino Médio a formação continuada de maneira separada, ou seja, específica para a área de conhecimento e etapa de ensino. De maneira mais exata nos detivemos as estratégias 16.1, 16.4, 16.6 e 16.9.

Encontramos como resposta para a estratégia 16.1 que a SED-MS tem realizado cursos específicos para os professores do Ensino Médio, esses têm sido ofertado como prega o PEE-MS, tanto na maneira presencial com a distância, conforme a quantidade de docentes envolvidos no curso e qual seu município de origem, mas não sabemos se são realizadas parcerias para a realização de tais cursos. As datas de início desses cursos são de 2016, não como está previsto no PEE-MS que deveria ter iniciado em 2015.

Obtivemos como resposta para a estratégia 16.6 que aborda a promoção da formação continuada em todas as áreas do conhecimento, encontramos que a SED-MS tem feito parcerias com as prefeituras para a realização de cursos na área de Educação Física, a dificuldade está em participar desses cursos porque todos que aconteceram até o momento foram aos finais de semana, dia de descanso do professor.

Em relação à estratégia 16.9 – garantia de licenciamento remunerado e/ou bolsa para cursos de Pós-Graduação é possível afirmar que até o presente momento não há nenhum tipo de incentivo nesse sentido, nem dispensa do horário de trabalho, muito menos bolsa para estudo. E conforme a entrevista com o Gestor 3 não há previsão de quando isso pode tornar-se realidade no estado de Mato Grosso do Sul.

Podemos afirmar que a SED-MS vem oferecendo formações continuadas aos professores de sua rede. Em alguns casos elas ocorrem de maneira separada por etapa de ensino e em alguns casos mais específicos, como é o caso do componente curricular Matemática, tem uma formação só para os docentes dessa área. Em outros casos são realizadas formações adaptadas às duas etapas da Educação Básica, por meio de encontros presenciais ou virtuais, dependendo da situação e abrangência da formação.

Analisando especificamente as formações continuadas para a Educação Física, foi dito que não há separação entre Ensino Fundamental e Ensino Médio, e é realizado apenas um encontro por ano para esses docentes que, até então, tem sido trabalhado pela mesma palestrante por falta de estrutura da SED-MS para contratar diferentes palestrantes, o que provavelmente seja um motivo que contribuía para que os professores não compareçam às formações.

As formações oferecidas pela SED-MS, sejam de curta duração ou os cursos de Pós-Graduações, são divulgadas via comunicação interna, enviada às escolas e repassadas aos professores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo 1 foi abordado o conceito de políticas públicas e políticas públicas educacionais, consideramos que estas significam “estudar o governo em ação”. Abordamos os programas criados para materializar as políticas públicas do governo de Reinaldo Azambuja, referente ao período abordado, 2014 a 2018.

Vimos que a formação continuada de professores é uma política de governo e como tal é uma das formas de materializar as políticas públicas. Iniciamos pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) criado em 2007, este se desdobrou em programas específicos para a educação infantil e outros para o ensino fundamental, mas nenhum para o ensino médio. Paralelamente ao PDE estava em vigor o PNE (2001-2011) que acabou sendo esquecido quando da instituição do PDE.

Os dados do Censo Escolar brasileiro de 2017 indicaram que ainda temos, mesmo que em menor número, professores atuando na educação básica sem o ensino superior em licenciatura, professores apenas com nível médio ou bacharéis. Em nível nacional ainda há estados com baixa porcentagem de professores que recebem a formação continuada e que os docentes que possuem pós-graduação também é pequeno nas regiões norte e nordeste, essa situação está melhor na região sul do país.

O decreto 6.755/2009 que posteriormente foi revogado pelo decreto 8.752/2016 que trata sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Também foi homologado o decreto 2/2015 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Trouxemos conceito de formação continuada e as diferentes formas de abordá-la junto aos professores, por fim apresentamos como se deu a formação continuada para professores do ensino médio no período pesquisado. Os resultados apontam que os professores do ensino médio em âmbito nacional possuem em sua maioria formação superior em licenciatura e que as escolas com essa etapa se concentram nas regiões urbanas, mas que o acesso a formação continuada ainda é difícil para quem mora longe dos grandes centros urbanos.

No capítulo 2 o intuito foi examinar as políticas/programas estaduais para formação continuada para professores do ensino médio, ou seja, buscamos conhecer as ações realizadas pelos representantes do governo Reinaldo Azambuja, do PSDB em seu primeiro mandato para atender as necessidades dos professores dessa etapa escolar. Iniciamos contextualizando o estado de MS, apresentando número de escolas, matrículas e IDEB do ensino médio para compreender a realidade atual do local e da cidade de Campo Grandepor ser o campo

empírico da pesquisa. Os dados do Censo Escolar de MS apresentaram aumento significativo no número de docentes do ensino médio de 2015 a 2017. Em relação ao número de matriculados nessa etapa em MS também houve aumento de 2% de 2015 para 2016 e mais 1% de 2016 para 2017, a taxa de alunos aprovados foi melhor de 2014 a 2016.

Abordamos os programas de formação continuada ofertados pelo estado de MS aos docentes de todas as áreas do conhecimento. Nesse caso são envolvidos diversos setores da SED-MS que elaboram e implementam tais cursos por todo estado. Referente ao ano de 2014 não há nada documentado. De 2015 a 2017 enviaram tabelas mostrando o nome, a carga horária e o tipo de presença dos cursos oferecidos e por dois anos consecutivos, 2016 e 2017 realizaram cursos específicos aos professores do ensino médio via COTED. Os cursos aconteceram em doze cidades pólos que abrangem as cidades menores que estão ao seu redor. Em 2016 foi firmada uma parceria da SED-MS com a UEMS e a Fundect para oferecer aos professores efetivos do estado de MS cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, no qual foram impostas determinadas condições para concorrer a uma vaga.

Nesse capítulo obtivemos como resultado que as políticas/programas que estão sendo oferecidos pelo estado de MS aos docentes de todas as áreas do conhecimento atuantes no ensino médio atenderam parcialmente as expectativas dos docentes, porque vem para eles três sugestões de cursos e devem votar em uma delas, não podendo indicar uma quarta alternativa, também porque não possibilitam que o professor faça os cursos em seu horário de serviço. Em relação aos cursos de pós-graduação a situação é ainda mais complicada devido as condições impostas para que o professor se encaixe no perfil solicitado e consiga cumprir com todas as obrigações profissionais, pessoais e acadêmica e por fim outro fator desestimulante é o quantitativo previsto para aumento salarial no Estatuto dos Profissionais da Educação Básica de MS para professores com curso de pós-graduação *Lato Sensu*.

No capítulo 3 analisamos a meta 16 do PEE-MS (2014-2024), especificamente as estratégias 16.1, 16.4, 16.6 e 16.9 e as políticas/programas de formação continuada para os professores de Educação Física do ensino médio na REE-MS, no município de Campo Grande no período de 2014 a 2018.

Os dados obtidos mostram que estão sendo oferecidas formações continuadas aos professores de Educação Física por meio de cursos e encontros realizados uma vez ao ano em cada município sulmatogrossense, por enquanto com pouca variedade nas opções de curso, porque os responsáveis em realizar o diagnóstico e ver as necessidades dos professores sugerem temas divergentes, e também porque o estado aproveita os cursos na área que são oferecidos para professores de outros setores, que não o escolar e direciona aos docentes da

educação básica. O palestrante geralmente o mesmo por falta de recursos da SED-MS para contrair profissionais diferentes. Outro fator negativo encontrado foram os horários e dias disponibilizados para os cursos, geralmente aos finais de semana e não como está previsto em lei, durante o seu horário de serviço.

Apresentamos como foi o processo de criação e elaboração da meta 16 do PEE-MS, quais as entidades envolvidas no processo e o conceito de valorização dos profissionais da educação segundo tal meta. A análise das estratégias já anunciadas, evidenciam o descumprimento de certos pontos de seu texto, por exemplo, está previsto o oferecimento de curso de pós-graduação desde o primeiro ano do PEE-MS e isso iniciou em 2017, três anos após seu início. Em outra estratégia prevê a oferta de curso de formação continuada em todas as áreas do conhecimento desde o primeiro ano do plano, em Campo Grande a oferta de cursos aos professores de Educação Física vem ocorrendo de maneira tímida, atingindo pequena demanda de docentes. Na última estratégia analisada está previsto licenciamento remunerado e/ou bolsa para cursos de Pós-Graduação, a partir do primeiro ano de vigência e nenhuma bolsa ou licença foi concedida no período do recorte dessa pesquisa para realização de curso de pós-graduação, que segundo o gestor 3 isso não ocorre porque deveria ter sido previsto no plano orçamentário do estado do mandato anterior ao do Reinaldo Azambuja.

No item que abordou o relatório de monitoramento e avaliação do PEE-MS constatamos mais uma irregularidade em prazos. No PEE-MS está previsto o lançamento de um relatório de avaliação a cada dois anos do plano desde sua criação, ou seja, até o ano de 2018 deveriam ter sido lançados dois relatórios, mas somente saiu um e com um ano de atraso. Esse relatório deve conter as ações que estão sendo desenvolvidas para materializar o que foi previsto nas metas e estratégias.

No capítulo 4 analisamos os depoimentos dos gestores entrevistados e os relacionamos com o que vem sendo executado pela SED-MS aos professores da REE-MS, principalmente com os professores de Educação Física do ensino médio. Iniciamos apresentando quem são os sujeitos entrevistados, quais cargos ocupam na SED-MS, há quanto tempo estão nesse cargo e como abordam a temática da pesquisa em questão. O primeiro questionamento feito foi sobre o conceito de formação continuada e não recebemos resposta que demonstrasse a compreensão do conceito, explicaram como são trabalhadas as formações, cada gestor a abordou de uma maneira.

Indagamos sobre a escolha dos temas de formação continuada, a qual público são destinados, como são feitos os diagnósticos para a escolha do curso, quem são os responsáveis em ministrá-los, como o estado de MS tem se posicionado diante do que está previsto na meta

16 de seu PEE. O gestor 3, responsável pelo setor de formação continuada da SED-MS disse que seu setor é novo e por isso ainda possuem dificuldades em realizar algumas ações por não conhecerem o funcionamento das escolas. Disse também que existem dois tipos de formação continuada acontecendo de maneira concomitante, uma que é pensada, elaborada e organizada pela SED-MS aos professores e outra que acontece na própria escola em quatro sábados letivos durante o ano na qual a SED apenas sugere ao coordenador pedagógico alguns temas a serem trabalhados. O gestor 4 menciona que seu setor é executor de políticas públicas vinda do governo federal e proponente de outras políticas que são necessidades do nosso estado.

Analisamos a meta 16 do PEE-MS com enfoque para os professores de Educação Física do ensino médio. Novamente foi falado sobre a pós-graduação *Lato Sensu* oferecida pela SED-MS em parceria com a UEMS que atendem a um pequeno número de professores pelos motivos já mencionados.

Concluimos nesse capítulo que os gestores entrevistados não compreendem conceitos básicos que estão diretamente ligados aos seus setores de trabalho e que isso pode comprometer a criação de novas políticas educacionais. Em alguns momentos os gestores se contradizem em suas falas, quando um menciona um significado para formação continuada e o outro fala o oposto. Ficou evidente a falta de conhecimento em relação a determinadas ações que ocorrem em seus setores, não sabem explicar os números apresentados pelas próprias planilhas, como foi o caso do gestor 1 quando questionado sobre a pequena adesão de professores de Educação Física aos cursos ofertados. Esses dados indicam que há necessidade de políticas públicas educacionais efetivas, que realmente atendam as necessidades dos docentes e isso só ocorrerá quando puderem opinar sobre suas necessidades, mas também quando recebem incentivos financeiros, licença e/ou afastamento para conseguirem participar com êxito dos cursos e programas de pós-graduação.

Como sugestão para novas pesquisas, deixamos os seguintes questionamentos: qual a visão dos docentes sobre as formações continuadas que recebem e sobre os cursos de pós-graduação que tem sido oferecido? Quais os fatores motivacionais para participar de uma formação continuada fora do seu horário de trabalho e âmbito de serviço?

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da S. Política de Currículo e Formação dos Profissionais da Educação Básica no Brasil: desafios para a gestão educacional. **Revista Espaço do Currículo**, v. 10, n. 1, p. 49-61, jan. – abr., 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/viewFile/rec.v10i1.32578/17431>. Acesso em: 23 fev. 2018.

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Direito à educação básica: A cooperação entre os entes federados. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, n. 7, p. 231-143, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 25 de jan 2018.

ARGOLLO, Juliana; SILVA, Amanda M. As contradições da busca pela valorização do magistério público: uma contextualização da Resolução CNE/CP nº. 02/2015. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 10, n. 2, maio/ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2358-4319.v10n2p205-229>. Acesso em: 25 de jan 2018.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Políticas de Formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n.62, p. 679-701, jul./set. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206207>. Acesso em: 01 maio 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº. 2, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2 de julho de 2015 – Seção 1 – pp. 8-12. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em 17 jul. 2017.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Constituição (1988). **Emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009 [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 nov. 2009. Seção 1, p. 8. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. Decreto n. 8.752, de 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. **Diário Oficial da União**, 10 maio 2016 (publicação original). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Congresso Nacional, 2014. **Diário Oficial da União** (DOU) de 26 de Junho de 2014, ed. Extra, seção 1 (publicação original). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Publicação original: **Diário Oficial [da] União**, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 01 maio 2018.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo Escolar da Educação Básica**, 2017. Brasília: MEC/INEP, 2017.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Censo Escolar 2017. Notas Estatísticas. Brasília, DF: MEC/INEP, 2018. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_Censo_Escolar_2017.pdf. Acesso em: 13 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Gerais – Catálogo 2006: Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Rede/catalog_rede_06.pdf. Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE**. Brasília, DF: 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2018.

BRZEZINSKI, Iria. Políticas Contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do Ensino Fundamental. **Revista Educação e Sociedade**, v. 29, n. 105, p. 1139-1186, set./dez. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302008000400010>. Acesso em: 23 jun. 2018.

CAMPO GRANDE (Município). Instituto Municipal de Planejamento Urbano – PLANURB. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande**. Campo Grande: PLANURB, 2017.

CASAGRANDE, Ieda Maria Kleinert. **Políticas Públicas de Formação Continuada de Professores no Brasil: um estudo de caso na rede escolar pública estadual de educação do Paraná e do Rio Grande do Sul**. 2015. 254p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/3487>. Acesso em: 10 abr. 2017.

CHAUÌ, Marilena. **Convite à Filosofia**. Ed. Ática, São Paulo, 2000. Capítulo 7: A vida política.

COSTA, Gilvan L. M; OLIVEIRA, Claudinéia S. O; MEDEIROS, Gilvan. A formação do professor no Ensino Médio no Brasil e o Plano Nacional de Educação. **Revista Poiésis**, v. 10, n. 17, p. 85-101, jan./jun., 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/prppge.v10e17201685-101>. Acesso em 10 abr. 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A qualidade da educação brasileira como direito. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1053-1066, out./dez, 2014.

_____. Formação Continuada e Certificação de Professores. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, vol. 20, n. 1, p. 187 – 193, 2004. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1423>. Acesso em: 08 ago. 2017.

DAVIES, Claudia L. F *et al.* **Formação Continuada de professores: uma análise das modalidades e das práticas em estados e municípios brasileiros: relatórios de pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2012.

DOURADO, Luiz Fernandes. A formação inicial e continuada de profissionais do magistério da Educação Básica. *In*: RONCA, Antônio Carlos Caruso; ALVES, Luiz Roberto. (Orgs). **O Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação: educar para a equidade**. São Paulo: Fundação Santillana, 2015a. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/002899327b50a5d9d5372>. Acesso em: 20 jun. de 2017.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica: Concepções e Desafios. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 299-324, abr.- jun., 2015b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00299.pdf>. Acesso em: 17 fev. de 2018.

_____. GROSSI JUNIOR, Geraldo. FURTADO Roberval Angelo. Monitoramento e avaliação dos planos de educação: breves contribuições. **RBP AE**, v. 32, n. 2, p. 449-461, 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/67198/38375>. Acesso em: 25 nov. 2017.

_____. **Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, ANPAE, 2017.

_____. **Plano Nacional de Educação: política de estado para a educação brasileira**. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/523064/PLANO+NACIONAL+DE+EDUCA%C3%87%C3%83O+-+Pol%C3%ADtica+de+Estado+para+a+educa%C3%A7%C3%A3o+brasileira/2cbb3d59-497d-45a8-a5af-d3bbe814336e?version=1.5>. Acesso em: 20 dez. 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina de Almeida. A qualidade da educação: conceitos e definições. **Textos para Discussão**. Brasília: INEP, 2007. Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/A+qualidade+da+educa%C3%A7%C3%A3o+conceitos+e+defini%C3%A7%C3%B5es/8926ad76-ce32-4328-8a26-5139cceddb4?version=1.3>. Acesso em: 30 abr. de 2018.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”.

Educação & Sociedade, ano XXIII, n. 79, agosto/2002. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 17 maio 2017.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Meta 16, formação continuada e Pós-Graduação de professores. *In*: OLIVEIRA, João Ferreira de; GOUVEIA, Andrea Barbosa; ARAUJO, Heleno. (Orgs). **Caderno de debates para avaliação das metas do plano nacional de educação PNE (2014-2024)**. Brasília: ANPAE, 2018. Disponível em: <http://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2017/08/CadernoAnlisePNE.pdf>. Acesso em: 5 maio 2018.

GATTI, Bernadete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista brasileira de educação**. v.1., n. 37. Jan./abr., 2008. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782008000100006&script=sci_abstract&tlng=pt)

[24782008000100006&script=sci_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782008000100006&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 07 ago. 2017.

_____; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso.

Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011. (Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Censo Escolar da Educação

Básica 2013: resumo técnico/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira. – Brasília: O Instituto, 2014).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Campo Grande - MS**. História e fotos.

Brasília, DF, [2014]. Disponível em: [https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/historico)

[grande/historico](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/historico). Acesso em: 13 set. 2018

_____. **Ensino - matrículas, docentes e rede escolar**. Mato Grosso do Sul. Brasília, DF,

2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/pesquisa/13/5908>. Acesso em: 13

set. 2018.

_____. **Estimativa da população 2017**. Versão atualizada, em 01 jul. 2017, das populações municipais enviadas ao TCU em 30 ago. 2017. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=16985&t=resultados>. Acesso em: 13 set. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa da população 2018**. Versão atualizada, em 01 jul. 2018, das populações municipais enviadas ao TCU em 29 ago. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=16985&t=resultados>. Acesso em: 13 set. 2018.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil hoje. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, set./dez., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a06.pdf>. Acesso em: 18 maio 2018.

KUENZER, Acacia Zeneida. A formação de professores para o Ensino Médio: velhos problemas, novos desafios. **Revista Educação e Sociedade**, v. 32, n. 116, p. 667-688, jul./set., 2011.

_____. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Revista Educação e Sociedade**. v. 38, n. 139, p. 331-354. Abr./jun., 2017.

LIRA, Núbia Josania Paes. **Formação continuada dos professores de Educação Física da rede pública de ensino do município de Aracaju**: mediações do “Programa Horas de Estudo. 2015. 252f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2015. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_6d3f721971123f18a67f8a43463468a0. Acesso em: 09 abr. 2017.

MAGALHÃES, Lígia Karam Corrêa de; AZEVEDO, Leny Cristina Soares Souza. Formação Continuada e suas implicações: entre a lei e o trabalho docente. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 35, n. 95, p. 15-36, jan./abr., 2015.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Governo do estado de Mato Grosso do Sul. **Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (PEE/MS) 2014-2024**. Campo Grande-MS: SED, 2014a. Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/67/2015/05/pee-ms-2014.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019.

_____. **História de MS**. [Campo Grande, MS]: Governo do Estado de MS, [2018]. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/a-historia-de-ms/>. Acesso em: 28 jun. 2018.

_____. Lei Complementar n. 087, de 31 de janeiro de 2000. Dispõe sobre o Estatuto dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Campo Grande: Governo do Estado de MS. Publicada no **Diário Oficial** nº 5.193, de 1º de fevereiro de 2000. Disponível em: <http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/66ecc3cfb53d53ff04256b140049444b/cc3aad25c09897f804256c0000561af3?OpenDocument>. Acesso: em 05 set. 2018.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Número de escolas de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS: SED, 2017. Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/numero-de-escolas-de-mato-grosso-do-sul/>. Acesso: em 05 set. 2018.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). **Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação** (CMAPEE). Campo Grande-MS, 2017.

_____. **Perfil Estatístico do Mato Grosso do Sul 2017** – ano base 2016. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO). Campo Grande-MS, 2017.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Dados Estatísticos do Censo Escolar**. Campo Grande-MS, 2018. Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/67/2018/06/DADOS-ESTATISTICO-2017-CENSO-ESCOLAR-Municipio.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Plano de Trabalho de Elaboração do Plano Estadual de Educação – PEE-MS**. Campo Grande-MS, 2014.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. Formação continuada de professores. *In*: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. 1 CD-ROM.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do Projeto do MEC. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2018.

SEVERINO, Jorismary Lescano. **Formação Continuada de Professores no Município de Campo Grande (2005-2012)**. 2017. 174 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017. Disponível em: <http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/handle/123456789/3147>. Acesso em: 12 set. 2017.

SILVA, Celeida Maria Costa de Souza e; AQUINO José Moacir de. O Plano Nacional de Formação Docente para a Educação Básica. *In*: CARMO, Jefferson Carriello do; OLIVEIRA, Regina T. C.; SILVA, Celeida Maria Costa de S. e (Orgs). **Transformações do Estado e influências nas políticas educacionais no Brasil**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016.

SOUSA, Andréia da Silva Quintanilha. Universidade Aberta do Brasil (UAB) como política de formação de professores. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, p. 119-148, jan./abr., 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/download/4055/3322/0>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SOUZA, Celina. “Estado do Campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n.51, fev., 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092003000100003>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez., 2003.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez., p. 20-45, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 30 maio 2018.

SOUZA, Edinilza Magalhães da Costa. **A Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica – PARFOR**: o papel dos fóruns estaduais permanente de apoio a formação docente. 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/poster-gt05-4471.pdf>. Acesso em: 30 de maio 2018.

SOUZA, Valdinei Costa. Política de formação de professores para a educação básica: a questão da igualdade. **Revista Brasileira de Educação**, Brasília, v. 19, n. 58, p. 629-653, jul./set 2014.

TAVANO, Vinicius. **Formação em Serviço de Professores em escolas municipais do Extremo Leste da capital paulista**. 2012. 218f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/1851>. Acesso em: 20 jun. 2017.

TEATINI, João Carlos. Política Nacional de Formação e a Capes. *In*: COLÓQUIO DE POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO: ARTICULAÇÃO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SISTEMAS DE ENSINO E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR. [Anais] eletrônico, Brasília: MEC, 2010. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/apresentacoes/politica_nacional_de_formacao_1.pdf. Acesso em: 10 mar. 2018.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. (Programa Políticas Públicas – O papel das Políticas Públicas). [Salvador, BA]: AATR-BA, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 31 jul. 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Desejos de Reforma**: legislação educacional no Brasil – Império e República. Brasília: Líber Livro, 2008.

ANEXO A – RELAÇÃO DE FORMAÇÕES CONTINUADAS OFERECIDAS PELA SED AOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MS EM 2015.

FORMAÇÕES COTED/NTE -2015				
20H OU MAIS				
NTE	NOME DA FORMAÇÃO/CONFORME PROJETO	C/H	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	Nº DEFORMADOS
COTED	NTEs Desenvolvendo Aprendizagem Colaborativa por Meio da Pesquisa e Autoria.	130h		106
AQUIDAUANA	Redes de Aprendizagem / EPROINFO.	40H	Aquidauana, Anastácio, Bodoquena, Miranda e Dois Irmãos do Buriti	34
	O uso do celular na prática pedagógica.	20H	Aquidauana, Anastácio, Bodoquena, Miranda e Dois Irmãos do Buriti	150
	Criação e edição de Vídeo E Podcast.	20H	Aquidauana, Anastácio, Bodoquena, Miranda e Dois Irmãos do Buriti	150
	“Indo além da sala de aula, do Movie Maker ao Youtube”.	20H	PROGETECS - Aquidauana, Anastácio, Bodoquena, Miranda e Dois Irmãos do Buriti	12
	Revista Digital e Google Drive.	20H	Aquidauana, Anastácio, Bodoquena, Miranda e Dois Irmãos do Buriti	150
CAMPO GRANDE CAPITAL	Formação Pela Escola - Competências Básicas.	60H	Campo Grande	104
	Diversidade de Gênero Textual no Contexto Tecnológico.	60H	Campo Grande	60
	Formação Continuada: Utilização Pedagógica das Tecnologias no Contexto das Ciências Humanas na Escola.	40H	Campo Grande	40
	O Uso das Tecnologias como Ferramenta Metodológica no Contexto da Matemática em Sala de Aula	40H	Campo Grande	30
	Possibilidades Pedagógicas do Uso do Tablet e da Lousa Interativa Portátil na Escola.	40H	Campo Grande	120
	Formação Continuada: Utilização pedagógica das Tecnologias no Contexto das Ciências Biológicas na Escola.	40H	Campo Grande	40
	POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS DO USO DO TABLET.	40H	Campo Grande	10
	Formação pela Escola: PNAE - Plano Nacional da	60H	Campo Grande	80

	Alimentação Escolar.			
	Formação pela Escola: FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.	60H	Campo Grande	80
	Formação pela Escola: CSC - Controle Social para Conselheiros.	60H	Campo Grande	28
	Ensinando e Aprendendo com as TICs.	60H	Campo Grande	132
	Rede de Aprendizagem.	40H	Campo Grande	54
	Formação Pela Escola: PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola.	60H	Campo Grande	79
	Formação Pela Escola: SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação.	60H	Campo Grande	30
CAMPO GRANDE METROPOLITANO	Curso - Introdução à Educação Digital - e-proinfo	60H	Bandeirantes, Camapuã, Jaraguari, Terenos, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Nova Alvorado do Sul, Corguinho e Rochedo.	89
	Curso – Tecnologias na Educação: Curso - Ensinando e Aprendendo com as TIC- e-proinfo.	60H	Bandeirantes, Camapuã, Jaraguari, Terenos, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Nova Alvorado do Sul, Corguinho e Rochedo.	49
	Curso – Redes de Aprendizagem- e-proinfo.	40H	Bandeirantes, Camapuã, Jaraguari, Terenos, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Nova Alvorado do Sul, Corguinho e Rochedo.	76
	Oficina - Pesquisa Investigativa com uso das TIC.	24H	Bandeirantes, Camapuã, Jaraguari, Terenos, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Nova Alvorado do Sul, Corguinho e Rochedo.	50
	Oficina – Utilizando ferramentas de Autoria.	24H	Bandeirantes, Camapuã, Jaraguari, Terenos, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Nova Alvorado do Sul, Corguinho e Rochedo.	50
	Curso – Redes de Aprendizagem- e-proinfo.	40H	Bandeirantes, Camapuã, Jaraguari, Terenos, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Nova Alvorado do Sul, Corguinho e Rochedo.	100
	Curso - Introdução à Educação Digital - e-proinfo.	60H	Bandeirantes, Camapuã, Jaraguari, Terenos, Ribas	89

			do Rio Pardo, Sidrolândia, Nova Alvorado do Sul, Corguinho e Rochedo.	
	Curso – Tecnologias na Educação: Curso - Ensinando e Aprendendo com as TIC- e-proinfo.	60H	Bandeirantes, Camapuã, Jaraguari, Terenos, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Nova Alvorado do Sul, Corguinho e Rochedo.	49
	Curso – Redes de Aprendizagem- e-proinfo.	40H	Bandeirantes, Camapuã, Jaraguari, Terenos, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Nova Alvorado do Sul, Corguinho e Rochedo.	76
	Oficina - Pesquisa Investigativa com uso das TIC.	24H	Bandeirantes, Camapuã, Jaraguari, Terenos, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Nova Alvorado do Sul, Corguinho e Rochedo.	50
	Oficina – Utilizando ferramentas de Autoria.	24H	Bandeirantes, Camapuã, Jaraguari, Terenos, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Nova Alvorado do Sul, Corguinho e Rochedo.	50
	Curso – Redes de Aprendizagem- e-proinfo.	40H	Bandeirantes, Camapuã, Jaraguari, Terenos, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Nova Alvorado do Sul, Corguinho e Rochedo.	100
CORUMBÁ	Oficina - Instalação e atualização de softwares no Linux Educacional 4.0: Eoptes, Java, Flash Player e navegadores de internet.	20H	Corumbá e Ladário	17
	II Edição da Oficina tecnológica e interatividade: a utilização da lousa digital, jogos em flash, applet e plataforma TV Escola	40H	Corumbá e Ladário	35
	UCA - TV Escola: Oficina TV Escola - Plataforma de comunicação utilizada como recurso de ensino e de aprendizagem.	40H	Corumbá e Ladário	38
	Redes de Aprendizagem.	40H	Corumbá e Ladário	30
	Elaboração de Projetos.	40H	Corumbá e Ladário	40
	Oficina - Atualização Linux educacional 4.0 pregões 71.2010/83.2008 para linux educacional 5.0 multiterminal.	20H	Corumbá e Ladário	17
	Oficina Britânica Utilizando o PROUCA na E.E. 2 de Setembro.	40H	Corumbá e Ladário	40
	Aprendizagem: portal Britannica Escola online,softwares, tecnologia assistiva com dispositivos móveis e webquestna prática docente.	40H	Corumbá e Ladário	40

	Oficina - Clic a Clic.	40H	Corumbá e Ladário	30
	Oficina dos Aplicativos do Linux Educacional.	40H	Corumbá e Ladário	30
	IED - Introdução à Educação Digital.	60H	Corumbá e Ladário	18
	TIC - Tecnologias na Educação.	60H	Corumbá e Ladário	28
	Tecnologia Assistiva nas especificidades DV, DA e autistas com a utilização de dispositivo móveis.	40H	Corumbá e Ladário	142
COXIM	Curso: Introdução à Educação Digital.	60H	Alcinópolis, Chapadão Do Sul, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Paraíso das Águas, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sonora	20
	Oficina: Uso Pedagógico da Lousa Digital (via webconferência).	20H	Alcinópolis, Chapadão Do Sul, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Paraíso das Águas, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sonora	57
	Oficina: Uso Pedagógico da Lousa Digital.	20H	Alcinópolis, Chapadão Do Sul, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Paraíso das Águas, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sonora	6
COXIM	Oficina: A Pesquisa na Internet como Ferramenta de Ensino Aprendizagem.	20H	Alcinópolis, Chapadão Do Sul, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Paraíso das Águas, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sonora	70
	Oficina: “Uso pedagógico da TV Escola/Portal do Professor”.	20H	Alcinópolis, Chapadão Do Sul, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Paraíso das Águas, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sonora	15
	Oficina: “Uso pedagógico da TV Escola/Portal do Professor/Domínio Público” - via webconferência.	20H	Alcinópolis, Chapadão Do Sul, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Paraíso das Águas, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sonora	60
	Curso: Redes de Aprendizagem.	40H	Alcinópolis, Chapadão Do Sul, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Paraíso das Águas, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sonora	20
	Curso: Redes de Aprendizagem - via webconferência.	40H	Alcinópolis, Chapadão Do Sul, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Paraíso das Águas, Pedro Gomes, Rio	55

			Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sonora	
	Oficina: “O uso pedagógico do aplicativo EDpuzzle”.	20H	Alcinópolis, Chapadão Do Sul, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Paraíso das Águas, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sonora	18
	Oficina: “O uso pedagógico do aplicativo EDpuzzle” - via webconferência.	20H	Alcinópolis, Chapadão Do Sul, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Paraíso das Águas, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sonora	45
DOURADOS	FORMAÇÃO PELA ESCOLA - CONTROLE SOCIAL.	40H	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	40
	FORMAÇÃO PELA ESCOLA – SIOP.	40H	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	40
	REDES DE APRENDIZAGEM - E-PROINFO.	40H	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	23
	EDUCAÇÃO DIGITAL E-PROINFO.	40H	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	18
	"CAPACITAÇÃO PARA O USO DAS TECNOLOGIAS E RECURSOS MIDIÁTICOS INTEGRADOS ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS".	40H	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	55
	FORMAÇÃO PELA ESCOLA – SIOP.	40H	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	40
	ELABORAÇÃO DE PROJETOS - E-PROINFO.	40H	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e	40

			Vicentina	
	TIC - E-PROINFO.	40H	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	15
GLÓRIA DE DOURADOS	Utilizando aplicativos móveis como Ferramenta Pedagógica.	40H	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	84
	Desenhando, Criando e Aprendendo com GCompris e Tux Paint.	40H	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	13
	Utilizando os Softwares Hagáquê e MUAN como Ferramenta de Ensino e Aprendizagem.	40H	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	108
	Geogebra – a utilização do software de Matemática na construção de figuras geométricas planas.	30H	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	9
	Metodologia Científica na Escola.	40H	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	23
	Preparando Atividades Educativas no Linux Educacional 4.0.	40H	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	25
	Tux Math - Treinando as Quatro Operações Matemáticas.	20H	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	14
	Conhecendo o Corpo Humano Através do Software Anatomica.	20H	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	40
	Utilizando os Softwares Hagáquê e Powtoon como Ferramenta de Ensino e Aprendizagem.	40H	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	40
	Utilizando aplicativos móveis como Ferramenta Pedagógica.	40H	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	40
	Curso Libre Office.	40H	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	60
	Geogebra – a utilização do software de Matemática na construção de figuras geométricas planas.	30H	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	25
	Utilizando o OpenShot como Ferramenta de Ensino e Aprendizagem.	40H	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	3
	Utilizando o Solar System como ferramenta de ensino e aprendizagem.	20H	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	40
	Oficina IrYdium Chemistry Lab.	40H	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	40
	Criação e Postagem de Blog.	20H	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	40
	Uso das Tecnologias Educacionais na Educação	20H	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí,	40

	Especial.		Vicentina, Novo Horizonte do Sul	
	Introdução à Educação Digital.	40H	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	30
	Redes de Aprendizagem (2 turmas).	40H	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	60
	Elaboração de Projetos.	40H	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	30
JARDIM	Curso desenvolvendo habilidades com o uso dos recursos midiáticos.	60H	Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque, Porto murtinho	86
	Desenvolvendo habilidades com a utilização de aplicativos educacionais para o Tablet e Celular Android.	40H	Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque, Porto murtinho	55
	A utilização dos Sites Educacionais de domínio próprio como apoio pedagógico para professores da Rede Estadual de Ensino.	60H	Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque, Porto murtinho	47
	Aprender a Aprender - Descobrimos novas formas de aprender com a utilização das Tecnologias Educacionais.	100H	Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque, Porto murtinho	417
	Elaborando Vídeos Educacionais através do editor Kdenlive.	100H	Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque, Porto murtinho	84
	Elaborando aula com programa Flash.	100H	Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque, Porto murtinho	80
	Cursos na plataforma Moodle do NTE Jardim.	60H	Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque, Porto murtinho	100
	Curso Proinfo Integrado/MEC.	60H	Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque, Porto murtinho	80
NAVIRAÍ	Curso Introdução à Educação Digital – Linux Educacional.	60H	Naviraí, Juti, Itaquirai, Iguatemi, Eldorado, Japorã, Mundo Novo, Sete Quedas, Paranhos e Tacuru	52
	Informação e Comunicação – Ensinando e Aprendendo com as TICs.	60H	Naviraí, Juti, Itaquirai, Iguatemi, Eldorado, Japorã, Mundo Novo, Sete Quedas, Paranhos e Tacuru	50
	Curso “Manutenção com Professores das STEs”.	20H	Naviraí, Juti, Itaquirai, Iguatemi, Eldorado, Japorã, Mundo Novo, Sete Quedas, Paranhos e Tacuru	20
	Oficina TV Escola e o uso de vídeos educacionais.	20H	Naviraí, Juti, Itaquirai, Iguatemi, Eldorado, Japorã, Mundo Novo, Sete Quedas, Paranhos e	20

			Tacuru	
	Utilização do Blog como Webfólio.	20H	Naviraí, Juti, Itaquirai, Iguatemi, Eldorado, Japorã, Mundo Novo, Sete Quedas, Paranhos e Tacuru	100
	Elaboração de Projetos.	40H	Naviraí, Juti, Itaquirai, Iguatemi, Eldorado, Japorã, Mundo Novo, Sete Quedas, Paranhos e Tacuru	250
	Redes de Aprendizagem.	40H	Naviraí, Juti, Itaquirai, Iguatemi, Eldorado, Japorã, Mundo Novo, Sete Quedas, Paranhos e Tacuru	350
	Oficina Tecnológica: Construção de sites e gerenciamento tecnológico escolar.	20H	Naviraí, Juti, Itaquirai, Iguatemi, Eldorado, Japorã, Mundo Novo, Sete Quedas, Paranhos e Tacuru	20
	Curso “Geometria Dinâmica: algumas aplicações com o Geogebra para o ensino”*.	20H	Naviraí, Juti, Itaquirai, Iguatemi, Eldorado, Japorã, Mundo Novo, Sete Quedas, Paranhos e Tacuru	20
	Oficina "Construindo apresentações mais atrativas com o Prezi.	20H	Naviraí, Juti, Itaquirai, Iguatemi, Eldorado, Japorã, Mundo Novo, Sete Quedas, Paranhos e Tacuru	20
NOVA ANDRADINA	Os Recursos tecnológicos e midiáticos da escola.	24H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	6
	Vídeos como instrumento pedagógico no processo de ensino e aprendizagem.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	10
	A arte da produção e interpretação de texto em ambientes virtuais.	40 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	15
	A integração dos recursos tecnológicos e midiáticos na prática pedagógica.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	7
	A utilização da Lousa Digital como complementos dos conteúdos em sala de aula.	50 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	2
	A utilização dos aplicativos educacionais do Linux Ubuntu como ferramenta de ensino aprendizagem.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	3
	Aluno Monitor: O aluno como suporte estudantil tecnológico ao professor.	40 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	3
	Aprendendo matemática com o aplicativo GRAPH.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	4
	Apresentação Eletrônica (Impress).	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	4

Atividades e avaliações desenvolvidas com Google Drive em projetos interdisciplinares.	40 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	3
Comic Strip It: O uso das Histórias em quadrinhos como uso didático-pedagógico.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	2
Como Criar Apresentações Online utilizando o Calaméo.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	2
Como utilizar as ferramentas de produtividade Writer, Calc e Impress nas aulas.	26 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	34
Conhecendo e utilizando os aplicativos do LibreOffice e do Hotmail na prática pedagógica.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	5
Construção e simulação de modelos de fenômenos físicos com o Modellus.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	24
Construindo Conhecimento com a ferramenta Planeta Bio nas práticas educacionais.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	12
Construindo Texto em Ambientes Digitais.	30 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	10
Contando, Recontando e Recriando Histórias.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	9
Criando ambientes de aula por meio da plataforma Khan Academy.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	13
Criando Sites Pedagógicos com o ambiente virtual Wix.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	18
Desenvolvendo Competências em Cálculos Matemáticos com o uso do Math Educator.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	10
Desenvolvendo Habilidades com o uso da “Lousa Digital” nas Práticas Educacionais.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	17
Desenvolvendo Habilidades com o uso da ferramenta Audacity no processo de ensino aprendizagem.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	5
Desenvolvendo Habilidades com o uso da ferramenta Hot Potatoes como recurso pedagógico em sala de aula.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	5
Desenvolvendo Habilidades com o uso da Rádio Escolar no processo de ensino e aprendizagem.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	2
Desenvolvendo habilidades com o uso do GCompris como ferramenta de ensino e aprendizagem.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	10
Desenvolvendo Habilidades com o uso do recurso Webeduc na prática de ensino.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	14

Desenvolvendo Habilidades na edição de músicas com o uso do software EXPStudio.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	10
Desenvolver Habilidades Utilizando os Recursos do “Google Drive” nas Prática Educacionais.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	23
Dinamizando os trabalhos entre professor e aluno por meio do recurso Pral.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	25
DOWNLOAD DE IMAGENS – FERRAMENTA PEDAGÓGICA.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	7
Elaboração de Atividades Educacionais com os Recursos da Ferramenta “Prezi”.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	14
Elaboração de vídeos com o uso da ferramenta Youtube, Movie Maker e OpenShot na prática pedagógica.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	14
Ensinando HagaQuê e TV Escola de forma pedagógica.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	14
Formação Tablet.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	30
GLOSTER: Oficina Rede Social, interagindo docente e discente.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	35
Google Docs: Trabalhando de forma Colaborativa.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	7
Google Drive - Integrando Recursos à Prática Pedagógica.	30 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	4
Google Drive: desafios e possibilidades na prática pedagógica.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	9
Integrando o Sistema Operacional Linux e seus aplicativos na prática pedagógica.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	4
Integrando os aplicativos básicos do Linux Ubuntu na prática pedagógica.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	4
Integrando os Aplicativos do Linux Educacional no Processo de Ensino Aprendizagem	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	8
Kbruch e NLVM: Desafios no Ensino Aprendizagem de Matemática.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	8
Movie Maker, OpenShot e YouTube: integrando vídeos no processo de ensino aprendizagem.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	10
Noções Linux/ Writer/ Formatação de Imagens/Downloads de vídeos.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	12
O aplicativo Pixton como ferramenta mediadora no processo de ensino e aprendizagem.	30 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	22

O uso da rede social Facebook como recurso pedagógico na construção do conhecimento.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	10
Oferecer Novos Conhecimentos Através da “ Tv Escola ”.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	2
Oferecer oficina quanto ao uso dos Recursos da TV Escola.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	4
Oficina - Uso do Telefone Móvel como Recurso Pedagógico em Sala de Aula.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	2
Oficina com Diário online para os novos professores.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	8
Oficina de Elaboração de quis online utilizando o Quiz Maker.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	4
Oficina de Histórias em Quadrinho: Letramento das séries iniciais.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	2
Oficina de montagem de folders, panfletos utilizando o Publisher.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	3
Oficina Ferramentas de Produtividade.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	15
Oficina Lousa Digital: Importante ferramenta para o fazer pedagógico.	50 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	20
Oficina quanto ao uso do Stop Motion – desenvolvendo técnicas para criar vídeos.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	15
Oficina quanto ao uso do Tux Math.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	19
Oficina recursos tecnológicos e midiáticos como aliados ao trabalho do docente.	26 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	25
Oficina sobre criação de blog e site (gratuito): sua utilização pedagógica.	30H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	6
Oficinas para utilização da Lousa Digital e Tablet.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	16
Pixton – Uma Oficina de Quadrinhos Online como Ferramenta pedagógica.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	8
Portal do Professor, Domínio Público e Rived: integrando tecnologias ao planejamento pedagógico.	30 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	10

Possibilidades Educacionais do Software Geogébra no Ensino da Matemática.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	25
Procedimentos básicos para utilização das tecnologias educacionais na Instituição Escolar.	40	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	25
Rádio <i>Web</i> e site na escola: Comunicação e conhecimento.	60H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	20
Redes Sociais: Compartilhando experiências.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	5
Softwares Educacionais – aliados no processo de ensino e aprendizagem.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	8
Twiducate: uma experiência com AVA (ambiente virtual de aprendizagem) no ensino básico.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	11
Uso do Hot Potatoes no processo de ensino e Aprendizagem.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	9
Utilização de Materiais Didáticos do Banco Internacional na prática de Ensino.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	11
Utilização do Google Docs nas metodologias de ensino.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	11
Utilização do Prezi como ferramenta de apresentação Online.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	32
Utilização do software “ Tux Math ” nas Praticas Educacionais.	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	20
Utilizando as ferramentas Gmail e Google Drive no processo educativo.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	32
Utilizando as Salas Virtuais de Aprendizagem, Simulações e Edição de Vídeos da TV Escola no processo Educativo.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	6
Utilizando Gmail, Blog e Google Drive como ferramenta de ensino aprendizagem.	30 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	8
Utilizando o Google Drive como recurso pedagógico em sala de aula.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	25
Utilizando o PhET Interactive Simulations como ferramenta interativa nas disciplinas de física, química,	20H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	

	biologia, ciências e matemática.			35
	Utilizando o TESTMOZ como recurso pedagógico na prática de ensino.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	12
	Utilizando simulados e desafios online no processo educativo.	20 H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	8
	Introdução ao linux Educacional.	40H	Ponta Porã, Aral Moreira, Amambai, Antonio João e Coronel Sapucaia	20
	Utilização das TICs diversas disciplinas.	40H	Ponta Porã, Aral Moreira, Amambai, Antonio João e Coronel Sapucaia	15
PONTA PORÃ	Introdução ao linux Educacional.	40H	Ponta Porã, Aral Moreira, Amambai, Antonio João e Coronel Sapucaia	20
	Utilização das TICs diversas disciplinas.	40H	Ponta Porã, Aral Moreira, Amambai, Antonio João e Coronel Sapucaia	15
	Utilização das TICs no ensino de Matemática.	40H	Ponta Porã, Aral Moreira, Amambai, Antonio João e Coronel Sapucaia	14
	Curso de Capacitação Proinfo integrado: Redes de Aprendizagem.	40H	Ponta Porã, Aral Moreira, Amambai, Antonio João e Coronel Sapucaia	35
	Curso de Capacitação Proinfo integrado: Elaboração de Projetos.	40H	Ponta Porã, Aral Moreira, Amambai, Antonio João e Coronel Sapucaia	35
	Oficinas de robótica.	20H	Ponta Porã, Aral Moreira, Amambai, Antonio João e Coronel Sapucaia	35
	Tecnologia Assistiva.	40H	Ponta Porã, Aral Moreira, Amambai, Antonio João e Coronel Sapucaia	25
	Uso das TICs diversas disciplinas (zona rural).	40H	Ponta Porã, Aral Moreira, Amambai, Antonio João e Coronel Sapucaia	35
TRÊS LAGOAS	Formação continuada: Formação pela Escola - Módulo FUNDEB.	60H	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	34
	Formação continuada: E-proinfo: Introdução a Educação Digital.	60H	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	36
	Formação continuada: E-proinfo: Tecnologias da Informação e Comunicação.	60H	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	37
	Formação continuada: Curso: Progetec: Formação e Ação na Escola.	20H	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia,	37

			Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	
	Oficinas nas escolas: O uso pedagógico dos Tablets na sala de aula.	20H	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	45
	Curso: Progetec: Formação e Ação na escola. Módulos II, III e IV.	60H	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	37
	Educadores em rede: a prática pedagógica em contexto midiático.	60H	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	70
	Curso/Módulo Fundeb: Formação pela Escola – Módulo.	60H	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	40
	Curso/E-proinfo: Elaboração de projetos.	60H	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	40
	Tutoriais: Ferramentas de apoio na prática pedagógica dos Progetec.	40H	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	37
	Webconferência: Publicação, autoria e Co-autoria na web.	25H	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	37
	As possibilidades pedagógicas e as aplicabilidades das redes sociais: Blog; facebook, Twiter.	20H	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	54
TOTAL				7.280

Fonte: Dados fornecidos pela SED-MS 2018.

**ANEXOB – RELAÇÃO DE FORMAÇÕES CONTINUADAS OFERECIDAS PELA SED-MS AOS PROFESSORES E
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MS EM 2016.**

FORMAÇÕES COTED/NTE – 2016				
40H OU MAIS				
NTE	NOME DA FORMAÇÃO/CONFORME PROJETO	C/H	MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS	Nº DEFORMADOS
COTED	NTEs desenvolvendo aprendizagem colaborativa por meio da pesquisa e autoria.	130H	Todos os municípios de MS	91
	Programa Formação Pela Escola - Censo Escolar.	60H	Todos os municípios de MS	408
	Programa Formação Pela Escola – Competências Básicas.	60H	Todos os municípios de MS	24
	Programa Formação Pela Escola - programa DinheiroDireto na Escola.	60H	Todos os municípios de MS	117
	Programa Formação Pela Escola - Programas do Livro.	60H	Todos os municípios de MS	282
	Programa Formação Pela Escola - Transporte Escolar.	60H	Todos os municípios de MS	48
	Capacitação de Técnicos e Auxiliares de Bibliotecas Escolares.	80H	Todos os municípios de MS	488
AQUIDAUANA	Oficina na Jornada Pedagógica nas escolas de Anastácio e Aquidauana.	*	Aquidauana, Anastácio, Bodoquena, Miranda e Dois Irmãos do Buriti	82
	O USO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA.	*	Aquidauana, Anastácio, Bodoquena, Miranda e Dois Irmãos do Buriti	98
	Integração do Computador Interativo na Prática Pedagógica.	*	Aquidauana, Anastácio, Bodoquena, Miranda e Dois Irmãos do Buriti	484
CAMPO GRANDE CAPITAL	Usabilidade Prática das Mídias Educacionais nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	*	Campo Grande	13
	Curso denominado "Usabilidade Pedagógica da Lousa Interativa e dos Aplicativos do Tablet Educacional na Escola".	*	Campo Grande	10
	Curso para Coordenadores Pedagógicos/MS para apresentar o ambiente do Planejamento Online e Diário Online.	*	Campo Grande	
	Oficina oferecida aos acadêmicos do curso de Química da UFMS sobre o "Uso das Tecnologias e Recursos Midiáticos nas unidades escolares".	*	Campo Grande	34
	Oficina: Usabilidade Pedagógica da Lousa Interativa na Escola.	*	Campo Grande	8
	Oficina: Usabilidade Pedagógica da Lousa Interativa na Escola.	*	Campo Grande	24

	Oficina do Uso Pedagógico do Google Drive.	*	Campo Grande	7
	Oficina sobre o uso do PowerPoint e Excel nabiostatística e mobilidade urbana.	*	Campo Grande	36
	Oficina: Introdução a Edição de vídeo e Chroma Key.	*	Campo Grande	161
CAMPO GRANDE METROPOLITNO	Oficina de curta duração: Formação inicial para uso do Computador Interativo.	*	Camapuã, Jaraguari, Nova Alvorada, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.	638
	Formação de formadores: O PROGETEC como multiplicador de saberes na escola.	*	Camapuã, Jaraguari, Nova Alvorada, Ribasdo Rio Pardo, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.	26
	Oficina de curta duração: Jogos Educativos e Gamificação.	*	Camapuã, Jaraguari, Nova Alvorada, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.	20
	Oficina de curta duração: Jornal online – da escola para o mundo.	*	Camapuã, Jaraguari, Nova Alvorada, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.	31
	Oficina de curta duração: Planejamento com uso das TIC.	*	Camapuã, Jaraguari, Nova Alvorada, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.	8
	Oficina de curta duração: TV Escola na Escola.	*	Camapuã, Jaraguari, Nova Alvorada, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.	8
	Oficina de curta duração: Uso da TIC nos anos iniciais: Língua Portuguesa e Matemática.	*	Camapuã, Jaraguari, Nova Alvorada, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.	13
	Oficina de curta duração: Uso Pedagógico do Facebook.	*	Camapuã, Jaraguari, Nova Alvorada, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.	78
CORUMBÁ	Oficina de curta duração: Webquest – potencialidades e possibilidades.	*	Camapuã, Jaraguari, Nova Alvorada, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.	48
	A plataforma virtual <i>Schoology</i> no gerenciamento de cursos de formação continuada na escola.	*	Corumbá/Ladário	18
	Atualização projetor ProInfo e do computador interativo (Daruma).	*	Corumbá/Ladário	18
	Aplicativos do Linux Educacional: GCompris; TuxMath; e, Kanagran.	*	Corumbá/Ladário	13
	Objeto de Aprendizagem: software, tecnologiasassistivas, plataforma	*	Corumbá/Ladário	22

	britannica, repositório digital e webquest na prática docente.			
	A utilização da lousa digital nas metodologias dos anos iniciais.	*	Corumbá/Ladário	21
COXIM	A plataforma virtual <i>Schoology</i> no gerenciamento de cursos de formação continuada na escola.	*	Alcinópolis, Chapadão Do Sul, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Paraíso das Águas, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sonora	18
	Atualização projetor ProInfo e do computador interativo (Daruma).	*	Alcinópolis, Chapadão Do Sul, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Paraíso das Águas, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sonora	18
	Aplicativos do Linux Educacional: GCompris; TuxMath; e, Kanagran.	*	Alcinópolis, Chapadão Do Sul, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Paraíso das Águas, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sonora	13
	Objeto de Aprendizagem: software, tecnologias assistivas, plataforma britannica, repositório digital e webquest na prática docente.	*	Alcinópolis, Chapadão Do Sul, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Paraíso das Águas, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sonora	2
	A utilização da lousa digital nas metodologias dos anos iniciais.	*	Alcinópolis, Chapadão Do Sul, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Paraíso das Águas, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sonora	21
DOURADOS	Formulário Google.	*	Caarapó, Deodópolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	47

Gcompris e Tux paint.	*	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	35
Laboratório biológico.	*	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	12
Noções Básicas dos Editores de Textos Word e Whiter.	*	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	15
O uso do Sistema SED (Diário e Planejamento).	*	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	14
Planejamento Online.		Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante	61
Video em Sala de Aula.	*	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	62
Tecnologias Existentes na Escola (EXPOSIÇÃO DE EQUIPAMENTOS).	*	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	188
Tux Matc.	*	Caarapó, Deodápolis, Douradina,	170

			Dorados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	
	LOUSA DIGITAL INTERATIVA COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO COTIDIANO ESCOLAR.	*	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	577
	NOÇÕES BÁSICAS DOS EDITORES DE TEXTOS WORD E WHITER.	*	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	78
	USO DOS SISTEMAS DE (DIÁRIO E PLANEJAMENTO).	*	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	340
	USO COTIDIANO DAS TECNOLOGIAS EXISTENTES NA ESCOLA.	*	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	9
	ABRIR E SALVAR ARQUIVOS .SWF.	*	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	8
	COMPUTADOR INTERATIVO.	*	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	335

GLÓRIA DE DOURADOS	A utilização da Lousa Interativa Digital no Processo de Ensino e Aprendizagem.	*	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	30
	Aprendendo Matemática Com Atividades Interativas com Khan Academy.	*	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	51
	Utikizando Aplicativos Móveis.	*	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	277
	Conhecendo o Q-edu para tomada de decisões.	*	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	80
	Utilizando o Programa LibreOffice e Cal e Impress como ferramenta pedagógica no ensino de planilhas eletrônicas e apresentações de Slides.	*	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	2
	O Uso das Tecnologias como Suporte no Ensino Aprendizagem.	*	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	22
	Oficina: Computador Interativo e Lousa Digital.	*	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	455
	Preparando Atividades Educativas no Linux Educacional 4.0.	*	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	27
	Projeto Motivação no Ensino de Matemática.	*	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	40
	Trabalhando com Computador Interativo e Lousa Digital com Ferramenta de Aprendizagem.	*	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	31
	Utilizando os Softwares Muam e Hagáqué como ferramenta de Ensino e Aprendizagem.	*	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	39
APRESENTAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS.	*	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	30	

	Blog.	*	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	24
	QrCode.	*	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	95
	Duolingo.	*	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	20
	ProDeaf.	*	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	34
	4 ferramentas PARA CRIAR SLIDES.	*	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	40
	Edilim.	*	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	57
	Geogebra - utilização de SOFTWARES De Matemática.	*	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	13
	Linux EDUCACIONAL.	*	Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Vicentina, Novo Horizonte do Sul	20
JARDIM	Capacitação de robótica aos multiplicadores e PROGETEC's do NTE – Jardim em parceria com a UFMS Campus de Ponta Porã.	*	Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque, Porto murtinho	41
	Capacitação e orientação sobre o Sistema de Gestão Pedagógica.	*	Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque, Porto murtinho	596
	Campanha do Livro didático nas escolas jurisdicionadas ao NTE-Jardim. Projeto: Preservação, conservação e devolução do livro didático nas escolas da Rede Estadual de Ensino do Mato Grosso do Sul.	*	Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque, Porto murtinho	64

	Oficinas e orientações com a lousa digital utilizando aplicativos on-line e off-line. Apresentação da Plataforma Natura.	*	Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque, Porto murtinho	338
	Oficinas com a lousa digital utilizando aplicativos on-line e off-line. Apresentação da Plataforma Natura.	*	Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque, Porto murtinho	549
NAVIRÁÍ	Oficina Prezi.	*		43
	Oficina de Instalação e Manuseio de Recursos Tecnológicos e Midiáticos.	*		24
	Oficina do MATIFIC.	*		40
	Oficina Projetor Integrado e Lousa Digital.	*		950
	Oficina Sala de Multimídia.	*		28
	Oficina: Conexão de rede wifi via mikrotik.	*		105
	Projeto Preservação, Conservação e Devolução do LD - Naviraí e Juti.	*		128
NOVA ANDRADINA	A comunicação visual na formação docente: Experiência com o Stop Motion.	*	Anaurilândia, Batayporã, Angélica, Ivinhema, Nova Andradina, Taquarussu	7
	A ferramenta Power Point como recurso pedagógico em sala de aula.	*	Anaurilândia, Batayporã, Angélica, Ivinhema, Nova Andradina, Taquarussu	18
	A INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS PORTÁTEIS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM.	*	Anaurilândia, Batayporã, Angélica, Ivinhema, Nova Andradina, Taquarussu	17
	Desenvolvendo Habilidades com o Edumatec na escola.	*	Anaurilândia, Batayporã, Angélica, Ivinhema, Nova Andradina, Taquarussu	2
	Dinamizando as aulas na elaboração de slides com o aplicativo Prezi.	*	Anaurilândia, Batayporã, Angélica, Ivinhema, Nova Andradina, Taquarussu	15
	EXPLORANDO APLICATIVOS DO LINUX EM AMBIENTES VIRTUAIS.	*	Anaurilândia, Batayporã, Angélica, Ivinhema, Nova Andradina, Taquarussu	9
	Formação aos professores na utilização da técnica Stop Motion.	*	Anaurilândia, Batayporã, Angélica, Ivinhema, Nova Andradina, Taquarussu	18
	Formação Tablet.	*	Anaurilândia, Batayporã, Angélica, Ivinhema, Nova Andradina, Taquarussu	13
	Formação Tablet II.	*	Anaurilândia, Batayporã, Angélica, Ivinhema, Nova Andradina, Taquarussu	13
	Google Forms.	*	Anaurilândia, Batayporã, Angélica, Ivinhema, Nova Andradina, Taquarussu	13
	JCLIC- Construção de Atividades Pedagógicas.	*	Anaurilândia, Batayporã, Angélica, Ivinhema, Nova Andradina, Taquarussu	28
	O USO DE FORMULÁRIOS E QUIZES NO PROCESSO EDUCACIONAL.	*	Anaurilândia, Batayporã, Angélica, Ivinhema, Nova Andradina, Taquarussu	5

	Oficina da Lousa digital.	*	Anaurilândia, Batayporã, Angélica, Ivinhema. Nova Andradina, Taquarussu	25
	Oficina de xadrez online aos professores de Educação Física e Matemática.	*	Anaurilândia, Batayporã, Angélica, Ivinhema Nova Andradina, Taquarussu	28
	Oficina para utilização do AVA MOODLE.	*	Anaurilândia, Batayporã, Angélica, Ivinhema. Nova Andradina, Taquarussu	25
	Os recursos midiáticos como auxílio para processo de ensino-aprendizagem.	*	Anaurilândia, Batayporã, Angélica, Ivinhema. Nova Andradina, Taquarussu	10
	QUIZZES E WIX: ASSOCIANDO FERRAMENTAS PARA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA.	*	Anaurilândia, Batayporã, Angélica, Ivinhema. Nova Andradina, Taquarussu	12
	Computador Interativo Lousa Digital.	*	Anaurilândia, Batayporã, Angélica, Ivinhema Nova Andradina, Taquarussu	44
	UTILIZANDO AS FERRAMENTAS DO QUIS MAKER E SOCRATIVE NO PROCESSO EDUCATIVO.	*	Anaurilândia, Batayporã, Angélica, Ivinhema. Nova Andradina, Taquarussu	10
PONTA PORÃ	Capacitação sobre o uso das TIC's nas escolas participação na jornada Pedagógica, o trabalho do NTE junto as escolas.	*	Ponta Porã, Aral Moreira, Amambai, Antonio João e Coronel Sapucaia	1600
	Oficina computador interativo e produção de aulas por área de conhecimento para os PROGETEC's/ multiplicadores e coordenadores.	*	Ponta Porã, Aral Moreira, Amambai, Antonio João e Coronel Sapucaia	47
	Oficina de Scratch aplicada a Robótica parceria com UFMS de Ponta Porã.	*	Ponta Porã, Aral Moreira, Amambai, Antonio João e Coronel Sapucaia	91
	Oficina sobre o computador interativo para professores de Ponta Porã nas escolas.	*	Ponta Porã, Aral Moreira, Amambai, Antonio João e Coronel Sapucaia	700
	Oficinas do Sotware Stellarium.	*	Ponta Porã, Aral Moreira, Amambai, Antonio João e Coronel Sapucaia	13
	Aulas Interativas.	*	Ponta Porã, Aral Moreira, Amambai, Anonio João e Coronel Sapucaia	25
	Novos Saberes em redes de aprendixagem.	*	Ponta Porã, Aral Moreira, Amambai, Antonio João e Coronel Sapucaia	15
	CALAMÉO.	*	Ponta Porã, Aral Moreira, Amambai, Antonio João e Coronel Sapucaia	29
TRÊS LAGOAS	A Prática Docente na Contemporaneidade: Uma Proposta Contextualizada.	*	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	143

Lousa Digital: Desafios e Inovações.	*	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	10
Oficina- Flubaroo.	*	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	38
Oficina- Projetor Interativo na Ação Docente: Desafios e Inovações.	*	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	606
Oficina: Uso de Softwares Educativos Offline.	*	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	20
Oficina: Scraeth na Aprendizagem.	*	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	58
Oficina: Sistemas de Planejamento Online e Diário Online.	*	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	28
Workshop: PROGETEC PADRÃO NTE/TL.	*	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	12
ENCONTRO NTE/TL NO COTIDIANO ESCOLAR: AÇÕES PROGETEC.	*	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	12
Oficina: Desenvolvimento de experimentos pedagógicos para o Laboratório de Robótica Educacional.	*	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	69

TOTAL	12.943
-------	--------

Fonte: Dados fornecidos pela SED-MS, 2018.

ANEXOC – RELAÇÃO DE FORMAÇÕES CONTINUADAS OFERECIDAS PELA SED-MS AOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MS EM 2017.

FORMAÇÕES COTED/NTE - 2017				
40H OU MAIS				
NTE	NOME DA FORMAÇÃO/CONFORME PROJETO	C/H	MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS	Nº DE FORMADOS
COTED	Curso Preparatório para Gerenciadores de Sala de Tecnologias e Recursos Midiáticos – PROGETEC – 2017.	40H	Todos os municípios de MS	209
AQUIDAUANA	Robótica na Educação: Múltiplos olhares na diversidade cultural do município de Aquidauana e Anastácio.	80H	Aquidauana e Anastácio	26
	Aplicabilidade das Ferramentas do Google na Aprendizagem Significativa.	40H	Aquidauana, Anastácio, Bodoquena, Miranda e Dois Irmãos do Buriti	96
	O uso das tecnologias assistivas na prática pedagógica.	40H	Aquidauana, Anastácio, e Dois Irmãos do Buriti	22
	Oficina: Produção textual na cultura digital.	40H	Aquidauana, Anastácio	7
CAMPO GRANDE	Tecnologias Digitais: Aprendizagem Colaborativa por Meio da Pesquisa e da Autoria.	130H	Campo Grande	59
	Introdução à Linguagem de Programação.	120H	Campo Grande	25
CAMPO GRANDE METROPOLITANO	Investigação e resolução de problemas com uso das TIC.	60H	Camapuã, Jaraguari, Nova Alvorada, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.	160
	Curso Preparatório para PROGETEC – 2017.	40H	Bandeirantes, Camapuã, Jaraguari, Terenos, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Nova Alvorado do Sul, Corguinho e Rochedo.	30
CORUMBÁ	A utilização do software Edilim como proposta pedagógica para criação de jogos de autoria.	40H	Corumbá/Ladário	19
	Gerenciamento do servidor multimídia, manutenção e uso de rede na STE.	40H	Corumbá/Ladário	13
	Software Edilim na incorporação dos jogos digitais em Flash e os Applet como Recurso Pedagógico de Ensino Aprendizagem no Fundamental e Médio.	40H	Corumbá	10
	Oficina de criação e edição de vídeos.	40H	Corumbá/Ladário	38
	Metodologia da Pesquisa e Orientação de Projetos de Iniciação Científica.	40H	Corumbá	20

	Aprendizagem colaborativa por meio da pesquisa e da autoria.	130H	Corumbá/Ladário	26
	Apropriação tecnológica e pedagógica do recurso digital Google Drive: gravar e manipular arquivos na nuvem.	40H	Corumbá	18
COXIM	Oficina: “Criação, Edição de Imagens e Vídeoaulas:Corel Draw e Camtasia Studio”.	40H	Coxim	15
	Curso: “PROGETEC’s Desenvolvendo Aprendizagem Colaborativa por meio da Pesquisa e Autoria”.	30H	Alcinópolis, Chapadão Do Sul, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Paraíso das Águas, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sonora	22
DOURADOS	Curso: “O Uso de Objetos de Aprendizagem no Ensino de Matemática”.	60H	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna, Caarapã, Maracajú, Rio Brilhante e Vicentina	EM ANDAMENTO
	Curso “Cinema na Escola”.	40H	Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna Carapã, Novo Horizonte do Sul, Rio Brilhante e Vicentina	87
JARDIM	A Tecnologia Assistiva na Inclusão das Mídias Digitais.	60H	Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque, Porto murinho	50
	A utilização Pedagógica do Scratch.	60H	Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque, Porto murinho	50
	O Uso Pedagógico do Computador Interativo com a Lousa Digital do MEC/FNDE.	60H	Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque, Porto murinho	50
NAVIRAÍ	Curso: As tecnologias de Informação e Comunicação promovendo a inclusão no ambiente escolar – Tas.	60H	Naviraí, Juti, Itaquirai, Iguatemi, Eldorado, Japorã, Mundo Novo, Sete Quedas, Paranhos e Tacuru	321
	Projeto Professor Pardal: levando a Robótica para as escolas.	60H	Naviraí, Juti, Itaquirai, Iguatemi, Eldorado, Japorã, Mundo Novo, Sete Quedas, Paranhos e Tacuru	223
	Introdução a Programa em Blocos (Scratch).	60H	Naviraí, Juti, Itaquirai, Iguatemi, Eldorado, Japorã, Mundo Novo, Sete	280

			Quedas, Paranhos e Tacuru	
	Oficina “A Matemática está em Tudo”.	40H	Naviraí e Juti	25
	Curso Preparatório para Gerenciadores de Sala de Tecnologias e Recursos Midiáticos – PROGETEC – 2017.	40H	Naviraí, Juti, Itaquirai, Iguatemi, Eldorado, Japorã, Mundo Novo, Sete Quedas, Paranhos e Tacuru	25
	Aprendizagem Colaborativa pela Pesquisa e Autoria – ACOPA.	130H	Naviraí, Juti, Itaquirai, Iguatemi, Eldorado, Japorã, Mundo Novo, Sete Quedas, Paranhos e Tacuru	127
NOVA ANDRADINA	Tecnologias Digitais: desenvolvendo aprendizagem colaborativa por meio da pesquisa e autoria.	130H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	22
	Curso Preparatório para Gerenciadores de Sala de Tecnologias e Recursos Midiáticos – PROGETEC – 2017.	40H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	18
	Moodle: um ambiente de apoio à aprendizagem.	40H	Nova Andradina, Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu	21
	Canal BigTube - produção de Vídeo.	42H	Anaurilândia	4
	Como a Realidade Virtual pode mudar a Educação através do Óculos Virtual.	42H	Anaurilândia	8
	Ensinando e aprendendo com o scratch.	40H	Batayporã	14
	Aprendendo a programar com Scratch.	40H	Batayporã	10
	Desenvolvendo competências com o uso do software Scratch.	40H	Angélica	8
	Movie Maker, Open Shot e You Tube: Integrando vídeos no processo de ensino aprendizagem.	40H	Angélica	7
	A produção de áudio e vídeo como instrumento de aprendizagem.	40H	Ivinhema	10
	Rádio Escolar: um incentivo ao protagonismo do estudante.	40H	Ivinhema	3
	Utilização de dispositivos móveis e recursos tecnológicos na produção de materiais audiovisuais.	40H	Ivinhema	7
	Geração Digital - construindo o conhecimento através do youtube.	40H	Ivinhema	8
	Scratch: Utilizando a linguagem de programação no processo de ensino e aprendizagem.	40H	Nova Andradina	12
	Elaboração de Projeto de Iniciação Científica: Pesquisa e Autoria.	40H	Nova Andradina	14
	Aprendendo com o Scratch.	40H	Nova Andradina	13

	Utilizando a linguagem de programação do Scratch no processo de ensino/Aprendizagem.	40H	Nova Andradina	13
	Google-Forms: Potencializando o ensino-aprendizagem através da web 2.0.	40H	Nova Andradina	8
	Criando com o Scratch.	40H	Nova Andradina	23
	Desenvolvendo Habilidades com o software Scratch: uma nova linguagem de programação.	40H	Nova Andradina	10
	Desenvolvendo as Habilidades do uso da Tecnologia no dia a dia dos Docentes e Discentes.	50H	Nova Andradina	17
	Desenvolvendo Habilidades com o uso do Scratch na prática de ensino.	40H	Taquarussu	17
PONTA PORÃ	Curso de Scratch.	60H	Ponta Porã	8
	Curso Ensinando e Aprendendo com as TIC`s.	60H	Ponta Porã	5
	Curso Preparatório para Gerenciadores de Sala de Tecnologias e Recursos Midiáticos – PROGETEC – 2017.	40H	Ponta Porã, Aral Moreira, Amambai, Antonio João e Coronel Sapucaia	23
	Curso Programação Scratch para Docentes.	60H	Aral Moreira	14
	Curso Tecnologia Assistivas.	40H	Ponta Porã , Aral Moreira, Amambai, Antonio João e Coronel Sapucaia	45
	Curso: Novos Saberes em Redes de Aprendizagem.	40H	Ponta Porã , Aral Moreira, Amambai, Antonio João e Coronel Sapucaia	17
	Introdução ao Scratch.	60H	Amambai	32
	Introdução ao Scratch para docentes.	60H	Amambai	24
	O Scratch e suas potencialidades pedagógicas.	40H	Antonio João	7
	Scratch Educacional.	60H	Antonio João	14
	Tecnologias Digitais: desenvolvendo aprendizagem colaborativa por meio da pesquisa e autoria.	130H	Ponta Porã	20
TRÊS LAGOAS	Aprendizagem Colaborativa pela Pesquisa e Autoria.	130H	Três Lagoas	80
	Curso Preparatório para Gerenciadores de Sala de Tecnologias e Recursos Midiáticos – PROGETEC – 2017.	40H	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	36
	Softwares Educacionais no ensino de Matemática.	40H	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria,	100

			Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	
	Produção de Texto: questões teóricas e metodológicas.	60H	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	80
	III Mostra Tecnológica: Softwares no ensino de Matemática, potencialidades.	40H	Três Lagoas, Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba	38
TOTAL				2.863

**APÊNDICEA – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS
GESTORES DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO
DO SUL.**

Roteiro de Entrevista com o Coordenador de Políticas para o Ensino Médio e Educação Profissional (COPEP).

- 1 - Enquanto Coordenador de Políticas para o Ensino Médio, o que você leva em consideração ao pensar em uma formação ou cursos para os professores dessa etapa do ensino? O que essa etapa da educação tem de diferente das demais, quais suas peculiaridades?
- 2 – Existe, aqui no MS, cursos específicos para os professores que atuam no Ensino Médio? E especificamente para os professores de Educação Física, há algum curso?
- 3 – Eu solicitei à SED informações sobre as formações continuadas que foram oferecidas de 2014 a 2018, e como resposta obtive que em 2016 e 2017 teve um curso chamado: Ensino Médio: diálogos, abordagens práticas e perspectivas desafiadoras (NEJA), com duração de 4 meses, de que se trata esse curso?
- 4 – Quando há cursos eles são presenciais ou virtuais? Qual a duração?

Roteiro da Entrevista com a Coordenadora de Formação Continuada (CFOR)

- 01 – Há quanto tempo você está ocupando esse cargo na SED-MS?
- 02 – O que a SED entende por “Formação Continuada”?
- 03 – O Núcleo de Coordenação Pedagógica (NUCOP) é o setor responsável pela elaboração das Formações Continuadas direcionada aos professores? Elas acontecem na própria escola? Quem são os palestrantes? Quais temas são abordados nessas formações?
- 04 - O que é levado em conta ao elaborar um curso/programa de formação continuada? Há um número mínimo de participantes para ser oferecido o curso? Quantos professores geralmente participam dos cursos de curta duração? Como você considera esse número de participantes em relação ao contingente total de professores? Quais áreas abrangem os cursos de curta e média duração?
- 05 – Em quais dias e horários são realizados os cursos? A estratégia 16.1 menciona que devem ser feitos em calendários diferenciados para facilitar e garantir a participação dos docentes em exercício, a SED tem conseguido realizar os cursos dessa maneira?
- 06 – As formações são divididas por etapa de ensino (Ensino Fundamental e Ensino Médio) ou para todos os professores da Educação Básica?
- 07 – Em relação às diferentes áreas do conhecimento, há formações específicas para cada área do conhecimento?

08 – Como são divulgados os cursos de Formação Continuada?

09 – Os cursos que a SED oferece são somente aos professores da Rede Estadual (contratados e efetivos) ou são abertos à Rede Municipal?

10 – A estratégia 16.6 do PEE-MS prevê FC em todas as áreas de ensino, para você, a SED está conseguindo atingir essa estratégia de maneira a realizar cursos para cada área de conhecimento? De que maneira? Em relação à Educação Física, desde 2014 vem sendo realizado apenas 1 curso por ano, você julga suficiente essa quantidade?

11 - Como a SED-MS se articula com a UEMS para elaborar os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* a serem ofertados aos docentes da Rede Estadual de Ensino? Tem algum profissional da SED que participa da criação da matriz curricular? As vagas que estão sendo oferecidas têm sido suficientes? O que a SED tem feito para ampliar o número de cursos e vagas?

12 – A estratégia 16.9 prevê a garantia de licenciamento remunerado e/ou bolsa para os profissionais da educação realizarem curso de Pós-Graduação, a partir do primeiro ano de vigência do PEE-MS, isso está acontecendo? Como é feita a seleção dos professores?

Roteiro da Entrevista com o Superintendente de Políticas Educacionais (SUPED)

1 – Há quanto tempo o senhor ocupa esse cargo na SED-MS?

2 – O que a SED entende por Políticas Educacionais?

3 – O que é levado em consideração ao pensar em uma política educacional para os professores da rede estadual que atuam na Educação Básica?

4 – Os cursos são separados por etapa: Ensino Fundamental, Ensino Médio, ou acontecem para todos os professores da Educação Básica?

6 – Como é realizado o diagnóstico para conhecer as necessidades e pensar nas próximas políticas?

7 – Como você julga a quantidade de ações que a SED vem desenvolvendo em relação as políticas de formação para os professores?

Roteiro de Entrevista com o Gestor do Núcleo de Esporte (NESP)

01 – Qual o principal objetivo do NESP?

02 – Existem programas ou cursos específicos para os professores de Educação Física somente do Ensino Médio, ou eles são para todas as etapas de ensino?

03 - De acordo com algumas tabelas que recebi aqui mesmo pelo setor, via Portal da

Transparência, em 27 de setembro, é realizado em média um curso específico por área em cada cidade no Mato Grosso do Sul, no caso da Educação Física desde o ano de 2016? O senhor julga que uma formação específica por ano é suficiente para nossa demanda campo-grandense?

04 - Quem decide qual será o tema, para qual cidade do município? Pois notei que houveram de três a cinco cursos diferentes por ano.

05 - Esses cursos são oferecidos a todos os professores do curso de Educação Física das escolas estaduais da cidade, do local onde eles são realizados, ou são selecionados alguns professores?

06 - Um professor do município também pode participar? E como são divulgados para os professores esses cursos?

07 - Não sei se o senhor tem observado, se é do seu conhecimento o total de inscritos e participantes? Pois em relação à Campo Grande, no primeiro ano foram 132 inscritos 66% de pessoas participantes, não são 66 pessoas, são 66% de pessoas dos 132 inscritos. Em 2017 119 inscritos, 32% e 2018, 48 inscritos 71%. O senhor relaciona esse número de participação? Somente em 2017 que não foi muito bom, trinta e dois, os outros foram mais de 60%. Mas por que o senhor acredita que não participam mais professores pela demanda campo-grandense, que é um grande quantitativo?

08 - O que são os encontros de professores de Educação Física, que na planilha consta que todo ano houve desde 2014, mas eu não sei o que são e talvez não seja do seu setor, porque lá estava escrito COSSESC?

09 - Em relação à Pós-Graduação, a SED vem oferecendo vagas de Pós-Graduação aos seus professores, mas não há nenhum especificamente para Educação Física. Existem planos futuramente de ser realizado algum?

10 - Por que dos 4 cursos que foram ofertados, apenas 1 foi de três horas e meias, os outros foram de vinte horas, quarenta horas?